

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO**

**BEATRIZ CORREIA LOPES**

**PODER E TRABALHO: ANÁLISE DOS PROGRAMAS DE  
RESSOCIALIZAÇÃO DE APENADAS DO ESTADO DO  
ESPÍRITO SANTO**

VITÓRIA  
2013

**BEATRIZ CORREIA LOPES**

**PODER E TRABALHO: ANÁLISE DOS PROGRAMAS DE  
RESSOCIALIZAÇÃO DE APENADAS DO ESTADO DO  
ESPÍRITO SANTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração, na área de concentração Tecnologias de Gestão e Subjetividades.

Orientador: Prof. Dr. Eloisio Moulin de Souza

VITÓRIA  
2013

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

L864p      Lopes, Beatriz Correia, 1988-  
Poder e trabalho : análise dos programas de ressocialização  
de apenadas do estado do Espírito Santo / Beatriz Correia  
Lopes. – 2013.  
155 f. : il.

Orientador: Eloisio Moulin de Souza.  
Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade  
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e  
Econômicas.

1. Poder (Ciências sociais). 2. Prisão. 3. Subjetividade. 4.  
Trabalho. 5. Ressocialização. I. Souza, Eloisio Moulin de, 1968-.  
II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências  
Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 65

---



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

**PPG**  
**ADM**

Programa de  
Pós-graduação  
em Administração  
UFES

**Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas**  
Programa de Pós - Graduação em Administração  
Av. Fernando Ferrari, 514 – Campus Universitário  
- Goiabeiras  
CEP. 290075.910-ES-Brasil-Telefax (27) 3335.7712  
E-Mail [ppgadm@gmail.com](mailto:ppgadm@gmail.com)  
[www.ppgadm.ufes.br](http://www.ppgadm.ufes.br)

## **"Poder e Trabalho: Análise dos programas de ressocialização de apenadas do Estado do Espírito Santo"**

**Beatriz Correia Lopes**

*Dissertação apresentada ao Curso de  
Mestrado em Administração da  
Universidade Federal do Espírito Santo  
como requisito parcial para obtenção do  
Grau de Mestre em Administração.*

**Aprovada em: 26/04/2013**

COMISSÃO EXAMINADORA

  
**Professor Dr. Eloisio Moulin de Souza**  
Universidade Federal do Espírito Santo

  
**Professor Dr. Alfredo Rodrigues Leite da Silva**  
Universidade Federal do Espírito Santo

  
**Professora Dr.ª Mônica de Fátima Bianco**  
Universidade Federal do Espírito Santo

  
**Professor Dr. Rafael Alcázar da Silveira**  
Fundação Getúlio Vargas/EAESP

*A meus pais, Milton e Elizabeth.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por estar sempre comigo, me dando forças, luz e coragem para seguir adiante.

A meus pais e irmãs pelo carinho, compreensão e incentivo. Especialmente a meu pai, por me levar a Bubu todas as vezes que precisei ir e ficar lá por horas esperando eu acabar para poder me trazer de volta.

Ao Professor *Eloisio Moulin de Souza* por aceitar e acreditar no meu projeto. Foi com sua orientação e ensinamentos que pude concluir esse trabalho. Obrigada pela paciência.

A *Capes* e a *Fapes* pelo suporte financeiro. À primeira pela bolsa de estudos e a segunda pelo financiamento do projeto do qual essa dissertação faz parte.

À *Sejus* e a *Penitenciária Feminina de Cariacica* por abrir as portas da unidade para o projeto, nos deixando à vontade, atendendo prontamente as nossas solicitações e por liberar servidores e internas para participação na pesquisa.

Às “*Marias*” de Bubu por permitirem que “invadíssemos” o seu cotidiano, respondendo todas as nossas perguntas sobre suas vidas e trabalho, nos deixando observar suas rotinas e nos saudando gentilmente com um “*bom dia*”, “*boa tarde*”, “*vá com Deus*”.

À *Bruna de Souza Moulin* e *Lúcio Moreira Andrade*, bolsistas do projeto, por abraçarem a pesquisa e se dedicarem a ela. Obrigada pela dedicação e por proporcionarem um olhar jurídico sobre o tema.

Aos *amigos do Mestrado* pelo companheirismo e apoio durante os dois anos de curso, em especial, *Márcia de Mello Fonseca Corvino*, *Juliana de Fátima Pinto* e *Jocarla Vittorazzi Laquini*, por sempre me incentivarem e acreditarem no meu potencial, por toda a ajuda e reuniões gastronômicas filosóficas.

E, por fim, a todos os meus *amigos* por entenderem a minha ausência e me apoiarem a sua maneira.

“Maria, Maria  
É um dom, uma certa magia  
Uma força que nos alerta  
Uma mulher que merece  
Viver e amar  
Como outra qualquer  
Do planeta

Maria, Maria  
É o som, é a cor, é o suor  
É a dose mais forte e lenta  
De uma gente que ri  
Quando deve chorar  
E não vive, apenas aguenta

Mas é preciso ter força  
É preciso ter raça  
É preciso ter gana sempre  
Quem traz no corpo a marca  
Maria, Maria  
Mistura a dor e a alegria

Mas é preciso ter manha  
É preciso ter graça  
É preciso ter sonho sempre  
Quem traz na pele essa marca  
Possui a estranha mania  
De ter fé na vida....

Ah! Hei! Ah! Hei! Ah! Hei!  
Ah! Hei! Ah! Hei! Ah! Hei!!  
Lá Lá Lá Lerererê Lerererê  
Lá Lá Lá Lerererê Lerererê  
Hei! Hei! Hei! Hei!  
Ah! Hei! Ah! Hei! Ah! Hei!  
Ah! Hei! Ah! Hei! Ah! Hei!  
Lá Lá Lá Lerererê Lerererê!  
Lá Lá Lá Lerererê Lerererê!...”.

**Maria, Maria**  
(Milton Nascimento)

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	10
<b>ABSTRACT</b> .....	11
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	12
1.1 PROBLEMÁTICA .....	13
1.2 OBJETIVOS .....	14
1.2.1 Objetivo geral .....	14
1.2.2 Objetivos específicos.....	14
1.3 JUSTIFICATIVA .....	14
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	13
<b>2 GENEALOGIA E ARQUEOLOGIA DE MICHEL FOUCAULT</b> .....	17
2.1 ANALÍTICA DE PODER FOUCAULTIANA .....	17
2.2 PODER DISCIPLINAR: DISCIPLINA DO CORPO-MÁQUINA.....	21
2.2.1 Nascimento da prisão .....	30
2.3 BIOPODER: REGULAMENTAÇÃO DO CORPO SOCIAL .....	35
2.4 O SUJEITO, A SUBJETIVIDADE E OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO.....	42
2.5 ARQUEOLOGIA DO SABER.....	45
<b>3 TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE</b> .....	50
3.1 MULHER E O TRABALHO.....	61
3.2 TRABALHO PRISIONAL .....	69
3.2.1 Trabalho prisional no Espírito Santo.....	76
<b>4 METODOLOGIA</b> .....	79
4.1 TIPO DE PESQUISA .....	79
4.2 LÓCUS E SUJEITOS DA PESQUISA .....	79
4.3 PRODUÇÃO DE DADOS .....	80



4.4 TRATAMENTO DE DADOS.....	82
4.5 ANÁLISE DE DADOS .....	83
<b>4.5.1 Análise do discurso .....</b>	<b>83</b>
<b>5 RESULTADOS DA PESQUISA .....</b>	<b>87</b>
5.1 A PENITENCIÁRIA FEMININA DE CARIACICA.....	87
5.2 ANÁLISE DOS DISCURSOS.....	88
<b>5.2.1 História de vida das Marias .....</b>	<b>89</b>
<b>5.2.2 Histórico profissional antes da prisão .....</b>	<b>96</b>
<b>5.2.3 Trajetória criminal .....</b>	<b>100</b>
<b>5.2.4 Cotidiano das Marias de Bubu .....</b>	<b>102</b>
<b>5.2.5 Cotidiano do trabalho .....</b>	<b>108</b>
<b>5.2.6 Programa de ressocialização pelo trabalho.....</b>	<b>116</b>
<b>5.2.7 Método de tratamento penal.....</b>	<b>128</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>132</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>138</b>
<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS PRESIDÁRIAS.....</b>	<b>147</b>
<b>APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS SERVIDORES .....</b>	<b>149</b>
<b>APÊNDICE C – LISTA DE DOCUMENTOS .....</b>	<b>150</b>
<b>APÊNDICE D – BIOGRAFIA RESUMIDA DAS MARIAS .....</b>	<b>151</b>

## **LISTA DE SIGLAS**

CTC - Comissão Técnica de Classificação

Depen – Departamento Penitenciário Nacional

Diresp - Diretoria de Ressocialização da Sejus

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IRS - Instituto de Readaptação Social

PAD – Procedimento administrativo disciplinar

PEA – População economicamente ativa

PSME II - Penitenciária de Segurança Média II

PFC – Penitenciária Feminina de Cariacica

Sejus - Secretaria de Justiça do Espírito Santo

## RESUMO

Considerando a realidade carcerária brasileira, em especial a do Estado do Espírito Santo, objeto desse estudo, o aumento do percentual de mulheres encarceradas no estado e a implantação maciça de programas de ressocialização nas instituições penais de todo o país, percebeu-se importante estudar como as apenadas vivenciam os programas de ressocialização, cujos objetivos são a promoção de cursos de capacitação profissional e a oferta de trabalho. Dessa forma, o objetivo desta pesquisa é analisar o discurso de presidiárias e servidores de Instituição Penal do Espírito Santo sobre os programas de ressocialização que envolvem capacitação profissional e trabalho, desenvolvidos pela Secretaria de Justiça do Espírito Santo e parceiros. Metodologicamente os dados foram produzidos por meio de entrevistas semi-estruturadas com trinta e seis internas inseridas em programas de ressocialização pelo trabalho e treze servidoras da Sejus, observação direta, análise documental e diário de campo. Após a produção dos dados, as entrevistas foram transcritas e os documentos organizados. Como forma de análise dos dados foi utilizada a de análise do discurso de Michel Foucault. Os resultados da pesquisa mostram que o trabalho prisional não oferece condições de ressocialização para o trabalho das apenadas, uma vez que ele não é configurado segundo a lógica do regime flexível de produção, bem como os dispositivos de exclusão são não eliminados, mas aumentados pelo cárcere.

**Palavras Chaves:** poder, prisão, subjetividade, trabalho, ressocialização.

## **ABSTRACT**

Considering the reality of Brazilian prison, especially of the state of Espírito Santo, the object of this study, the increase in the percentage of incarcerated women in the state and the massive deployment of resocialization programs in penal institutions throughout the country, it was found important the study about how the incarcerated women experience the resocialization programs, whose objectives are the promotion of professional training courses and job offer. Thus, the objective of this research is to analyze the discourse of prisoners and workers Penal Institution of the Espírito Santo on the resocialization programs involving job training and work, developed by the Department of Justice of the Espírito Santo and partners. Methodologically the data were produced by means of semi-structured interviews with thirty-six incarcerated women inserted in resocialization programs by work and thirteen workers of Sejus, direct observation, document analysis and field journal. After compiling the data, the interviews were transcribed and documents organized. As a form of data analysis was used discourse analysis of Michel Foucault. The survey results show that prison labor does not offer conditions for the resocialization of the incarcerated women, since it is not configured according to the logic of the flexible production system, as well as exclusion devices are not eliminated, but increased by prison.

**Key words:** power, prison, subjectivity, work, resocialization.

## 1 INTRODUÇÃO

Apesar do crescimento carcerário brasileiro e das políticas públicas direcionadas a recuperação e ressocialização de apenados existem poucos trabalhos na área de Administração que estudaram o trabalho prisional como mecanismo de ressocialização (LEMOS; MAZZILLI; KLERING, 1997; 1998; COSTA; BRATKOWSKI, 2004; 2007; MOREIRA NETO; SACHUK, 2007; PIRES; PALASSI, 2007; 2010), conforme pesquisa bibliográfica realizada nos principais periódicos do Brasil e do exterior na área de Administração e também nos eventos da Anpad.

O Brasil em junho de 2012 possuía uma população carcerária composta por 549.577 pessoas (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2013a), quase duas vezes mais presos que a capacidade de vagas das instituições penais. Além de super lotadas, boa parte das prisões possui uma estrutura física e higiênica precária, bem como um cotidiano repleto de situações de violência física, moral e sexual.

Sem dados precisos sobre a taxa de reincidência criminal, bem como considerando a realidade do sistema carcerário brasileiro e a necessidade de dar efetividade à Lei de Execuções Penais (Lei nº 7.210/84) vários órgãos governamentais e instituições sociais tem desenvolvido e implantado programas de ressocialização pelo trabalho em diversos sistemas penitenciários brasileiros. De forma geral, a principal ideia é ocupar o tempo dos encarcerados de forma produtiva, fazendo com que eles tenham acesso a uma educação que irá ajudá-los a retomarem sua vida após a prisão, e, inclusive, possibilitar que eles reflitam sobre valores, atitudes, justiça e cidadania, a fim de diminuir a chance de reincidência (CNJ, 2009).

Dentro dessa perspectiva, o trabalho prisional atua como produtor do homem, desempenha um importante papel para o sistema capitalista de produção (SCHWARTZ, 1998), visto as vantagens econômicas que as organizações adquirem ao contratar mão de obra carcerária, já que os presos não são regidos pela CLT, além de ser um dispositivo disciplinar (FOUCAULT, 1979).

No entanto, conforme os trabalhos encontrados sobre o tema na área da Administração (LEMOS; MAZZILLI; KLERING, 1997; 1998; COSTA; BRATKOWSKI, 2004; 2007; MOREIRA NETO; SACHUK, 2007; PIRES; PALASSI, 2007; 2010), verificou-se que a configuração do trabalho prisional é diferente do trabalho livre,

tendo em vista que não reproduz as características do regime de produção flexível e conta com especificidades próprias do ambiente prisional. Da mesma forma, essa pesquisa também buscou analisar o trabalho prisional dentro da lógica do capitalismo flexível, porém, além da abordagem pós-estruturalista, esse trabalho teve como diferenciais a análise dos dispositivos de inclusão e exclusão presentes na sociedade e que perpassam os sujeitos estudados, a fim de verificar qual tipo sujeito se quer produzir com o programa de ressocialização pelo trabalho e o fato de ter se dedicado a estudar mulheres apenas, uma vez que os trabalhos existentes foram realizados em unidades prisionais masculinas.

## 1.1 PROBLEMÁTICA

Estando o mundo em constante devir, o mercado precisa ser ágil e flexível para atender uma demanda que está sempre em transformação, considerando que estamos na era do consumo.

Nesse sentido, não há espaço para as mazelas da rigidez burocrática e da rotina, alterando-se, inclusive, o perfil do trabalhador. Esse deve ser pró-ativo, dinâmico e receptivo a mudanças (SENNETT, 2011). As configurações modernas de produção modificam o trabalho, transformando as relações sociais e, inclusive, demandando novas competências (SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2010a).

Sendo assim, o trabalho deixa de ser simplista, ou seja, deixa de ser apenas um meio para percepção de remuneração e consequentemente atendimento das necessidades, passando a ser visto como algo mais complexo (SOUZA; BIANCO, 2007). Sendo o trabalho algo mais complexo, têm-se o trabalhador como um sujeito que pensa sua atividade, que a executa segundo suas percepções do cotidiano e das situações de trabalho, constrói e reconstrói assim um método de trabalho e contribui para o desenvolvimento das organizações e das relações sociais (LIMA; BIANCO, 2009).

Diante do contexto e considerando a configuração do trabalho prisional, pretende-se responder por meio dessa pesquisa a seguinte questão: **como apenas e servidores das Instituições Penais do Espírito Santo vivenciam os Programas de Ressocialização, baseados na promoção de cursos de capacitação**

**profissional e oferta de trabalho, desenvolvidos pela Secretaria de Justiça do Estado?**

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo geral

Analisar o discurso de presidiárias e servidores de Instituição Penal do Espírito Santo sobre os programas de ressocialização que envolvem capacitação profissional e trabalho, desenvolvidos pela Secretaria de Justiça do Espírito Santo e parceiros.

### 1.2.2 Objetivos específicos

- Compreender como a participação nos programas de ressocialização mitiga os efeitos do encarceramento;
- Analisar se e como o trabalho atua como agente reintegrador de pessoas encarceradas à sociedade e os saberes produzidos;
- Discutir os programas de ressocialização que envolvem qualificação profissional e trabalho promovidos pela Secretaria de Justiça do Espírito Santo discutindo a oferta de condições para a reintegração das condenadas a sociedade;
- Compreender os motivos que levam a apenada a participar dos programas de ressocialização focados na inclusão social pelo trabalho, bem como os dispositivos de inclusão e exclusão existentes.
- Discutir a efetividade dos programas de ressocialização para o trabalho na visão das apenadas.

## 1.3 JUSTIFICATIVA

Considerando que para Foucault (2010d), mesmo com a utilização do trabalho prisional e educação como instrumentos de transformação do preso, a detenção penal não mitiga a propensão ao crime, da mesma forma que não reduz a probabilidade de reincidência, pelo contrário, provoca-a, mister se faz analisar as relações de poder e a produção de saberes de apenados, tendo como princípios norteadores a noção de sujeito foucaultiano, as relações de poder relacionadas ao

dispositivo do trabalho e os saberes produzidos, contribuindo assim para a temática dos estudos organizacionais.

O estudo das políticas públicas destinadas à recuperação de presos é algo relevante e necessário nos dias atuais, uma vez que entender o significado dos programas de ressocialização por meio do trabalho para os presos contribui não somente com a gestão carcerária, bem como ajuda a analisar e compreender os impactos sociais que estes programas realmente têm sobre a socialização e sua efetividade em termos de recuperação e conseqüente redução da criminalidade e violência urbana.

Nesse passo, esse estudo também se justifica pela necessidade de avaliar o efeito da participação de presidiárias em programas de ressocialização que envolvem trabalho, devido aos diversos programas que têm sido implantados nas instituições penais de todo o país em atendimento a Lei de Execuções Penais e a finalidade pela qual esses programas são desenvolvidos, isto é, promover a recuperação e a reinserção social do apenado.

Com relação à escolha de estudar somente presidiárias deveu-se ao fato de os trabalhos existentes dentro da temática proposta terem sido realizados com presos. Além disso, as mulheres são marginalizadas pelo poder (FOUCAULT, 1979), ou seja, o gênero atua como dispositivo de exclusão e essa exclusão é refletida no mercado de trabalho, considerando que mesmo com todas as transformações sociais as mulheres ainda ocupam cargos inferiores e recebem salários menores do que o dos homens, apesarem de possuir maior escolarização. Logo, sobre as mulheres imperam mais dispositivos de exclusão do que para os homens, o que reflete no processo de ressocialização pelo trabalho.

#### 1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho é composto por cinco capítulos. O primeiro capítulo é composto por essa sessão que compreende a introdução, a problemática, os objetivos geral e específicos e a justificativa da pesquisa proposta.

No segundo capítulo é apresentada a genealogia do poder de Michel Foucault, que envolve as relações de poder e saber que circundam e constituem o indivíduo, a subjetividade e os processos de subjetivação, o poder disciplinar e o exame dos



prisioneiros a luz dessas relações de poder, bem como uma análise histórica da prisão, abrangendo desde as primeiras formas de punição penal até a instituição da prisão como método de condenação. Ademais, será feita uma analítica do poder, isto é, será mostrada a transformação das relações de poder, desde o poder soberano até a biopolítica.

No terceiro capítulo é feita uma análise da importância do trabalho na atualidade, além da apresentação de diferentes conceitos de trabalho e o trabalho como dispositivo de poder. Nesse capítulo também será abordado a mulher no trabalho, apresentando que trabalhos são esses e como as trabalhadoras são vistas pela sociedade, a produção de saberes no trabalho e os estudos já existentes sobre os programas de ressocialização pelo trabalho desenvolvidos no Brasil e no Espírito Santo, na área de Administração.

No quarto capítulo é apresentada a metodologia que foi utilizada nesse estudo. Engloba o tipo de pesquisa, *lócus* e sujeito da pesquisa, produção de dados, tratamento e análise de dados.

No quinto capítulo é apresentado o resultados da pesquisa e, por fim, tem-se a conclusão, referências bibliográficas e os apêndices que contém os roteiros de entrevista semi-estruturado, a bibliografia resumida das internas entrevistadas e a lista de documentos.

## 2 GENEALOGIA E ARQUEOLOGIA DE MICHEL FOUCAULT

Os estudos de Michel Foucault são estruturados em três eixos: *saber* que está relacionado à arqueologia, *poder* que se refere à genealogia e *sujeito* que está ligado à ética (ALCADIPANI, 2005).

Primeiro, uma ontologia histórica de nós mesmos em relação à verdade através da qual nos constituímos como sujeitos de saber; segundo, uma ontologia histórica de nós mesmos em relação a um campo de poder através do qual nos constituímos como sujeitos de ação sobre os outros; terceiro, uma ontologia histórica em relação à ética através da qual nos constituímos como agentes morais (FOUCAULT, 1995, p. 262).

Em qualquer um dos eixos, Foucault, similarmente ao pós-estruturalismo, propõe uma analítica interpretativa da história que não se atém a busca pela origem ou por relações de causalidade (ARAÚJO, 1993). De acordo com Dreyfus e Rabinow (1995, p. 147), o trabalho do genealogista “é permanecer o máximo possível na superfície das coisas, para evitar recorrer a significações ideais, tipos gerais ou essências”, afinal não cabe a ele a descrição do presente segundo leis, pessoas, instituições ou acontecimentos do passado (DREYFUS; RABINOW, 1995). Para isso, Foucault propõe uma nova forma de enxergar os acontecimentos, por meio da análise de práticas discursivas que fazem emergir fenômenos como loucura, prisões e sexualidade (ARAÚJO, 1993), as “práticas divisoras” que objetivam o sujeito (FOUCAULT, 1995). Em outras palavras, a intenção de Foucault era a de desenvolver “um modo de análise daquelas práticas culturais, em nossa cultura, que têm sido instrumentais para a formação do indivíduo moderno tanto como objeto, quanto como sujeito” (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 133).

Foucault também nunca tentou estabelecer verdades, visto que a ideia de verdade traz implícita uma concepção de lei geral, de atemporal. A verdade, para Foucault (1979), está ligada as relações de poder que a produz e aos mecanismos de poder que a reproduz. Desse modo, a verdade não existe sem o poder. Mas afinal, o que é poder para Foucault?

### 2.1 ANALÍTICA DE PODER FOUCAULTIANA

Diferentemente de uma visão funcionalista em que poder representa autoridade, de forma que as pessoas não exercem poder e sim autoridade, o poder para Foucault

(1979) não é algo que se possa ter ou ser titular, já que ele não é um objeto ou propriedade, de fato, o poder para ele nem existe. O poder é, na verdade, uma maquinaria exercida por meio de diversas práticas sociais construídas historicamente, sendo assim, nenhuma instituição, estrutura ou pessoa representa ou detêm o poder.

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. Não se trata de conceber o indivíduo como uma espécie de núcleo elementar, átomo primitivo, matéria múltipla e inerte que o poder golpearia e sobre o qual se aplicaria, submetendo os indivíduos ou estraçalhando-os. Efetivamente, aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos de poder. Ou seja, o indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constitui (FOUCAULT, 1979, p. 183-184).

Dentro dessa perspectiva e sendo microfísico, o poder é também heterogêneo, criando assim indivíduos singulares; hegemônico, isto é, está disseminado por todo o corpo social; dinâmico, considerando que ele circula, funciona em rede; bem como não tem fim de dominação, posto que o poder não se exerce de forma repressora, mas ao contrário, seu propósito é constituir formas de vida, produzir discursos e saberes (SOUZA et al, 2006).

Ao estudar o poder, Foucault (1999b) pretendeu estudar o “como” do poder, ou seja, o poder como regras de direito e como produtor de verdades. Sua intenção era entender: “quais são as regras de direito de que lançam mão as relações de poder para produzir discursos de verdade? [...] Qual é esse tipo de poder capaz de produzir discursos de verdade que são numa sociedade como a nossa, dotados de efeitos tão potentes?” (FOUCAULT, 1999b, p. 28).

A intenção de Foucault ao estudar o “como” do poder não era a de suprimir perguntas como “quê” e “porquê”, mas sim entender como o poder, caso ele exista, se exerce (FOUCAULT, 1995).

*Grosso modo*, eu diria que começar a análise pelo “como” é introduzir a suspeita de que o “poder” não existe; é perguntar-se, em todo caso, a que

conteúdos significativos podemos visar quando usamos este termo majestoso, globalizante e substantificador; é desconfiar que deixamos escapar um conjunto de realidades bastante complexo, quando engatinhamos indefinidamente diante da dupla interrogação: “O que é o poder? De onde vem o poder?” A pequena questão, direta e empírica: “Como isto acontece?”, não tem por função denunciar como fraude uma “metafísica” ou uma “ontologia” do poder, mas tentar uma investigação crítica sobre a temática do poder (FOUCAULT, 1995, p. 240, grifo do autor).

Conforme afirma Foucault, a nossa sociedade é constituída e perpassada pelas relações de poder e o poder é produtor de verdades, então, não se exerce poder sem produzir discursos de verdade. “Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercer o poder mediante a produção da verdade” (FOUCAULT, 1999b, p. 28-29).

As construções sociais são dentro desse contexto efeitos das relações de verdade e poder. “Afinal de contas, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a tarefas, destinados a uma certa maneira de viver ou a uma certa maneira de morrer, em função de discursos verdadeiros, que trazem consigo efeitos específicos de poder” (FOUCAULT, 1999b, p. 29).

Segundo Foucault (1995), para analisar as relações de poder é preciso considerar o *sistema das diferenciações*, visto que “toda relação de poder opera diferenciações que são, para ela, ao mesmo tempo, condições e efeitos” (FOUCAULT, 1995, p. 246). São as diferenciações que permitem o exercício da resistência ou ainda a resposta a ação de outrem. É preciso também avaliar os *objetivos* daqueles que respondem a ação dos outros. A análise das relações de poder implica ainda no exame das *modalidades instrumentais*, posto que o poder pode ser exercido por meio de mecanismos de controles, dispositivos, normas, sistemas de vigilância, dentre outros. Outro elemento de análise são as *formas de institucionalização*, isto é, o exercício do poder também se dá por meio das instituições, que podem ser estruturas tradicionais, fechadas ou complexas (FOUCAULT, 1995). E, por fim, os *graus de racionalização* que compreende a “eficácia dos instrumentos e da certeza do resultado (maior ou menor refinamento tecnológico no exercício do poder) ou, ainda, em função do custo eventual (seja do “custo” econômico dos meios utilizados, ou do custo em termos de reação constituído pelas resistências encontradas)” (FOUCAULT, 1995, p. 247).

Foucault (1979) adverte ainda para o cuidado de não assumir o poder somente como uma vertente de dominação em massa, pois ele seria fraco se aplicado de modo estritamente negativo, com finalidade exclusivamente de supressão e domínio. Associar poder a repressão é imputar a ele um sentido jurídico restritivo. “Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? [...] Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir” (FOUCAULT, 1979, p. 8).

Quando Foucault fala em dominação não está dizendo dominação de um sobre o outro, mas sim das “múltiplas sujeições que ocorreram e funcionam no interior do corpo social” (FOUCAULT, 1999b, p. 32). Sendo assim, o poder não é um mecanismo de dominação, pois não se detém o poder. Esse circula, funciona em rede, passando pelos indivíduos, mas nunca estacionando neles.

A produtividade do poder é utilizada por Foucault para apresentar o mecanismo pelo qual o indivíduo é constituído, de forma que ele não pré-existe, sendo altamente determinado tanto pelas relações de poder que o circunda, quanto pelas construções sócio-históricas. “O indivíduo, com suas características, sua identidade, fixado a si mesmo, é o produto de uma relação de poder que se exerce sobre corpos, multiplicidades, movimentos, desejos, forças” (FOUCAULT, 1979, p. 161-162).

De acordo com Foucault, a análise do poder deve ser feita na periferia das relações sociais, posto que o poder não se concentra no centro da estrutura social, ramificando-se a partir daí. Com uma constituição microfísica, infinitesimal, as diversas forças que atuam nas relações de poder são mais perceptíveis aonde ele é capilar (SOUZA et al, 2006). Diante disso, Foucault (1979) construiu sua analítica do poder por meio do estudo dos marginalizados, isto é, os homossexuais, mulheres, crianças, soldados, prisioneiros e doentes nos hospitais, grupos que se encontram justamente as margens das relações de poder. Logo, instituições disciplinares como escolas, exércitos, prisões e hospitais foram estudadas por Foucault. O próximo tópico aborda o poder disciplinar, estrutura de poder presente nessas e em outras instituições disciplinares.

## 2.2 PODER DISCIPLINAR: DISCIPLINA DO CORPO-MÁQUINA

No livro *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*, Foucault (2010d) apresenta uma forma de poder que ele denomina de disciplina ou poder disciplinar. Para isso, Foucault (2010d) faz uma cronologia da evolução dos castigos e suplícios a que eram submetidos os infratores da Idade Média à Moderna, por meio da análise do sistema penal que, aquela época, era baseado na punição do corpo, relatando a passagem da sociedade soberana para a sociedade disciplinar.

O poder disciplinar, diferentemente do poder soberano, tem como função adestrar os corpos, fabricar indivíduos, tomando-os como objeto e instrumento (FOUCAULT, 2010d).

A “disciplina” não pode se identificar com uma instituição nem com um aparelho; ela é um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; ela é uma “física” ou uma “anatomia” do poder, uma tecnologia (FOUCAULT, 2010d, p. 203).

De acordo com Foucault (2010d), no período clássico percebeu-se que o corpo do homem era ao mesmo tempo objeto e alvo de poder; não que já não se soubesse que o corpo era investido por relações de poder, mas, no século XVIII o interesse estava nas novas técnicas do poder disciplinar, como a escala, que é trabalhar o corpo de forma minuciosa, exercendo uma coação constante; o objeto, centrada no exercício, na estruturação e potência dos movimentos; e a modalidade, coerção contínua com foco na atividade, que detalha os movimentos, o tempo e o espaço. “Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as “disciplinas”” (FOUCAULT, 2010d, p. 133).

Segundo Foucault (2010d), as disciplinas fizeram-se presentes em várias instituições, como escolas e exércitos, porém, nos séculos XVII e XVIII elas se transfiguraram em mecanismos de dominação, ou melhor ainda, de coerção, pois conforme ressalta Foucault (2010d), não é uma dominação como a escravidão ou a domesticidade, mas uma mecânica de poder que tem por finalidade não somente aumentar as habilidades dos corpos, mas, inclusive, torná-los simultaneamente e reciprocamente obedientes e úteis.

Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica de poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina (FOUCAULT, 2010d, p. 133).

É dessa forma que a disciplina produz corpos adestrados, subservientes e permissivos. A disciplina faz da relação de poder sobre os corpos uma relação de sujeição. A disciplina, por meio das suas técnicas de poder, fixou uma nova forma de investimento político e econômico dos corpos, não estacionando neles, mas tencionando expandir-se por todo o corpo social (FOUCAULT, 2010d).

Para o exercício da disciplina é necessário que haja uma distribuição espacial dos corpos e para isso ela utiliza-se de diferentes mecanismos, como a cerca. A cerca é uma espécie de encarceramento, “um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo. Local protegido da monotonia disciplinar” (FOUCAULT, 2010d, p. 137). Consoante Foucault (2010d), os colégios, quartéis, prisões e fábricas são exemplos de “cárceres”.

Porém, a reclusão não é permanente e bastante para as técnicas disciplinares, visto que a disciplina utiliza o espaço conforme o princípio do quadriculamento, isto é, “cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo” (FOUCAULT, 2010d, p. 138), a fim de evitar a coletividade. O monitoramento e o controle dos corpos é o principal objetivo dessa distribuição espacial e celular. Com isso, há toda uma individualização dos corpos e uma decomposição das forças (FOUCAULT, 2010d).

Na disciplina, conquanto haja a singularização dos corpos, eles são intercambiáveis entre os espaços seriais. “A disciplina, arte de dispor em fila, e da técnica para a transformação dos arranjos. Ela individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações” (FOUCAULT, 2010d, p. 141).

Segundo Foucault (2010d), a organização dos corpos, por meio da construção de quadros, é uma das primeiras façanhas da disciplina. Mais do que uma técnica do poder disciplinar, os quadros são também métodos de saber, visto que permitem a

observação, categorização, controle e vigilância dos indivíduos, extraindo o máximo de efeitos. A distribuição por quadros, de acordo com Foucault (2010d, p 143-144):

permite ao mesmo tempo a caracterização do indivíduo como indivíduo, e a colocação em ordem de uma multiplicidade dada. Ela é a condição primeira para o controle e o uso de um conjunto de elementos distintos: a base para uma microfísica de um poder que poderíamos chamar “celular”.

Para o exercício da disciplina é preciso também que haja um controle da atividade, por meio da regulamentação do tempo, da decomposição anátomo-cronológica da atividade, da articulação do corpo com os gestos e os objetos e da maximização da utilização do tempo. A ênfase dessa técnica de sujeição está na descrição de manobras (FOUCAULT, 2010d). “Sobre toda a superfície de contato entre o corpo e o objeto que o manipula, o poder vem se introduzir, amarra-os um ao outro. [...] A regulamentação imposta pelo poder é ao mesmo tempo a lei de construção da operação” (FOUCAULT, 2010d, p. 148).

Todavia, gradualmente o poder disciplinar passa a ter uma composição orgânica que substitui esses processos voltados simplesmente para o movimento físico do corpo. Percebe-se que o corpo útil e dócil não é apenas uma célula, mas sim um organismo (FOUCAULT, 2010d). Conforme Foucault (2010d, p. 150), “o poder disciplinar tem por correlato uma individualidade não só analítica e “celular”, mas também natural e “orgânica””.

Nesse sentido, há o progresso das sociedades ou em outros termos, uma organização progressiva do tempo pelas técnicas administrativas em nível social. E, da mesma forma, as técnicas disciplinares manifestam uma evolução histórica da gênese em nível individual ou, em outras palavras, uma gênese dos indivíduos. Para Foucault (2010d, p. 154), “essas duas grandes “descobertas” do século XVIII são talvez correlatas das novas técnicas de poder e, mais precisamente, de uma nova maneira de gerir o tempo e torná-lo útil, por recorte segmentar, por seriação, por síntese e totalização”. Nesse sentido, tem-se a aplicação de exercícios repetitivos, diferentes, mas graduados, que possibilitam ao corpo uma evolução em nível individual ou social (FOUCAULT, 2010d).

Surge então a necessidade de combinar as forças a fim de obter uma máquina eficiente. Essa necessidade satisfaz-se pelo encadeamento do corpo-elemento com



outros corpos-elementos, inserindo-o em um conjunto ao qual ele poderá se articular formando uma máquina. Nesse sentido é preciso ajustar os tempos individuais de modo a obter o resultado ótimo com a formação do tempo composto. Por fim, é preciso ter uma “voz” de comando para obter o comportamento esperado (FOUCAULT, 2010d).

Em resumo, pode-se dizer que a disciplina produz, a partir dos corpos que controla, quatro tipos de individualidade, ou antes uma individualidade dotada de quatro características: é celular (pelo jogo da repartição espacial), é orgânica (pela codificação das atividades), é genética (pela acumulação do tempo), é combinatória (pela composição das forças). E, para tanto, utiliza quatro grandes técnicas: constrói quadros; prescreve manobras; impõe exercícios; enfim, para realizar a combinação das forças, organiza “táticas” (FOUCAULT, 2010d, p. 161, grifo do autor).

Foucault (2010d) explana ainda sobre o uso da disciplina como mecanismo de adestramento, visto que o poder disciplinar não tem como função extrair ou reduzir as forças dos corpos, mas sim fabricar indivíduos dóceis e úteis, objetos e efeitos de poder. De acordo com Foucault (2010d), o alcance desse objetivo se deve “ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame” (FOUCAULT, 2010d, p. 164).

A vigilância hierárquica é uma técnica do poder disciplinar que tem como finalidade exercer a vigilância sobre os corpos a fim de sujeitá-los e utilizá-los, seria uma espécie de controle por observação. A vigilância é uma técnica de coerção múltipla e muitas vezes invisível que induz a efeitos de poder. Invisível, pois, ainda que não se veja quem vigia, sabe-se que está sendo vigiado (FOUCAULT, 2010d).

O modelo de vigilância foi baseado nos acampamentos militares. A forma como eram distribuídas as tendas, a formação das filas e colunas, as orientações das entradas, formavam uma distribuição espacial circular que permitia uma vigilância detalhada, completa e fazia circular o poder. Com isso, as escolas, hospitais, cidades, prisões foram projetados segundo esse modelo que engendrava a disciplina e provocava uma mudança nos indivíduos por meio da vigilância (FOUCAULT, 2010d). “As instituições disciplinares produziram uma maquinaria de controle que funcionou como um microscópio do comportamento; as divisões tênues e analíticas por elas realizadas formaram, em torno dos homens, um aparelho de observação, de registro e de treinamento” (FOUCAULT, 2010d, p. 167).

Porém, essa arquitetura circular que admitia uma observação do todo logo se mostra deficiente. Devido a isso, a concepção circular reconfigura-se para um formato piramidal devido à necessidade de escala para ampliar os resultados possíveis e ser ao mesmo tempo discreto, completo e sustentável (FOUCAULT, 2010d). “É preciso decompor suas instâncias, mas para aumentar sua função produtora. Especificar a vigilância e torná-la funcional” (FOUCAULT, 2010d, p. 168).

Foucault (2010d) cita o caso das fábricas onde a vigilância hierárquica, com o novo formato, consegue cobrir toda a produção e as tarefas e conhecimento dos operários. À medida que a organização cresce e se complexifica, mais se faz necessário o controle e vigilância, tornando-se parte do processo produtivo. “A vigilância torna-se um operador econômico decisivo, na medida em que é ao mesmo tempo uma peça interna no aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar” (FOUCAULT, 2010d, p. 169).

A estrutura piramidal da vigilância hierárquica provoca uma autovigilância que faz funcionar e perpetuar a disciplina por entre os indivíduos. Ela repousa sobre eles de forma anônima, de modo que a pessoa se autopolicia a fim de não cometer desvios, pois os indivíduos são, ao mesmo tempo, aqueles que vigiam e são vigiados (FOUCAULT, 2010d).

Organiza-se assim como um poder múltiplo, automático e anônimo; pois, se é verdade que a vigilância repousa sobre os indivíduos, seu funcionamento é de uma rede de relações de alto a baixo, mas também até um certo ponto de baixo para cima e lateralmente; essa rede “sustenta” o conjunto, e o perpassa de efeitos de poder que se apoiam uns sobre os outros. [...] A disciplina faz “funcionar” um poder relacional que se autossustenta por seus próprios mecanismos e substitui o brilho das manifestações pelo jogo ininterrupto dos olhares calculados (FOUCAULT, 2010d, p. 170, grifo do autor).

Além da vigilância hierárquica, outra forma de adestramento do corpo é pela sanção normalizadora. Tem-se um modelo ideal definido pelo corpo social e a disciplina, com seu efeito de adestramento, adapta, sujeita as pessoas a esse modelo, isto é, torna-as úteis, dóceis, homogêneas, “normais” e também individuais. Daí seu caráter mais corretivo do que punitivo (FOUCAULT, 2010d), considerando que as normas categorizam o que é aceitável do que não é, o que é bom do que não é, o que é permitido e o que não é. Nesse sentido, os comportamentos dentro dos padrões devem ser reconhecidos, recompensados, enquanto que os desvios devem ser

corrigidos. Para Alcadipani (2005, p. 75), “o próprio sistema de classificação dos indivíduos vale como punição ou recompensa”. Contudo, “a punição disciplinar é, pelo menos por uma boa parte, isomorfa à própria obrigação [...]. De modo que o efeito corretivo que dela se espera apenas de uma maneira acessória passa pela expiação e pelo arrependimento; é diretamente obtido pela mecânica de um castigo” (FOUCAULT, 2010d, p. 173).

A sanção normalizadora diferencia-se da penalidade judiciária por sua base. A disciplina institui normas não contempladas pelas regras de direito, isto é, o modo de se vestir, de ser, de falar, de se comportar, dentre outros. O aparelho jurídico, por sua vez, tem por fundamento todo um código legal, que não faz distinção de indivíduo, mas sim julga seus atos dentro do estabelecido juridicamente (FOUCAULT, 2010d). As normas, por outro lado, relacionam “os atos, os desempenhos, os comportamentos singulares a um conjunto, que é ao mesmo tempo de comparação, espaço de diferenciação e princípio de uma regra a seguir. Diferenciar os indivíduos em relação uns aos outros e em função dessa regra de conjunto” (FOUCAULT, 2010d, p. 175-176).

Combinadas, as técnicas de vigilância e sanção normalizadora compõe o exame, outro instrumento do poder disciplinar (ALCADIPANI, 2005). O exame “é um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. É por isso que, em todos os dispositivos de disciplina, o exame é altamente ritualizado” (FOUCAULT, 2010d, p. 177).

Por meio do exame a disciplina torna-se invisível. Conforme explica Foucault (2010d), de modo geral, o poder é explícito, fortalecendo-se justamente por se exhibir. Aquele que exerce o poder é percebido, enquanto que aquele a quem o poder sujeita pode ser desprezado. O poder disciplinar, em contrapartida, manifesta-se de forma oculta, tendo destaque não aqueles que exercem o poder, mas sim aqueles a quem o poder intenta disciplinar e, pois “é o fato de ser visto sem cessar, de sempre poder ser visto, que mantém sujeito o indivíduo disciplinar. E o exame é a técnica pela qual o poder [...] capta-os num mecanismo de objetivação” (FOUCAULT, 2010d, p. 179). Mais do que medir e categorizar, o exame permite a comparação entre os indivíduos promovendo toda uma produção de saberes, faz do homem

efeito e objeto de poder e saber (ALCADIPANI, 2005). “O exame supõe um mecanismo que liga um certo tipo de formação de saber a uma certa forma de exercício do poder” (FOUCAULT, 2010d, p. 179), ou seja, o exame gera saber tendo em vista que permite medir, classificar, sancionar, comparar, descrever, normalizar. Para Alcadipani (2005, p. 77), “o grande papel do exame, dentro das disciplinas, é dizer, é criar a verdade das pessoas que analisa, para, a partir daí, distribuí-las e organizá-las segundo suas aptidões”. O exame, nessas circunstâncias, possibilita:

a constituição do indivíduo como objeto descritível, analisável, [...] para mantê-lo em seus traços singulares, em sua evolução particular, em suas aptidões ou capacidades próprias, sob um controle de um saber permanente; e por outro lado a constituição de um sistema comparativo que permite a medida de fenômenos globais, a descrição de grupos, a caracterização de fatos coletivos, a estimativa dos desvios dos indivíduos entre si, sua distribuição numa “população” (FOUCAULT, 2010d, p. 182).

E talvez essa característica da técnica de exame seja a mais importante, isto é, ainda que force uma comparação de casos, trata cada indivíduo como um, considerando sua singularidade. Isto propiciou o surgimento de um novo tipo de poder, um poder que em que cada sujeito passa a ser dotado de uma individualidade (FOUCAULT, 2010d). Nesse sentido, Fonseca (2007) ressalta a diferença entre os termos indivíduo e sujeito, posto que “sujeito” qualifica o indivíduo que possui uma identidade própria constituída pelos processos de subjetivação. Tais processos sobrepostos aos processos de objetivação completam o indivíduo moderno: objeto dócil-e-útil e sujeito. E “o exame está no centro dos processos que constituem o indivíduo como efeito e objeto de poder, como efeito e objeto de saber” (FOUCAULT, 2010d, p. 183).

Logo, o poder disciplinar além de adestrar os corpos tornando-os úteis e dóceis também individualiza os sujeitos e quanto mais marginalizado, mais profundamente são individualizados (FOUCAULT, 2010d). Para Foucault (2010d, p. 185, grifo do autor) o indivíduo é:

uma realidade fabricada por essa tecnologia específica de poder que se chama a “disciplina”. Temos que deixar de escrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele “exclui”, “reprime”, “recalca”, “censura”, “abstrai”, “mascara”, “esconde”. Na verdade o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais de verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção.

Diante disso, Foucault (2010d) questiona sobre como a disciplina consegue ser tão habilidosa na fabricação e normalização dos sujeitos. Para responder tal pergunta, o filósofo fez uma análise do Panóptico.

O Panóptico é uma arquitetura prisional projetado por Jeremy Bentham para possibilitar a observação completa e constante dos internos. A construção é formada por um anel que circunscreve uma torre de vigilância. Esse anel é composto por celas individuais vazadas, fechadas nas laterais por paredes para evitar que os detentos entrem em contato uns com os outros. Cada cela possui duas janelas, uma que dá para o exterior possibilitando a entrada de luz de um lado ao outro e uma voltada para o interior em direção à janela da torre. A contraluz permite que a pessoa que está na torre veja os detentos, porém, aqueles que estão nas celas não conseguem ver quem ou se tem alguém na torre (FOUCAULT, 2010d).

A construção panóptica admite dessa forma a visão de todo o complexo penitenciário, mas não suporta a situação inversa. Porém, sua função é exatamente essa, ver sem ser visto, materialização pura da técnica de exame. “Não há necessidade do vigia. O importante é que todos sintam-se vigiados” (ALCADIPANI, 2005, p. 80). Sendo assim, o poder disparado por esse dispositivo tem como virtude disciplinar e inibir os desvios. “O Panóptico é uma máquina de dissociar o par ver-ser visto: no anel periférico, se é totalmente visto, sem nunca ver; na torre central, vê-se tudo, sem nunca ser visto” (FOUCAULT, 2010d, p. 191).

Daí o efeito mais importante do Panóptico: induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação; que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade de seu exercício; que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce: enfim, que os detentos se encontrem presos numa situação de poder de que eles mesmos são os portadores (FOUCAULT, 2010d, p. 191).

Com o Panóptico foi possível iluminar as obscuridades do poder já que traz em seu esquema o meio exterior. Em outros termos, a arquitetura panóptica é o oposto da masmorra. Enquanto nesse fazia-se o encarceramento dos criminosos, escondendo-os e privando-os da luz, o Panóptico, por outro lado, possibilita o encarceramento, a plena luz e a observação de um vigia, quem quer ele seja (FOUCAULT, 2010d). “A submissão nasce de uma forma mecânica a partir de uma relação fictícia. Não é

necessário recorrer à violência e à força para garanti-la” (ALCADIPANI, 2005, p. 80). Percebe-se então o caráter humanitário idealizado para a pena e projetado na prisão.

De acordo com Foucault (2010d), o Panóptico é um dispositivo de poder notável, pois mecaniza e generaliza o poder disciplinar. “Automatiza, pois o indivíduo é o alvo e o ator, o vigiado e o vigilante, o agente passivo e o ativo desta relação de poder. [...] Desindividualiza, pois não importa quem exerce o poder, qualquer pessoa pode fazer com que o indivíduo sintá-se observado” (SOUZA; MACHADO; BIANCO, 2004, p. 8). Sendo assim, não interessa quem ou se alguém coloca em prática o poder, o Panóptico é capaz de dispará-lo por ele mesmo. Para Foucault (2010d, p. 192), “o Panóptico é uma máquina maravilhosa de poder que, a partir dos desejos mais diversos, fabrica efeitos homogêneos de poder. Uma sujeição real nasce mecanicamente de uma relação fictícia”.

Foucault (2010d), acrescenta que a configuração panóptica tem funcionalidade múltipla, pois admite a distribuição individual de corpos, organizando-os e classificando-os, bem como permite a realização de experiências e treinos e leva a mudanças de conduta, além de impulsionar a formação de saberes. Segundo Foucault (2010d, p. 194), “o Panóptico funciona como uma espécie de laboratório de poder”.

Nesse sentido, Foucault (2010d) destaca que não é somente na prisão que se aplica a concepção panóptica, sendo possível percebê-la nas escolas, hospitais, fábricas e por todo o corpo social. O Panóptico não pode ser dessa maneira reduzido a um “local de troca entre mecanismo de poder e uma função; [o Panóptico] é uma maneira de fazer funcionar relações de poder numa função, e uma função para essas relações de poder” (FOUCAULT, 2010d, p. 196). Por esse motivo, Foucault (2010d) afirma que o modelo panóptico acabou sendo idealizado como o cárcere perfeito em decorrência, inclusive, da forma como Bentham trabalhava essa instituição. No entanto, Foucault (2010d) adverte para não considerar o Panóptico como um organismo utópico. O Panóptico “pode ser bem representado como um puro sistema arquitetural e óptico: é na realidade uma figura de tecnologia política que se pode e se deve destacar de qualquer uso específico” (FOUCAULT, 2010d, p. 194).

Por meio da análise do Panóptico, Foucault (2010d) apresenta a “disciplina-mecanismo”, que é uma disciplina funcional, automática e que aperfeiçoa o funcionamento do poder, deixando-o mais eficaz, veloz e sutil. Com isso as instituições disciplinares propagaram-se e espalharam-se pela sociedade, ocorrendo assim uma transformação funcional das disciplinas, conforme explica Foucault (2010d). A nova configuração da disciplina permite que ela funcione como técnica que instala poder, produz saber e fabrica indivíduos obedientes e úteis, diferentemente da “disciplina-bloco”, que tinha por finalidade vigiar os espaços, acabar com as ameaças, segregar ou excluir a população, recaindo no binômio vida-morte (FOUCAULT, 2010d).

Outra mudança percebida por Foucault (2010d) foi com relação a multiplicação e penetração dos mecanismos disciplinares pelo corpo social. Segundo Foucault (2010d) há um aumento do número de instituições disciplinares, porém, os mecanismos de disciplina estão cada vez mais expandindo-se para fora das instituições, circulando livremente pela sociedade. Para explicar melhor, Foucault (2010d) cita o caso das escolas em que não são somente as crianças são submetidas à disciplina, mas seus pais também passam a ser observados, exercendo sobre eles um controle disciplinar constante.

Outra instituição disciplinar bastante estudada por Foucault foi a prisão. E considerando o objeto de estudo dessa pesquisa, faz-se mister discorrer sobre as transformações nas formas de controle e mecanismos disciplinares que levaram ao surgimento dessa instituição disciplinar.

### **2.2.1 Nascimento da Prisão**

O estudo das prisões elaborado por Michel Foucault resultou no livro *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*, onde o filósofo apresenta uma forma de poder que ele denominou de disciplina ou poder disciplinar. Foucault fez ainda uma cronologia da evolução dos castigos e suplícios a que eram submetidos os infratores da Idade Média à Moderna. Isto é, Foucault fez uma análise do sistema penal que, aquela época, era baseado na punição do corpo.

De acordo com Foucault (2010d), os castigos eram aplicados a luz do dia e aberto ao público, o que transformava o suplício em um verdadeiro espetáculo, conforme

vários casos narrados pelo autor. Um dos exemplos mais marcantes é o do parricida Damiens, condenado em março de 1757, que, tendo sido despido, foi torturado, queimado com fogo e líquidos ferventes, esquartejado e, finalmente, teve suas partes incendiadas (FOUCAULT, 2010d).

“Supliciava-se com aplicação, seguindo um código preciso de torturas. Marcavam-se, amputavam-se, deslocavam-se os corpos. Da fogueira ao patíbulo, do pelourinho à forca, o sofrimento físico era encenado com um fausto exemplar. Para que ninguém o ignorasse...” (DROIT, 2006, p. 43). Mas, afinal, “qual a finalidade política dos castigos? O terror que imprimem nos corações com tendências ao crime” (BECCARIA, 2011, p. 36). A teatralização da pena ocorreu, pois se acreditava que o exemplo serviria para desestimular as pessoas de maneira que elas não cometessem crimes (FOUCAULT, 2010d). Em suma, o objetivo do Estado era manter o controle social e a ordem pública.

A prática da tortura e suplício perdurou por muito tempo. Contudo, segundo Foucault (2010d), as transformações sociais e econômicas resultaram em uma “nova ética da morte legal”. Com isso, ainda que os suplícios não tenham terminado, as execuções deixaram então de ser um espetáculo, tornando-se segredo de justiça (FOUCAULT, 2010d). Para Beccaria (2011, p. 53), a pena capital “é prejudicial à sociedade, pelas demonstrações de crueldade que apresenta aos homens”, tornando desse modo o homem mais insensível do que correto.

A redução do suplício e o abrandamento dos castigos ocorreram devido às severas críticas ao sistema penal. “As novas exigências econômicas, o medo político dos movimentos populares, que vai se tornar lancinante na França, depois da Revolução, tornam necessário um outro esquadrinhamento da sociedade” (FOUCAULT, 2006, p. 46). A sociedade soberana dá então lugar à sociedade disciplinar.

Diante disso, a punição sobre o corpo foi substituída pela privação da liberdade, que era representada pela tomada de um bem ou restrição de um direito (FOUCAULT, 2010d), surgindo assim as prisões. “O barulho monótono das fechaduras, a sombra das celas ocuparam o lugar do grande cerimonial da carne e do sangue. Não se



exibe mais o corpo do condenado: ele é escondido. Não se quer mais assassiná-lo: ele é adestrado. É a “alma” que é reeducada” (DROIT, 2006, p. 43).

O que fascina nas prisões é que nelas o poder não se esconde, não se mascara cinicamente, se mostra como tirania levada aos mais ínfimos detalhes, e, ao mesmo tempo, é puro, é inteiramente “justificado”, visto que pode inteiramente se formular no interior de uma moral que serve de adorno a seu exercício: sua tirania brutal aparece então como dominação serena do Bem sobre o Mal, da ordem sobre a desordem (FOUCAULT, 1979, p. 73).

O aparelho prisional, consoante Foucault (2010d), propicia a utilização da disciplina para o adestramento do corpo, além disso, percebeu-se que era muito mais útil vigiar, por meio da supressão da liberdade e adestramento dos indivíduos, do que punir. “A prisão deve ser um aparelho disciplinar exaustivo” (FOUCAULT, 2010d, p. 222).

Foucault (2010d), inclusive, apresenta parte de um regulamento sobre a utilização do tempo de uma casa de detenção de Paris a fim de exemplificar a fragmentação do tempo a que era submetido o detento. Para Foucault (2010d, p. 13), o suplício e a ocupação do tempo do detento “não sancionam os mesmos crimes, não punem o mesmo gênero de delinquentes. Mas definem bem, cada um deles, um certo estilo penal”. Ressalta-se, porém, que quase um século separa o suplício da utilização do tempo (FOUCAULT, 2010d).

A mudança mais importante na economia do castigo foi o fim do suplício, de acordo com Foucault (2010d). Percebeu-se que o castigo-espetáculo invertia os papéis, isto é, o condenado se tornava vítima e seus executores, assassinos. “O assassinio, que nos surge como um delito horrendo, nós o vemos praticar com frieza e sem arrependimento” (BECCARIA, 2011, p. 54).

Desse modo, a vergonha atribuída ao transgressor passa a ser a condenação e não mais a humilhação e suplício em praça pública (FOUCAULT, 2010d). Para Beccaria (2011), mesmo com todas as vantagens que o crime pode propiciar o homem não colocaria em risco sua liberdade em virtude do crime. De acordo com o jurista, a morte é para alguns o meio de se ver livre do sofrimento e miséria, sendo, dessa forma, a privação da liberdade o mecanismo mais eficiente de punição, visto que é tão cruel e rigoroso como a morte (BECCARIA, 2011).

A escravidão perpétua, que substitui a pena de morte, tem todo o rigor necessário para afastar do crime o espírito mais propenso a ele. [...] O fanatismo e a vaidade desaparecem nas cadeias, sob os golpes, em meio às barras de ferro. O desespero não acaba seus males, porém os principia (BECCARIA, 2011, p. 52).

Nesse sentido, aos magistrados não compete serem carrascos, mas sim, a reeducação e a correção do transgressor. “Castigos como trabalhos forçados ou prisão – privação pura e simples da liberdade – nunca funcionaram sem certos complementos punitivos referentes ao corpo: redução alimentar, privação sexual, expiação física, masmorra” (FOUCAULT, 2010d, p. 20).

Todavia, para Foucault a prisão falha em seu principal objetivo que é a regeneração dos indivíduos. Porém, seu fracasso não é o suficiente para reformar a prisão, pois, a estrutura de poder utiliza-o como estratégia de submissão, de aumento do controle sobre a massa (FOUCAULT, 2010c, 2010d).

Minha hipótese é que a prisão esteve, desde sua origem, ligada a um projeto de transformação dos indivíduos. Habitualmente se acredita que a prisão era uma espécie de depósito de criminosos, depósito cujos inconvenientes se teriam constatado por seu funcionamento, de tal forma que se teria dito ser necessário reformar as prisões, fazer delas um instrumento de transformação dos indivíduos. Isto não é verdade: os textos, os programas, as declarações de intenção estão aí para mostrar. [...] O fracasso foi imediato e registrado quase ao mesmo tempo que o próprio projeto. Desde 1820 se constata que a prisão, longe de transformar os criminosos em gente honesta, serve apenas para fabricar novos criminosos ou para afundá-los ainda mais na criminalidade. [...] A prisão fabrica delinquentes (FOUCAULT, 1979, p. 131-132).

Conforme observa Foucault (2010d), as situações violentas a que são expostos os indivíduos e todo o abuso de poder que lhes são impostos resultam na transformação do detento em delinquente. A prisão torna-se assim uma escola de delinquência. Ademais, a detenção penal não mitiga a propensão ao crime, da mesma forma que não reduz a probabilidade de reincidência, pelo contrário, provoca-a. “Conhecem-se todos os inconvenientes da prisão, e sabe-se que é perigosa, quando não inútil” (FOUCAULT, 2010d, p. 218), posto que, “o corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe” (FOUCAULT, 2010d, p. 133).

Ao ser encarcerado o indivíduo é despido de toda a sua singularidade, pois, para se adaptar ou sobreviver, ele é obrigado a adotar os costumes e comportamentos impostos pela população carcerária, desconstruindo-se como sujeito e

reconstruindo-se como presidiário. Com o passar do tempo, todas as experiências de abusos, violências, injustiças, etc., a que é submetido são incorporadas por ele. Diante disso, o resultado da vivência carcerária não poderia ser pior para o apenado, principalmente porque a internalização da cultura prisional dificulta a reintegração do indivíduo à sociedade após a sua libertação, além do estigma de ex-presidiário pesar sobre ele. Com isso, muitos acabam retornando para a criminalidade (BARRETO, 2006).

Analogamente, Foucault, ao estudar a prisão de Attica, declara que, uma vez que a sociedade coloca na prisão um indivíduo, esse recebe um tratamento que o esmaga física e moralmente, transformando-o. Ao voltar à vida em sociedade, tudo compete para que ele volte à criminalidade, pois, a sociedade discrimina-o, colocando-o novamente no rumo da prisão (MOTTA, 2010).

O filósofo constata que “a prisão cria e mantém uma sociedade de delinquentes, o meio, com suas regras, sua solidariedade, sua marca mora de infâmia” (FOUCAULT, 2010c, p. 156). “A prisão é, então, um instrumento de recrutamento para o exército dos delinquentes. É para isto que ela serve. Fala-se, há dois séculos: “A prisão fracassa, pois ela fabrica delinquentes”. Eu diria, antes, ela é bem-sucedida, pois é isso que se lhe requer” (FOUCAULT, 2006, p. 48). Diante disso, Foucault (2006; 2010c; 2012) chega a afirmar que, na verdade, os motivos que levam a imputar a prisão como um sistema fracassado, é, por outro lado, o que faz da instituição um sucesso perante a estrutura de poder do Estado.

O sucesso dá-se mediante a utilização da ameaça de criminalidade como subterfúgio para que o Estado aumente o controle sobre a sociedade, pois “é preciso haver delinquentes e criminosos para que a população aceite a polícia” (FOUCAULT, 2012, p. 107). Além disso, existe ainda a relação de convivência entre os delinquentes e a polícia, “um sistema de chantagens e de trocas no qual os papéis são confundidos, como em um círculo. Um alcaguete é algo além de um policial-delinquente ou de um delinquente-policial?” (FOUCAULT, 2010c, p. 157).

A prisão exerce então uma função precisa, qual seja, permite a imposição de uma estratégia de submissão do Estado sobre a população, com a finalidade de impedir a prática de qualquer ato ilícito (FOUCAULT, 2006; 2010c; 2010d).

As vítimas da pequena delinquência cotidiana ainda são as pessoas mais pobres. E o resultado desta operação é mesmo, afinal de contas, um gigantesco lucro econômico e político. Um lucro econômico: as fabulosas somas que a prostituição, o tráfico de drogas, etc. proporcionam. Um lucro político: quanto mais delinquentes há, mais a população aceita os controles policiais; sem contar o benefício de uma mão de obra assegurada para as tarefas políticas inferiores: colocadores de cartazes, agentes eleitorais, furadores de greve... (FOUCAULT, 2006, p. 49).

É importante ressaltar que em nenhum momento Foucault propôs um modelo jurídico-econômico ideal de punição; o que ele fez foi uma análise crítica do sistema penal, procurando mostrar o outro lado da justiça penal e como isso afeta e prejudica as classes desfavorecidas (FOUCAULT, 2010c; 2012).

### 2.3 BIOPODER: REGULAMENTAÇÃO DO CORPO SOCIAL

Para falar sobre o advento do Biopoder é preciso, primeiramente, fazer uma trajetória histórica desde o poder soberano até o Biopoder, para que se compreendam as transformações sociais, econômicas e políticas que levaram até e que ocorreram após a estruturação dos poderes na sociedade.

Segundo Foucault (1999b), o aparelho jurídico é um instrumento do poder real. Foi a favor e a pedido do Rei, para lhe valer de fundamento ou ferramenta, que se desenvolveu o sistema jurídico que permeia as sociedades. Tem-se então o rei como elemento central do poder soberano. “É do rei que se trata, é do rei, de seus direitos, de seu poder, dos eventuais limites de seu poder, é disso que se trata fundamentalmente no sistema geral, na organização geral, em todo caso, do sistema jurídico ocidental” (FOUCAULT, 1999b, p. 30). Mas, por outro lado, o sistema jurídico delimitava o poder real, mostrando até onde o rei poderia exercer o poder mantendo sua soberania. O poder régio é então duplo, isto é, ao mesmo tempo em que legitima o poder do soberano, também o restringe, define seus limites (FOUCAULT, 1999b).

O direito, entendido por Foucault (1999b, p. 31) não somente como as leis, mas todo o “conjunto dos aparelhos, instituições, regulamentos, que aplicam o direito”, além de justificar o poder régio, também permite e propaga relações de dominação.

E, com dominação, não quero dizer o fato maciço de “uma” dominação global de um sobre os outros, ou de um grupo sobre o outro, mas as múltiplas formas de dominação que podem se exercer no interior da sociedade: não, portanto, o rei em sua posição central, mas os súditos em

suas relações recíprocas; não a soberania em seu edifício único, mas as múltiplas sujeições que ocorreram e funcionam no interior do corpo social (FOUCAULT, 1999b, p. 31-32).

De acordo com Foucault (1999b), as técnicas de sujeição e as relações de dominação são veiculadas constantemente pelas regras de direito e pelo aparelho judiciário. Por isso, para o genealogista, a análise do poder deve ser feita na periferia das relações sociais, posto que o poder não se concentra no centro da estrutura social, ramificando-se a partir daí. Com uma constituição microfísica, infinitesimal, as diversas forças que atuam nas relações de poder são mais perceptíveis aonde ele é capilar (FOUCAULT, 1999b; SOUZA et al, 2006). Ninguém detém o poder, ele circula, funciona em rede, passa pelos indivíduos, mas nunca estaciona neles. Deve-se então analisar seus alvos, objetos, em que ele produz efeitos. É preciso “apreender o poder sob o aspecto da extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício [...]. Analisar o poder no nível da intenção ou da decisão” (FOUCAULT, 1999b, p. 33).

Foucault (1979; 1999b), inclusive, adverte para o cuidado de não assumir o poder somente com uma vertente de dominação em massa. Quando Foucault (1979; 1999b; 2010c) fala em dominação não está dizendo domínio de um sobre o outro, mas está se referindo as relações de sujeição provocadas pelo poder. Não é possível uma pessoa dominar, ter o controle de outra pessoa ou grupo, pois ninguém detém o poder. O poder move-se em rede, é rizomático, não possui origem, ele circula, produz efeitos e multiplica-se nos corpos.

O poder funciona. O poder se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetidos a esse poder e também de exercê-lo. Jamais eles são o alvo inerte ou consentidor do poder, são sempre seus intermediários. Em outras palavras, o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles (FOUCAULT, 1999b, p. 35).

É por isso que, para Foucault (1979; 1999b), não se pode considerar o indivíduo como o dono ou princípio do poder, pois, na verdade, ele é efeito, resultado e intermediário das relações de poder, de maneira que o indivíduo não pré-existe, sendo altamente determinado tanto pelas relações de poder que o circunda, quanto pelas construções sócio-históricas.

Isso não quer dizer, no entanto, que o poder esteja igualmente distribuído pelo corpo social, ainda que, de certa forma, esteja. Em outros termos, deve-se analisar o poder de baixo para cima, partir de onde o poder é mais heterogêneo até chegar aonde ele é mais homogêneo (FOUCAULT, 1979; 1999b).

[é preciso] fazer uma análise ascendente do poder, ou seja, partir dos mecanismos infinitesimais, os quais têm sua própria história seu próprio trajeto, sua própria técnica e tática, e depois ver como esses mecanismos de poder, que têm, pois, sua solidez e, de certo modo, sua tecnologia própria, foram e ainda são investidos, colonizados, utilizados, inflectidos, transformados, deslocados, estendidos, etc., por mecanismos cada vez mais gerais e por formas de dominação global (FOUCAULT, 1999b).

Assim, entende-se que a dominação não se perpetua de cima para baixo, como em uma hierarquia, de tal modo que ao estudar as formas de dominação é preciso utilizar o mesmo método de análise do poder, isto é, analisar de baixo pra cima a fim de compreender como os mecanismos de controle atuam, quem são seus agentes, “e como esses mecanismos de poder, em dado momento, numa conjuntura precisa, e mediante certo número de transformações, começaram a tornar-se economicamente lucrativos e politicamente úteis” (FOUCAULT, 1999b, p. 38). A questão não é saber quem são os excluídos, mas como se dá esse mecanismo, esse processo de exclusão pela via das relações de poder. O interesse está na técnica de exclusão, nos mecanismos de controle e no lucro político e econômico resultante que fazem o sistema girar (FOUCAULT, 1979; 1999b).

Além disso, Foucault (1979; 1999b) destaca que as relações de poder são cercadas de produção ideológica, porém, o poder, na medida em que se ramifica, resulta em algo simultaneamente maior e menor do que ideologia, isto é, o poder produz saber. “O poder, quando se exerce em seus mecanismos finos, não pode fazê-lo sem a formação, a organização e sem pôr em circulação um saber, ou melhor, aparelhos de saber que não são acompanhamentos ou edifícios ideológicos” (FOUCAULT, 1999b, p. 40).

De forma geral, para se examinar o poder é preciso analisá-lo segundo as técnicas e táticas de dominação, em vez da soberania, do aparelho jurídico e do Estado (FOUCAULT, 1979; 1999b). A teoria da soberania é para Foucault (1979; 1999b) uma estratagem na qual podemos nos envolver ao estudar o poder.

Com relação ao poder soberano, Foucault (1979; 1999b) afirma que ele faz referência à estrutura de poder efetivo, isto é, o estado monárquico feudal, tendo sido usado como justificativa e mecanismo para a organização das monarquias administrativas, sendo que, a partir do século XVI e principalmente no século XVII, serviu como instrumento para ora restringir, ora fortificar o poder do Rei durante as lutas de religião. “Em resumo, ela [a teoria da soberania] foi o grande instrumento da luta política e teórica em relação aos sistemas de poder dos séculos XVI e XVII” (FOUCAULT, 1979, p. 187). Já no século XVIII, a soberania foi utilizada para instituir o estado democrático parlamentar em oposição aos estados monárquicos.

A concepção jurídico-discursiva da teoria da soberania estava, dessa forma, ligada ao corpo social. O poder soberano era uma relação de poder exercida do soberano para os súditos, tendo o rei o direito sobre a vida e a morte (FOUCAULT, 1999b). O soberano usava desse direito para proteger o poder real, seja dos inimigos externos – para isso ele convoca seus súditos para defender o Estado em situações de guerra –, seja dos súditos infratores, tirando-lhes a vida como forma de castigo (FOUCAULT, 1999c). Foucault (1999c) destaca que esse direito sobre a vida e a morte sobre os súditos deriva, porém, não é absoluto como o direito de *patria potestas*, que permitia ao pai de família tirar a vida de seus filhos e escravos já que tinha sido ele quem tinha lhes concedido a vida.

Ainda que tenha havido a suavização desse direito, ele permaneceu assimétrico, isto é, só o soberano podia exercê-lo, permitindo aos súditos viver ou causar as suas mortes (FOUCAULT, 1999c). Isso significa que a tentativa dos súditos de provocar a morte do soberano era entendida como uma infração, justificando a aplicação desse direito pelo soberano. “É porque o soberano pode matar que ele exerce seu direito sobre a vida. É essencialmente um direito de espada” (FOUCAULT, 1999b, p. 287).

Percebe-se então que na sociedade soberana o poder tinha uma configuração mais negativa e se “exercia essencialmente como instância de confisco, mecanismo de subtração, direito de se apropriar de uma parte das riquezas [...]. O poder era, antes de tudo, nesse tipo de sociedade, direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida” (FOUCAULT, 1999c, p. 128), tirando em vez de produzir vidas.

Nos séculos XVII e XVIII, devido às modificações no sistema penal e jurídico, principalmente, em decorrência do fim do suplício, nasceram as sociedades disciplinares (FOUCAULT, 2009). Conforme Foucault (1999b), a teoria da soberania já não funcionava mais, o que propiciou o surgimento de um novo regime de poder que não veio para substituir – a soberania não deixou de existir, ela continuou a exercer-se sobre o aparelho jurídico na forma de uma ideologia de direito –, mas sim sobrepor-se ao antigo regime e cujo alvo passou a ser o corpo, a individualização, a manipulação, a utilização e a docilidade.

Ainda que o poder se exerça de forma recíproca, o poder soberano possui uma configuração mais coercitiva, isto é, por meio do aparelho jurídico o rei controlava os súditos, aplicando penas como suplícios e castigos sempre que a população cometia alguma infração. Como forma de inibir desvios, os criminosos eram castigados em público. Porém, a justiça soberana não era uniforme, pois aplicava castigos diferentes para os mesmo crimes, e falha, já que alguns culpados conseguiam escapar da punição. Além disso, a espetacularização dos castigos causava efeito reverso e, em vez de servir como exemplo, gerava na população sentimentos de intolerância. Acrescenta-se ainda o aumento da população e da industrialização. De acordo com Foucault (1999b, p. 298), “à velha mecânica do poder de soberania escapavam muitas coisas, tanto por baixo quanto por cima, no nível do detalhe e no nível da massa”.

Em suma, a soberania tornou-se ineficiente para dirigir uma sociedade que estava em expansão populacional e industrial, de modo que ela já não conseguia administrar as transformações políticas e econômicas (FOUCAULT, 1999b). Esses fatores aliados ao medo de uma revolução civil e a necessidade de manter o poder do rei, engendrou a organização de uma nova estrutura de poder, o poder disciplinar (FOUCAULT, 2006).

Essa nova mecânica de poder incide primeiro sobre os corpos e sobre o que eles fazem, mais do que sobre a terra e sobre o seu produto. É um mecanismo de poder que permite extrair dos corpos tempo e trabalho, mais do que bens e riqueza. É um tipo de poder que se exerce continuamente por vigilância e não de forma descontínua por sistemas de tributos e de obrigações crônicas. É um tipo de poder que pressupõe muito mais uma trama cerrada de coerções materiais do que a existência física de um soberano, e define uma nova economia de poder cujo princípio é o de que se deve ao mesmo tempo fazer que cresçam as forças sujeitadas e a força e a eficácia daquilo que as sujeita (FOUCAULT, 1999b, p. 42).



Já na segunda metade do século XVIII, de acordo com Foucault (1999b) tem-se o surgimento de uma nova mecânica de poder. Um poder que não exclui a soberania ou a disciplina, mas que os engloba.

Uma tecnologia de poder que não exclui a primeira, que não exclui a técnica disciplinar, mas que a embute, que a integra, que a modifica parcialmente e que, sobretudo, vai utilizá-la implantando-se de certo modo nela, e incrustando-se efetivamente graças a essa técnica disciplinar previa. Essa nova técnica não suprime a técnica disciplinar simplesmente porque e de outro nível, esta noutra escala, têm outra superfície de suporte e é auxiliada por instrumentos totalmente diferentes (FOUCAULT, 1999b, p. 288-289).

Essa nova tecnologia de poder a que Foucault (1999b, 1999c) se refere é o biopoder. Enquanto o alvo do poder soberano era o corpo social e o da disciplina era o corpo-máquina, nessa nova mecânica de poder o alvo é o homem-espécie. Com o novo poder há também uma reformulação do direito de espada. Ao passo que na soberania o rei tinha o direito de “fazer morrer ou de deixar viver”, o biopoder tem como direito “fazer viver e de deixar morrer” (FOUCAULT, 1999b, p. 287). Dessa forma, há um descolamento do direito de morte; na soberania era usada como justificativa de defesa interna e externa do soberano, no biopoder haverá uma inversão: a luta do corpo social será pela garantia da própria vida (FOUCAULT, 1999c).

Nesse contexto, Foucault (1999c) destaca que, após o século XIX, as guerras foram bastante devastadoras, verdadeiros holocaustos. “As guerra já não se travam em nome do soberano a ser defendido; travam-se em nome da existência de todos; populações inteiras são levadas à destruição mútua em nome da necessidade de viver” (FOUCAULT, 1999c). Além da guerra, Foucault (1999b) cita também as armas de destruição em massa, como a bomba atômica e vírus criados em laboratório, paradoxo se levarmos em consideração que é um poder encarregado da vida da população. Tem-se, nesse caso, um excesso do biopoder sobre o poder soberano, que ao mesmo tempo em que proporciona a vida também “fabrica” a morte. “O princípio: poder matar para poder viver, que sustentava a tática dos combates, tornou-se princípio de estratégia entre Estados; mas a existência em questão já não é aquela – jurídica – da soberania, é outra – biológica – de uma população” (FOUCAULT, 1999c, 129b). De acordo com Alcadipani (2005, p. 67), “ocorreu uma transformação do poder de morte que se tornou o complemento de um poder que

passou a exercer-se sobre a vida com o intuito de geri-la e majorá-la, desempenhando sobre ela controles precisos e regulações de conjunto”.

Para Foucault (1999c) a pena de morte não foi gradativamente caindo em desuso apenas por questões humanitárias. Segundo o filósofo, condenar a morte vai de encontro à função de produção e manutenção da vida do Biopoder. Por isso, não foi possível continuar a usar indiscriminadamente esse instrumento como forma de proteção da ordem e da vida. A pena capital só pode ser aplicada quando se pretende invocar, “nem tanto a enormidade do crime quanto a monstruosidade do criminoso, sua incorrigibilidade e a salvaguarda da sociedade. São mortos legitimamente aqueles que constituem uma espécie de perigo biológico para os outros” (FOUCAULT, 1999c, p. 130). Nota-se que, mesmo com a passagem dos poderes, a lei é amparada pelo direito de espada. Todavia, como a vida é uma incumbência do Biopoder, cabe a ele organizar mecanismos reguladores contínuos, realizando exames e operando sanções normalizadoras. A lei, de acordo com Foucault (1999c), vai gradativamente agir como norma e o aparelho judiciário vai se relacionar com outros aparelhos de função reguladora. “Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida” (FOUCAULT, 1999c, p. 135).

“A velha potência da morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida” (FOUCAULT, 1999c, p. 131). A morte passa a ser apenas o limite da vida, da passagem de um poder soberano terrestre para outro divino, e não mais a artimanha repressiva do poder vigente (FOUCAULT, 1999b; 1999c).

Percebe-se, diante disso, que, diferentemente da soberania, a configuração do biopoder é mais positiva, ou, em outras palavras, é um poder que intenta gerar, cuidar e manter a vida. Para isso, técnicas de submissão dos corpos e controle das populações foram desenvolvidas – os dois pólos do biopoder (FOUCAULT, 1999b; 1999c). O entrelaçamento dessas duas técnicas de poder – que como visto, se desenvolveram separadamente ainda que sejam atreladas – é acompanhado por produções ideológicas que resultam em “instrumentos efetivos de formação e de acúmulo de saber, são métodos de observação, técnicas de registro, procedimentos de investigação e de pesquisa, são aparelhos de verificação” (FOUCAULT, 1999b,

p. 40). Em outras palavras, o exercício do poder tem como efeito a produção de saberes – observa-se que o saber para Foucault (MACHADO, 1979; SOUZA, 2004) compreende o conhecimento científico, comum e ideologia – que é muito mais que simples ideologia (FOUCAULT, 1999b). Essa articulação dos poderes propiciou, inclusive, a formação de dispositivos. Os dispositivos envolvem elementos discursivos e não discursivos e que, de acordo com Castro (2009), tem finalidade estratégica, sendo criado para atender as necessidades das tecnologias de poder.

No campo econômico podemos citar a importante contribuição do Biopoder para o desenvolvimento do capitalismo que, consoante Foucault (1999c), só pode ocorrer devido à absorção comedida dos corpos no sistema produtivo e mediante o ajustamento dos fenômenos sociais ao sistema econômico. Além disso, foi preciso uma ramificação e estatização dos mecanismos disciplinares, de modo que fosse potencializada a utilidade e docilidade dos corpos, assegurando a articulação e o ajustamento dos homens ao capital e ao sistema produtivo.

Sendo o homem o alvo e efeito do poder e para que se possa analisar as forças que atuam sobre ele na instituição disciplinar prisão, lócus dessa pesquisa, importante se faz entender melhor a noção de sujeito apresentada por Foucault.

## 2.4 O SUJEITO, A SUBJETIVIDADE E OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO

Segundo Dreyfus e Rabinow (1995), Michel Foucault teve como principal tema de estudo o sujeito, apesar de ter abordado demasiadamente a questão do poder; pois, de acordo com Foucault, da mesma forma que “o sujeito humano é colocado em relações de produção e de significação, é igualmente colocado em relações de poder muito complexas” (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 232).

Para Foucault, o homem passou a existir com o fim do discurso clássico e com o surgimento da biologia, filologia e economia, sendo ao mesmo tempo “objeto do saber e sujeito que conhece. Objeto finito e sujeito finito” (CASTRO, 2009, p. 211), ou seja, na constituição do homem, sujeito e objeto coexistem mutuamente, de modo que não existe um sem o outro.

Para Araújo (1993, p. 131), o sujeito foucaultiano é formado por “saberes e configurações epistêmicas que ao longo da história o fizeram emergir como vivente, falante e trabalhador”, análise que corrobora com a visão pós-estruturalista de sujeito efêmero e temporal (PETERS, 2000), pois, vida, linguagem e trabalho surgiram antes do homem (CASTRO, 2009). Porém, isso não quer dizer que a vida, linguagem e o trabalho já existiam previamente. É importante lembrar que Foucault rompe com a visão humanista do homem sendo, inclusive, acusado de matá-lo (DELEUZE, 1988).

Antes do fim do século XVIII, o homem não existia. Não mais que a potência de vida, a fecundidade do trabalho ou a espessura histórica da linguagem. É uma criatura muito recente que a demiurgia do saber fabricou com suas mãos há menos de 200 anos: mas ele envelheceu tão depressa que facilmente se imaginou que ele espera na sombra, durante milênios, o momento de iluminação em que seria enfim conhecido (FOUCAULT, 1999a, p. 425).

É a partir do século XVIII que o homem passa a ocupar o centro do mundo, tornando-se sujeito de conhecimento e objeto do saber. Com isso, o homem passa a ordenar o mundo e não mais Deus (DREYFUS; RABINOW, 1995).

O homem que até então era um ser igual aos outros seres do mundo, torna-se um sujeito entre objetos, ou seja, o homem não é visto mais como uma criatura igual às demais criaturas de Deus, mas transforma-se no sujeito cognoscente do mundo. Portanto, Foucault, dentre outros pensadores, acredita que o homem se enxerga como sujeito cognoscente por possuir a linguagem que permite o acesso aos objetos e ao mundo, deixando de ser um mero espectador do mundo (SOUZA; MACHADO; BIANCO, 2008, p. 74).

Dessa forma, o homem é sujeito e objeto de poder, permeado por diversas forças que o constituem; sujeito histórico. Isto posto, destaca-se que a individualidade do sujeito não existe previamente e nem posteriormente. As relações de poder e os discursos é que funcionam como constituidores de subjetividades (FOUCAULT, 1979; CASTRO, 2009).

Nesse sentido, Fonseca (2007) ressalta a diferença entre os termos indivíduo e sujeito, posto que “sujeito” qualifica o indivíduo que possui uma identidade própria constituída pelos processos de subjetivação. Tais processos sobrepostos aos processos de objetivação completam o indivíduo moderno: objeto dócil-e-útil e sujeito. Dessa forma, as relações de poder que Foucault aborda é um tratamento

dos processos que recaem sobre o indivíduo, quais sejam, os modos de objetivação e os de subjetivação, que possibilitam a transformação do homem em sujeito.

De acordo com Fonseca (2007), Foucault estudou as formas de constituição do sujeito moderno, isto é, as formas de objetivação e subjetivação do indivíduo, que são “as práticas que dentro da nossa cultura tendem a fazer do homem um objeto”, e ainda “as práticas que, também dentro da nossa cultura, fazem do homem um sujeito, ou seja, aquelas que constituem o indivíduo moderno, sendo ele um sujeito preso a uma identidade que lhe é atribuída como própria” (FONSECA, 2007, p. 25).

Para Souza, Machado e Bianco (2008), desde a época da administração científica, mecanismos e técnicas de controle do homem foram criados com o intuito de aumentar a produtividade e a lucratividade das organizações. Tem-se então o surgimento de conceitos de homem relacionados às formas de gestão empregadas e que aproximasse do que se entendia por subjetividade. “A raiz não só da palavra, mas, sobretudo, do conceito “subjetividade”, remete à experiência de sermos sujeitos, no duplo sentido da palavra (aquele que é submetido e aquele que realiza a ação), em cada tempo e em cada contexto” (RAMMINGER; NARDI, 2008, p. 340).

Conforme Souza, Machado e Bianco (2008) sintetizam, na época clássica, o homem era tido como alienado, previsível e influenciável pelo dinheiro, daí o conceito de *homo economicus*. Já na escola de relações humanas, soma-se ao conceito de *homo economicus* a necessidade psicossocial, surgindo então o *homo social*. Na escola comportamental, por sua vez, entrou em campo o conceito de *homo complexo*, pois se percebeu que o homem era muito mais que um ser dotado de necessidades financeiras e sociais. Com isso, o homem passou a ser visto como alguém com necessidades variadas, como, por exemplo, necessidades fisiológicas, de segurança, autoestima, dentre outras.

Segundo Souza, Machado e Bianco (2008, p. 73):

as perspectivas funcionalistas são mestres em desenvolver mecanismos de controle e sujeição mediante a criação de novos conceitos relacionados à natureza humana. O homem é visto, segundo essas abordagens, como possuidor de uma essência, uma origem; acreditam que, ao entender a essência humana, serão capazes de capturar esta subjetividade para o interesse e uso das organizações.

A Teoria Crítica, por outro lado, se opõe a essa visão funcionalista do homem, procurando libertá-lo e emancipá-lo por meio das teorias neomarxistas tão defendidas pelos integrantes da Escola de Frankfurt, ainda que ambas as correntes tenham em comum a crença na essência humana (SOUZA; MACHADO; BIANCO, 2008).

Essa visão fechada de subjetividade, no entanto, é combatida pela genealogia foucaultiana. Para Foucault, “o que existe são processos de subjetivação que moldam, desmoldam, enfim, dobram o homem a todo tempo, e constroem sua subjetividade. O indivíduo constitui-se a partir do fluxo de forças [...] que constituem o homem e sua subjetividade” (SOUZA et al, 2006, p. 16). Isso reforça a tese de que o poder não é negativo e nem repressivo, mas sim positivo. Logo o indivíduo é um produto das relações de poder-saber e a sua subjetividade é um efeito dessas relações que o perpassam e o constituem (SOUZA et al, 2006; BIANCHI, 2010).

## 2.5 ARQUEOLOGIA DO SABER

A *Arqueologia do Saber* de Foucault contribui para a Análise do Discurso com o conceito de episteme. Segundo Castro (2009, p. 40), “a arqueologia é uma história das condições históricas de possibilidade do saber. Essas dependeriam da “experiência desnuda da ordem e de seus modos de ser””.

A pretensão de Foucault (1999a) com relação à arqueologia foi analisar como surgiram as ciências humanas, isto é, em que momento este discurso passou a ter corpo, a ser aceito.

A arqueologia não se ocupa dos conhecimentos descritos segundo seu progresso em direção a uma objetividade, que encontraria sua expressão no presente da ciência, mas da episteme, em que os conhecimentos são abordados sem se referir ao seu valor racional ou à sua objetividade (CASTRO, 2009, p. 40).

Nesse passo, em *Arqueologia do Saber*, Foucault objetivando desenvolver a formação dos saberes por meio do relacionamento das práticas discursivas e instituições, buscou responder a *como* os saberes emergiam e modificavam-se (MACHADO, 1979).

O que eu tentei percorrer, desde 1970-1971, era o “como” do poder. [...] Isto é, tentar apreender seus mecanismos entre dois pontos de referência ou

dois limites: de um lado, as regras de direito que delimitam formalmente o poder, de outro lado, a outra extremidade, o outro limite, seriam os efeitos de verdade que esse poder produz, que esse poder conduz e que, por sua vez, reconduzem esse poder (FOUCAULT, 1999b, p. 28).

Já na Genealogia do Poder, mesmo tendo o poder como objeto principal a ser analisado, Foucault não pôde deixar de abordar o saber. Questionando *o porquê*, a intenção fundamental do filósofo foi, mesmo em último grau, compreender a emergência dos saberes, segundo ocorrências exteriores aos próprios saberes. “É por meio da análise do porquê dos saberes que se pretende explicar sua existência e suas transformações, situando-os como peça de relações de poder ou incluindo-os em um dispositivo político, que em uma terminologia nietzschiana Foucault chamará genealogia” (MACHADO, 1979, p. X).

Destaca-se aqui a relação entre arqueologia e genealogia para ampliar o campo das práticas discursivas e não discursivas e, principalmente, a “relação não discursividade/discursividade” (CASTRO, 2009). “Em outras palavras, para analisar o saber em termos de estratégia e táticas de poder. Nesse sentido, trata-se de situar o saber no âmbito das lutas” (CASTRO, 2009, p. 185).

Foi uma preocupação de Foucault mostrar a relação do poder com o saber e vice-versa, pois, para o filósofo, é preciso compreender que o poder produz, faz emergir saberes, da mesma forma que o saber resulta em poder (FOUCAULT, 1979). Conforme ressalta o filósofo, “não é possível que o poder se exerça sem saber, não é possível que o saber não engendre poder” (FOUCAULT, 1979, p. 142).

Diante disso, verifica-se que “enquanto a arqueologia é o método próprio à análise da discursividade local, a genealogia é a tática que, a partir da discursividade local assim descrita, ativa os saberes libertos da sujeição que emergem desta discursividade” (FOUCAULT, 1979, p. 172).

A integração entre poder e saber será, por conseguinte, dupla na medida em que o indivíduo é ao mesmo tempo sujeito cognoscente e objeto a ser analisado. Sendo assim, deverá ser estudada a forma pela qual os indivíduos tornaram-se objeto de estudo e sujeito de saber, bem como, examinado o porquê de se produzir discursos auto-referentes, pretendendo tornar a vida um espaço para exercício do poder (REVEL, 2005).

De acordo com Dreyfus e Rabinow (1995), durante o período em que Foucault escreveu a *Arqueologia do Saber*, ele desviou-se das práticas sociais, passando a ocupar-se com as práticas linguísticas. De acordo com Dreyfus e Rabinow (1995, p. XXI): “na medida em que ele considera a arqueologia um fim em si mesmo, ele exclui a possibilidade de apresentar suas análises críticas em relação às suas preocupações sociais”. Todavia, Foucault retomou as práticas sociais na *Genealogia*.

Ao realizar uma análise do discurso precisa-se ter a preocupação em verificar quais são as formações discursivas que perpassam o discurso. Contudo, não se deve buscar o sentido oculto do enunciado, em uma espécie de análise hermenêutica do discurso. “Em vez de origens, significados escondidos ou intencionalidade explícita, Foucault, o genealogista, vê relações de força funcionando em acontecimentos particulares, movimentos históricos e história” (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 120).

Foucault rejeita a busca pela origem dos fenômenos, de modo que, diferente de outros pensadores, ele não realiza uma história do presente e sim uma análise interpretativa da história. A ênfase de suas análises está nas diferenças, rupturas e descontinuidades dos acontecimentos, o que leva Foucault ao desenvolvimento do método genealógico. “O argumento metodológico [...] é que, observado da correta distância e com o olhar certo, há uma profunda visibilidade em cada coisa” (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 119).

Sendo assim, Foucault opõe-se a profundidade, finalidade e interioridade que levam a busca da origem e ao estabelecimento de relações de causalidade. Para o filósofo, “a verdade mais profunda que o genealogista deve revelar é “o segredo que (as coisas) não tem essência, ou que sua essência (foi) construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas”” (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 119). De acordo com o filósofo, quanto mais se interpreta, em vez de significados, mais interpretações se encontram, de forma que nunca se termina de interpretar (DREYFUS; RABINOW, 1995). Nesse sentido, “é preciso ficar (ou tentar ficar) simplesmente no nível de existência das palavras, das coisas ditas. Isso significa que é preciso trabalhar arduamente com o próprio discurso, deixando-o aparecer na complexidade que lhe é peculiar” (FISCHER, 2001, p. 198).



O discurso deve ser entendido então como constitutivo da realidade e produtor tanto de relações de poder como também de diversos saberes. Desse modo, para descrever a realidade é preciso considerar e analisar as formações discursivas específicas, sua história e seu lugar no contexto mais amplo do poder, pois são as formações discursivas que vão dizer o que pode e deve ser dito e o que não pode ser dito em determinado discurso (DREYFUS; RABINOW, 1995).

A *Arqueologia do Saber* buscou então compreender o que leva um enunciado a emergir e, para isso, passou a enxergá-lo como um acontecimento. Segundo Fischer (2001, p. 198) “há enunciados e relações, que o próprio discurso põe em funcionamento. Analisar o discurso seria dar conta exatamente disso: de relações históricas, de práticas muito concretas, que estão vivas nos discursos”. Ressalta-se, contudo, que analisar os enunciados não é formular discursos totalizantes ou buscar verdades universais. A verdade, inclusive, é uma produção das relações de poder, não existindo então discursos verdadeiros ou falsos. Todavia, pode ser observado durante a análise em qual regime de verdade o discurso está inserido. Além disso, discursos não tem sentido fixo, pelo contrário, são finitos e raros, posto que os significados são limitados pelas condições sócio-históricas e que não se fala sobre tudo em qualquer momento histórico.

Em suma, o efeito de um enunciado vai depender das formações discursivas e das condições de produção. Em cada lugar vai ter uma situação discursiva diferente, o que provocará significados diferentes. Sendo assim, deve-se questionar:

Qual o *status* do enunciador? Qual a sua competência? Em que campo de saber se insere? Qual seu lugar institucional? Como seu papel se constitui juridicamente? Como se relaciona hierarquicamente com outros poderes além do seu? Como é realizada sua relação com outros indivíduos no espaço ocupado por ele. Também cabe indagar sobre o “lugar de onde fala”, o lugar específico no interior de uma dada instituição, a fonte do discurso daquele falante, e sobre a sua efetiva “posição de sujeito” suas ações concretas, basicamente como sujeito incitador e produtor de saberes. É assim que se destrói a ideia de discurso como “expressão” de algo, tradução de alguma coisa que estaria em outro lugar, talvez em um sujeito, algo que preexiste à própria palavra (FISCHER, 2001, p. 208, grifo da autora).

Salienta-se, por fim, que a *Arqueologia do Saber* foi o trabalho mais metodológico de Foucault, apesar de ele nunca ter intencionado produzir “uma teoria universal do discurso; ao contrário, [ele] limitou-se a descrever as formas históricas assumidas

pelas práticas discursivas” (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. IX), que nos fornecem uma nova forma de enxergar os acontecimentos e, inclusive, que fazem emergir fenômenos como loucura, prisões e sexualidade, as “práticas divisoras” que objetivam o sujeito, a fim de mostrar que a ciência e o indivíduo são desenvolvimentos daquilo que ele chamou de efeitos instrumentais das formas históricas específicas do poder (DREYFUS; RABINOW, 1995).

### 3 TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE

O trabalho exerce função importante na manutenção da coesão social. Isso provocou mudanças nas relações entre subjetividade, trabalho e ética. O trabalho é objeto central no estudo da sociedade, visto que desde o surgimento da pesquisa social moderna, o trabalho é utilizado para explicar as formas de estruturação da sociedade e sua dinâmica (NARDI, 2006).

Segundo Castro (2009, p. 211), “o homem está dominado pela vida, pelo trabalho e pela linguagem que são anteriores e mais antigos que ele”. Contudo, o que leva o sujeito a trabalhar são as construções sócio-históricas, econômicas e políticas, posto que o labor não é natural para o homem (SOUZA; BIANCO, 2007). O trabalho não faz parte da essência humana, pois, para Foucault, o homem não possui essência; ela é histórica e socialmente construída (NARDI, 2006).

Partindo da noção de ética, Foucault chega à estética da existência, isto é, um modo de sujeição ao qual o indivíduo está vinculado, ou ainda, a totalidade de valores e normas de condutas a que ele deve seguir (CASTRO, 2009). “Esse modo de sujeição está caracterizado pelo ideal de ter uma vida bela e deixar a memória de uma existência bela” (CASTRO, 2009, p. 150). Para isso, o indivíduo subordina-se a regras e adota hábitos e comportamentos que lhes são impostos, pois deseja alcançar para sua vida o êxito que as construções lhe propõem (CASTRO, 2009).

Para Nardi (2006), o trabalho funciona como mecanismo de “coesão social”. Nesse sentido, o trabalho é um meio de o homem fazer parte da sociedade e assim alcançar a almejada realização pessoal e profissional tanto imposta pelas construções sociais. Fazer parte de uma sociedade e poder modificá-la é o que difere o ser humano dos outros animais. O trabalho é então a maneira utilizada pelo o indivíduo para intervir não somente sobre o meio, mas, inclusive, sobre ele mesmo (REVUZ; NOËL; DURRIVE, 2010). “O trabalho é, também, um fator essencial de nosso equilíbrio e de nosso desenvolvimento. Talvez não importe qual trabalho; talvez não importe em que condições” (DEJOURS; DESSORS; DESRIAUX, 1993, p. 99).

Ressalta-se então, que o trabalho é um objeto duplo, posto que se trabalha tanto por necessidade, como por desejo (REVUZ; NOËL; DURRIVE, 2010). “Na medida em

que reúne os dois [necessidade e desejo] é que se torna possível sobreviver” (REVUZ; NOËL; DURRIVE, 2010, p. 228). Para Foucault (1979), no entanto, o trabalho exerce uma função tripla, qual seja, o trabalho contempla a função produtiva, simbólica e de adestramento, considerando que o trabalho tem um caráter disciplinar.

O trabalho, portanto, é um objeto de desejo humano, de motivação. E, por outro lado, o trabalho também é um mecanismo pelo qual o homem pode atender suas necessidades orgânicas e materiais, considerando que, geralmente, ele é remunerado para trabalhar (REVUZ; NOËL; DURRIVE, 2010). Dentro dessa perspectiva, o trabalho atua não somente como produtor do homem, mas também desempenha um importante papel para o sistema capitalista de produção (SCHWARTZ, 1998).

E no que diz respeito ao exercício do trabalho, salienta-se que ele vem se modificando com o decorrer no tempo. No início do século XX, o enfoque foi dado ao trabalho mecanizado proposto por Taylor, em seus estudos de tempos e movimentos, e também a produção em massa.

Aos poucos, esses modelos foram se modificando devido às críticas que surgiram sobre as organizações taylorista e fordistas. De acordo com Sennett (2011, p. 59), “a especialização flexível é a antítese do sistema de produção incorporado no fordismo”.

A passagem do regime de acumulação taylorista-fordista para o regime de acumulação flexível denomina-se reestruturação produtiva e ocorreu em virtude do colapso do primeiro modelo. Essa reestruturação iniciou-se na década de 70 nos países desenvolvidos e na década de 90 nos subdesenvolvidos e inclui uma mudança nas formas de gestão e da moral conferida ao trabalho (NARDI, 2006). Esses fatores somados ao cenário econômico e político brasileiro da década de 90, acarretaram em alterações nas formas de subjetivação pelo trabalho, posto que as mudanças sociais provocaram transformações na vida do trabalhador (NARDI, 2006).

De forma geral, pode-se dizer que “a especialização flexível tenta pôr, cada vez mais rápido, produtos mais variados no mercado” (SENNETT, 2011, p. 59). Estando a

sociedade em constante devir, o mercado precisa ser ágil e flexível para atender uma demanda que está sempre em transformação; estamos na era do consumo. E, a rigidez oferecida pelo modelo burocrático impossibilita o acompanhamento dessa demanda (SENNETT, 2011).

De acordo com Sennett (2011, p. 9), “a expressão ‘capitalismo flexível’ descreve hoje um sistema que é mais que uma variação sobre um velho tema”, isto porque a ênfase está na flexibilidade. Nesse sentido, não há espaço para as mazelas da rigidez burocrática e da rotina, alterando-se, inclusive, o perfil do trabalhador. Esse deve ser pró-ativo, dinâmico e receptivo a mudanças (SENNETT, 2011). E a sociedade acompanhou essas transformações, visto que hoje uma de suas características é o imediatismo. Segundo Bauman (2001; 2004), o mundo e as relações sociais estão cada vez mais fragmentadas.

Tudo isso acarretou em mudança no que se entende por trabalho e novos termos passaram a ser utilizados para se referir a ele, como, por exemplo, *job*; outrora carreira (SENNETT, 2011).

“Carreira”, por exemplo, significava originalmente, na língua inglesa, uma estrada para carruagens, e, como acabou sendo aplicada ao trabalho, um canal para as atividades econômicas de alguém durante a vida inteira. O capitalismo flexível bloqueou a estrada reta da carreira, desviando de repente os empregados de um tipo de trabalho para outro. A palavra “*job*” [serviço, emprego], em inglês do século quatorze, queria dizer um bloco ou parte de alguma coisa que se podia transportar numa carroça de um lado para o outro. A flexibilidade hoje traz de volta esse sentido arcano de *job*, na medida em que as pessoas fazem blocos, partes de trabalho, no curso de uma vida (SENNETT, 2011, p. 9).

Em sua forma clássica, o trabalho como emprego servia como elemento identitário, além de ser um meio de fazer parte da sociedade (NARDI, 2006). Porém, com a reestruturação produtiva, houve mudanças nas relações de trabalho que Nardi (2006, p. 59) chama de “múltiplas formas de precarização do trabalho”, isto é, contratos de trabalhos temporários e flexíveis, com possibilidade de realização do serviço em casa, terceirização, dentre outros. Como consequência tem-se o enfraquecimento dos sindicatos diante das novas formas de gestão do trabalho (NARDI, 2006).

A flexibilidade das relações trabalhista, cujo principal interessado é o capitalismo, é justificada pela competitividade do mercado, competitividade que passou a ser

requisito e não mais opção da organização para se manter eficiente no sistema (NARDI, 2006). Diante desse contexto, Nardi (2006) assinala a decadência das condições dos trabalhadores devido à falta de opção e a inércia em resistir, tanto dos movimentos sindicais quanto do Estado em virtude da força do capitalismo.

Nardi (2006) destaca também a utopia do pleno emprego, pois com as mudanças nas formas de trabalho causadas pela reestruturação produtiva e acirramento da competitividade, faz-se necessário a regimentação das novas relações de trabalho e, caso sejam conservadas as recomendações de desregulamentação, o pleno emprego não será possível, o que é aceitável pelos neoliberais diante da competitividade do mercado. A crença na autorregulação do mercado em detrimento dos valores coletivos e bem-estar social é um pecado do neoliberalismo e também uma falha do Estado, considerado que esse não consegue intervir para regular o mercado que exige, por sua vez, que o Estado seja mais neutro e menos regulador (NARDI, 2006). Nesse sentido, Nardi (2006) afirma que o incremento da economia não melhorou a vida das pessoas ou a diminuição da desigualdade de classe, pelo contrário, ocasionou mais concentração de renda.

Como resultado da nova ordem mundial houve ainda um crescimento do trabalho informal, que se caracteriza por ser “lugar destinado àqueles cujo acesso ao mercado formal é negado pelo imperativo de competitividade que destruiu as políticas de inserção social associadas ao emprego” (NARDI, 2006, p. 60). Conforme Nardi (2006), nos países mais ricos o mercado informal é alvo de fiscalizações por distinguir-se pela ilegalidade das relações de trabalho enquanto que nos países pobres é considerado um campo econômico.

Na nova ordem econômica a divisão do trabalho é digital e dual, pois é formada por “aqueles que têm as possibilidades de serem atores das transformações tecnoeconômicas e do outro aqueles que a nova economia não menciona” (NARDI, 2006, p. 60). Nardi (2006) observa que essa divisão acarretou o aumento do contingente de supranumerários. O autor adverte ainda que essa divisão tem como seqüela a desestruturação da sociedade e a desarmonia social, bem como a expansão dos supranumerários. No Brasil, esse quadro é agravado pelo subemprego, falta de regulamentação política e social e concentração de renda (NARDI, 2006).

As transformações no trabalho e suas consequências sociais talvez tenham destruído a sociedade do trabalho tal como a conhecíamos, mas a perspectiva atual não indica uma forma de substituição do trabalho mas sim, simplesmente, a condenação à miséria de uma grande parcela da população mundial, principalmente nos países periféricos, devido à crise mundial e aos rumores tomados pela globalização econômica (NARDI, 2006, p. 61).

De acordo com Sennett (2011), a flexibilidade ao mesmo tempo em que simplifica o trabalho, também o torna complexo, pois a compreensão que o trabalhador tem de sua atividade é superficial e sua identificação com o trabalho é fraca. A revolução tecnológica ainda que tenha permitido uma expansão da produção e dos serviços, enfraqueceu a identificação com o trabalho flexível. Com a “facilitação” do trabalho em decorrência da tecnologia, “nosso comprometimento com o trabalho se torna superficial, uma vez que não entendemos o que fazemos” (SENNETT, 2011, p. 88). Conforme narra Sennett (2011), antes era o padeiro quem fabricava o pão, todavia, com a automatização das padarias, as máquinas passaram a realizar o trabalho dos padeiros e a esses couberam somente apertar os botões que fazem as máquinas funcionar.

As organizações puderam então contratar trabalhadores com salários inferiores aos anteriormente praticados, já que são as máquinas que possuem as qualificações para executar as atividades e não mais os trabalhadores, ainda que os trabalhadores possuam hoje mais conhecimentos técnicos (SENNETT, 2011). Similarmente a Sennett (2011), Schwartz, Duc e Durrive (2000a, p. 25) afirmam que “essa relação da atividade humana comandada por ritmos, por ambientes materiais, está mudando”, pois “o trabalho visto como mecânico excluía toda subjetividade. Atualmente, redescobre-se nele a existência de um enigmático “alguém”” (SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2010b, p. 189).

Na execução de suas atividades, por diversos motivos, o trabalhador acaba sempre precisando fazer escolhas, seja por ocorrência de uma situação inusitada, seja por insuficiência das prescrições do trabalho ou por qualquer outra necessidade. Ao fazer uma escolha com base em um sistema de valores, o trabalhador não somente assume um risco, como também ele escolhe a si mesmo, passando então a assumir as consequências de suas decisões (SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2010b), “ou seja, é preciso fazer uso de suas próprias capacidades, de seus próprios recursos e

de suas próprias escolhas para gerir essa infidelidade, para fazer algo” (SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2010b, p. 190).

Como toda ação tem sua reação, tais mudanças no sistema capitalista trouxeram consequências: as pessoas sofrem pela ansiedade de não saber qual trabalho seguir, quais e quantos riscos assumir e quando e como será o retorno dos riscos assumidos (SENNETT, 2011).

Tem-se então um paradoxo. “Diz-se que, atacando a burocracia rígida e enfatizando o risco, a flexibilidade dá às pessoas mais liberdade para moldar suas vidas” (SENNETT, 2011, p. 10). Porém, conforme afirma Sennett (2011), ainda que as antigas regras sejam extintas, novas formas de controle, mais complexas, são impostas. “A repulsa à rotina burocrática e a busca da flexibilidade produziram novas estruturas de poder e controle, em vez de criarem as condições que nos libertam” (SENNETT, 2011, p. 54). Para Sennett (2011, p. 10), “o novo capitalismo é um sistema de poder muitas vezes ilegível”.

Como resultado o caráter pessoal é afetado. Segundo Sennett (2011, p. 10), caráter “é o valor ético que atribuímos aos nossos próprios desejos e às nossas relações com os outros”. Por sua vez, “a ética do trabalho é a arena em que mais se contesta hoje a profundidade da experiência. A ética do trabalho, como a entendemos comumente, afirma o uso autodisciplinado de nosso tempo e o valor da satisfação adiada” (SENNETT, 2011, p. 117).

Admite-se então que as configurações modernas de produção modificam o trabalho, transformando as relações sociais e, inclusive, demandando novas competências (SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2010a). Nesse passo, independente da circunstância, decisões sempre precisam ser tomadas no ambiente de trabalho e cada indivíduo, ao fazer sua escolha, a faz visando transformar o ambiente segundo ele é e ainda como gostaria que fosse o ambiente que ele está inserido (SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2010a).

Consoante Lazzarato e Negri (2001, p. 25), “na grande empresa reestruturada, o trabalho do operário é um trabalho que implica sempre mais, em diversos níveis, capacidade de escolher entre diversas alternativas e, portanto, a responsabilidade de certas decisões”. Diante disso, o trabalho deixa de ser simplista, ou seja, deixa de



ser apenas um meio para percepção de remuneração e conseqüentemente atendimento das necessidades, passando a ser visto como algo mais complexo (SOUZA; BIANCO, 2007), isto é, segundo Schwartz, Duc e Durrive (2000b, p. 191), “a atividade de trabalho tem um pouco a ver com uma “dramática”. E isso remete mais uma vez àquilo que pode ser chamado de “subjetivo””, pois cada pessoa irá resolver a sua maneira as complexidades de seu trabalho, contribuindo cada vez mais para a singularização do ambiente (SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2010b).

Entretanto, ao aceitar que o indivíduo particularize ou reparticularize o meio, segundo sua própria subjetividade, deve-se admitir que ele não o faz sozinho, nunca age sozinho. O trabalho é sempre coletivo, estando sempre presente a relação com o outro, de modo que ao tomar uma decisão, ele o faz de acordo com o ambiente em que deseja viver ou em relação com o seu grupo social (SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2010b; REVUZ; NOËL; DURRIVE, 2010).

Para Sennett (2011) e Nardi (2006), a moderna ética do trabalho está pautada no trabalho em equipe. Nesse sentido, da mesma forma que as pessoas precisam ser pró-ativas, dinâmicas e receptivas a mudanças, devem ser, inclusive, intercambiáveis, isto é, serem adaptáveis a diferentes equipes, mantendo ainda um distanciamento de seus colegas, focando sua atenção na tarefa em vez de firmar laços de amizade. Similarmente ao sistema, as relações também se tornaram flexíveis, de modo que os laços humanos se tornaram frágeis e facilmente solúveis (BAUMANN, 2004).

Percebe-se diante do exposto que o trabalho flexível caracteriza-se por possuir relações interpessoais pouco sólidas, a identificação com o trabalho é fraca e o foco das ações é de curto prazo. Tem-se, dessa forma, uma insegurança com relação a vida e o trabalho e a busca por uma identidade é constante. Diante disso, Sennett (2011) questiona como manter relações duradouras consigo e com os outros em uma sociedade que vive se renovando? Vale ressaltar que, para Sennett (2011), as mudanças ocasionadas pelo novo regime flexível não são piores ou melhores que as antigas práticas. “O problema que enfrentamos é como organizar as histórias de nossas vidas agora, num capitalismo que nos deixa à deriva” (SENNETT, 2011, p. 140). Conforme ele afirma, “a cultura da nova ordem perturba profundamente a auto-organização” (SENNETT, 2011, p. 139).

Sendo o trabalho algo mais complexo, têm-se o trabalhador como um sujeito que pensa sua atividade, que a executa segundo suas percepções do cotidiano e das situações de trabalho, constrói e reconstrói assim um método de trabalho e contribui para o desenvolvimento das organizações e das relações sociais (LIMA; BIANCO, 2009).

Contudo, como poder e saber se relacionam de modo a permitir ou não a produção de discursos e saberes pelos trabalhadores, resultando em efeitos sobre poder? Segundo Foucault (1979, p. 71):

os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade.

Mediante isso, e considerando que “os próprios intelectuais fazem parte deste sistema de poder, a ideia de que eles são agentes da “consciência” e do discurso também faz parte desse sistema. O papel do intelectual [...] é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento” (FOUCAULT, 1979, p. 71), desvelando então os saberes dos trabalhadores, aprimorando dessa forma o conhecimento sobre a atividade humana, qualquer que seja a atividade, não somente a laboral.

É oportuno lembrar que Foucault acaba com a fronteira entre ciência e pré-ciência no momento em que considera ambos como saberes, isto é, passa a considerar ambos como estando em igualdade, pondo fim a qualquer hierarquia existente. Com esse pensamento, o filósofo vai contra a doutrina epistemológica que distingue o conhecimento científico do senso comum (MACHADO, 1979; SOUZA, 2004). Desse modo, sempre que Foucault utiliza os termos “saber” ou “saberes” em seus estudos, ele está se referindo a integração entre saber científico e saber comum.

Em *Arqueologia do Saber*, Foucault objetivando desenvolver a formação dos saberes por meio do relacionamento das práticas discursivas e instituições, buscou responder a *como* os saberes emergiam e modificavam-se (MACHADO, 1979).

Já em *Genealogia do Poder*, mesmo tendo o poder como objeto principal a ser analisado, Foucault não pôde deixar de abordar o saber. Questionando o *porquê*, a

intenção fundamental do filósofo foi, mesmo que em último grau, compreender a emergência dos saberes, segundo ocorrências exteriores aos próprios saberes. “É por meio da análise do porquê dos saberes que se pretende explicar sua existência e suas transformações, situando-os como peça de relações de poder ou incluindo-os em um dispositivo político, que em uma terminologia nietzschiana Foucault chamará genealogia” (MACHADO, 1979, p. X).

Segundo Foucault (1979), em toda a história estudou-se mais quem possuía o poder do que os mecanismos de poder em si. Todavia, foram ainda menos examinadas as relações entre saber e poder e poder e saber, bem como as implicações de um sobre o outro; entendeu-se que, devido a uma doutrina humanista, os governantes, ao alcançar o poder, perdem o saber ficando loucos e cegos. Assim, só enxerga a verdade aqueles indivíduos que estão longe do poder, isolados em seus espaços.

Foi uma preocupação de Foucault mostrar a relação do poder com o saber e vice-versa, pois, para o filósofo, é preciso compreender que o poder produz, faz emergir saberes, da mesma forma que o saber resulta em poder (FOUCAULT, 1979).

Portanto, ao fazer uma separação entre poder e saber, o humanismo moderno cometeu um erro, pois ambos relacionam-se continuamente. Além disso, esperar o momento em que um deixará de interagir com o outro é querer retornar para esse mesmo humanismo. Diante disso, conclui-se que “não é possível que o poder se exerça sem saber, não é possível que o saber não engendre poder” (FOUCAULT, 1979, p. 141).

A integração entre poder e saber será, por conseguinte, dupla na medida em que o indivíduo é ao mesmo tempo sujeito cognoscente e objeto a ser analisado. Sendo assim, deverá ser estudada a forma pela qual os indivíduos tornaram-se objeto de estudo e sujeito de saber, bem como, examinado o porquê de se produzir discursos auto-referentes, pretendendo tornar a vida um espaço para exercício do poder (REVEL, 2005).

As ciências humanas são mais do que o estudo do homem. As ciências humanas têm como objeto de estudo o homem e suas positivities, interessando-se sobre sua vida, seu trabalho e linguagem, e ainda sobre o que faz dele um ser cognoscente (FOUCAULT, 1999a).

Conforme lembra Foucault (1999a, p. 487-488):

só haverá ciência do homem se nos dirigirmos à maneira como os indivíduos ou os grupos se representam seus parceiros na produção e na troca, o modo como esclarecem, ou ignoram, ou mascaram esse funcionamento e a posição que aí ocupam, a maneira como se representam a sociedade em que isso ocorre, o modo como se sentem integrados a ela ou isolados, dependentes, submetidos ou livres; o objeto das ciências humanas não é esse homem que, desde a aurora do mundo, ou o primeiro grito de sua idade de ouro, está destinado ao trabalho; é esse ser que, do interior das formas da produção pelas quais toda a sua existência é comandada, forma a representação dessas necessidades, da sociedade pela qual, com a qual ou contra a qual as satisfaz, de sorte que, a partir daí, pode ele finalmente se dar a representação da própria economia.

Schwartz (2000), com o intuito de melhor entender a cultura, educação e o trabalho, procurou ficar o mais próximo que pode dos ambientes laborais. Ele percebeu que a educação universitária não era suficiente para se entender as situações complexas que envolvem a atividade laboral humana e as transformações do trabalho, sendo necessário então relacionar o conhecimento técnico com as experiências coletivas dos trabalhadores, isto é, produzir saberes.

Dentro desse contexto, surge “o que podemos chamar de debates de normas ou de debates de valores. E é preciso fazer emergir esses debates porque é a realidade da vida” (SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2010a, p. 36), de modo que a atividade laboral e as situações de trabalho somente poderão ser melhor compreendidas na medida em que o conhecimento científico e o saber do trabalhador sejam considerados em conjunto, por isso é que se faz necessário possuir além de competências disciplinares, conceitos e saberes (SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2010a).

Nesse passo, Schwartz (2000), seguindo o conceito de “Comunidade Científica Ampliada” de Ivar Oddone, compôs um grupo de estudos formado por trabalhadores, profissionais diversos, sindicalistas, estudantes e pesquisadores. O objetivo principal dessa comunidade era trocar e integrar os conhecimentos técnicos dos pesquisadores com as experiências práticas dos trabalhadores, dando início a uma nova forma de estudar o trabalho e ainda produzir saberes sobre a atividade humana.

A “Comunidade Científica Ampliada”, contudo, acabou mostrando-se limitada, pois além de remeter a ideia que o saber pertence estritamente ao domínio científico, os conhecimentos práticos e a renormalização das atividades pelos trabalhadores, fez com que os pesquisadores desenvolvessem um desconforto intelectual, que, de

forma inconsciente, poderia acarretar na desconsideração do saber comum, das experiências diárias e reais, em prol dos saberes científicos (SCHWARTZ, 2000).

Devido essas limitações conceituais da Comunidade Científica, Schwartz (2000) chegou ao que ele denominou de Dispositivo a três pólos, isto é, um mecanismo para concretização dos saberes produzidos, por meio da articulação entre o conhecimento disciplinar dos pesquisadores e o conhecimento prático dos trabalhadores. A integração desses conhecimentos fica por conta do terceiro pólo, das exigências éticas e epistemológicas, que permite compreender as diferentes facetas dos objetos de estudo, mitigando qualquer tipo de pretensão de um conhecimento sobre o outro (BRITO, 2004). Segundo Hennington (2008):

a abordagem ergológica situa o processo de conhecimento sobre o trabalho sustentado em três pólos distintos: o pólo epistêmico, gerado pelo conhecimento das diversas disciplinas científicas; o pólo produzido pelos saberes e experiência do trabalhador e o pólo das exigências éticas e epistemológicas a respeito da construção dessa parceria. Assim, é proposta da ergologia discutir o trabalho e produzir conhecimento sobre ele considerando o conhecimento e experiência dos trabalhadores, o geral e o específico da atividade, suas normas e variabilidades e a exigência da conversa entre as várias disciplinas e o constante questionamento a respeito de seus saberes (HENNINGTON, 2008, p. 558).

“A ergologia não é, portanto, uma disciplina no sentido de um novo domínio do saber mas, sobretudo, uma disciplina de pensamento” (SCHWARTZ, 2000, p. 45), sendo, nesse sentido, diferente da disciplina epistêmica e, por outro lado, inerente às atividades humanas. A abordagem ergológica precisa então mostrar em suas definições como e onde estão localizados os espaços de singularização dos processos de trabalho, ainda que sua intenção seja a de elaborar conceitos bem definidos. “Isto apresenta problemas epistemológicos que devem ser, ainda, amplamente trabalhados. Seja como for, a disciplina ergológica aciona, inevitavelmente, este dispositivo a três pólos” (SCHWARTZ, 2000, p. 46).

O Dispositivo a três pólos, da mesma forma que a Genealogia do Poder, admite o “acoplamento do conhecimento com as memórias locais, que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização deste saber nas táticas atuais” (FOUCAULT, 1979, p. 171). Para Dreyfus e Rabinow (1995, p. 131), a interação saber-poder de Foucault nos fornece “uma interpretação que não considera o poder como uma posse que um grupo tem e outro não; que não considera o saber objetivo

ou subjetivo, mas um componente central na transformação histórica de vários regimes de verdade”.

Uma vez delineado as configurações do trabalho na contemporaneidade e para atendimento dos objetivos dessa pesquisa, é necessário discorrer sobre a mulher e o trabalho a fim de melhor entender como o trabalho atua na constituição das mulheres enquanto trabalhadoras.

### 3.1 A MULHER E O TRABALHO

Nos primórdios do século XX, consoante Bertolini (2002), a mulher era criada no lar e para o lar, sendo seu espaço social restringido à sua unidade familiar. “A sociedade impunha à mulher severas restrições sociais, e isso se estendia também ao campo sexual” (BERTOLINI, 2002, p. 17). As mulheres eram criadas para serem subordinadas a seus maridos, sendo que o sexo para a mulher era exclusivamente para fins reprodutivos (BERTOLINI, 2002), “a forma dele [homem] perpetuar-se através da descendência” (QUEIROZ et al, 2010, p. 3).

Tais restrições sociais serviam para todas as mulheres, mesmo para aquelas que possuíam uma situação financeira abastada e excelente educação. Desse modo, não era permitido à mulher adentrar na vida pública, até porque elas não tinham voz ativa na sociedade (BERTOLINI, 2002). “Na verdade, suas opiniões não eram sequer reconhecidas. Eram destituídas de qualquer valor social” (BERTOLINI, 2002, p. 17).

Conforme afirma Queiroz et al (2010), à mulher cabia a maternidade e o cuidado do lar. Outras atividades como costura e comercialização de doces poderiam ser exercidas por elas, porém, essas ocupações deveriam ser realizadas com discrição.

A entrada da mulher no mercado de trabalho, segundo Bertolini (2002), ocorreu na década de 40, por meio do exercício da profissão de professora primária; uma forma de a burguesia contribuir socialmente com a população pertencente às classes mais baixas. “Constituía, na verdade, numa continuidade do papel familiar: a professora transmitiria aos menos favorecidos sua experiência, sem com isso se desviar de suas funções tradicionais, nem rivalizar com o homem ou ameaçar os domínios masculinos” (BERTOLINI, 2002, p. 18).

Contudo, o salário que a professora auferia era limitado a um máximo, de modo que ela não recebesse mais que seu marido, envergonhando-o. Afinal, cabia a ele o sustento da família (BERTOLINI, 2002).

A emancipação da mulher veio com a Segunda Guerra Mundial, por meio do contato com a cultura dos imigrantes do pré e pós-guerra e também dos filmes e livros estrangeiros. Em muitos países abalados pela guerra predominava um “novo modelo de mulher” (BERTOLINI, 2002).

As Guerras Mundiais também foram outro fator que possibilitaram a inserção da mulher no mercado de trabalho segundo Queiroz et al (2010). Com a participação dos homens nas batalhas, sobrou para as mulheres assumirem o sustento do lar. E, mesmo com o final da guerra, muitas continuaram a manter economicamente a família, pois dos homens que regressaram para seus respectivos lares, parte possuíam algum ferimento ou mutilação que os impossibilitava de trabalhar (QUEIROZ et al, 2010).

Nos anos 60, a estrutura familiar patriarcal começou a mostrar-se ineficiente, visto o avanço da emancipação da mulher na família e sociedade. Os reflexos dessa emancipação puderam ser percebidos no mercado de trabalho e no campo sexual; a mulher gradativamente passou a exercer profissões ditas masculinas, bem como o sexo, com a chegada das pílulas anticoncepcionais, deixou de ser tão somente para fins de reprodução. A mulher pôde finalmente buscar satisfação e prazer em suas relações sexuais (BERTOLINI, 2002).

Aos poucos a mulher ingressava nas universidades, em profissões até então exclusivamente masculinas, e inclusive na política. Essa inserção se fez acompanhar por uma luta para conquista de respeito social. A mulher demonstrava sua capacidade de contribuir e ser um agente de mudanças na sociedade e no seio familiar (BERTOLINI, 2002, p. 19).

Com todas essas transformações sociais e a crescente penetração da mulher no mercado de trabalho, o salário percebido pela trabalhadora passou a ser substancial (BERTOLINI, 2002), porém, ainda é menor do que o salário recebido pelos homens. A partir daí ampliou-se o número de mulheres que passaram a ambicionar a igualdade das condições de trabalho de homens e mulheres (BERTOLINI, 2002).

Para Bruschini (1994a), as trabalhadoras foram as principais responsáveis pela melhora da condição feminina, posto que o exercício de atividade profissional remunerada foi percebido como o mecanismo de emancipação da mulher do seu papel de dona de casa.

Outros resultados da emancipação da mulher são notórios na contemporaneidade, como destaca Bertolini (2002). Ademais, como bem lembra Bruschini (1994a), falar de trabalho e mulher é também falar de trabalho doméstico. Porém, a mulher, sem esquivar-se de sua função materna, deseja realizar-se ao mesmo tempo no campo pessoal e profissional, bem como obter autonomia financeira (BERTOLINI, 2002).

Nesse sentido, é preciso entender que a mulher que trabalha está inserida ao mesmo tempo dentro de uma estrutura doméstica, como também de uma estrutura social maior, afinal é a mulher que desempenha a dupla jornada família-trabalho (BRUSCHINI, 1994a). Para Bruschini (1994a, p. 20), “sem considerar estas questões dificilmente será possível compreender a situação da trabalhadora brasileira”.

A introdução dos estudos relacionados a mulher na academia brasileira deu-se, inclusive, pelo tema do trabalho feminino, visto que a ampliação do número de mulheres no mercado profissional definiu um marco histórico, de modo que as pesquisas relacionadas aumentaram e tornaram-se mais críticas (BRUSCHINI, 1994a).

Como mencionado por Bruschini (1994a), a temática mulher e trabalho tem sido objeto de diversos estudos (AZEVEDO, 2007; BRUSCHINI, 1979; 1989; 1994a; 1994b; 1998; 2000; BRUSCHINI, LOMBARDI, 1996; 2000; 2001; QUEIROZ et al, 2010; MADALOZZO; MARTINS; SHIRATORI, 2010).

Nos estudos organizacionais brasileiros as vertentes de pesquisa dentro da temática “mulher” variam entre: gestão, competitividade organizacional e empreendedorismo (KANAN, 2010; GRZYBOVSKI; BOSCARIN; MIGOTT, 2002; TAKAHASHI; GRAEFF; TEIXEIRA, 2006; ICHIKAWA; SANTOS, 2000; PEÑALOZA; DIÓGENES; SOUZA, 2008; MACHADO, 2006), relações de gênero e poder (CRAMER; PAULA NETO; SILVA, 2002; BOAS; PAULA NETO; CRAMER, 2003; VASCONCELOS; VASCONCELOS; MASCARENHAS, 2004; CAPPELLE; MELO, 2010; CORRÊA; CARRIERI, 2007; CAVAZOTTE; OLIVEIRA; MIRANDA, 2010; CORRÊA et al, 2007;



MELO et al, 2004; BAHIA; FERRAZ, 2000) e teorias feministas (CERCHIARO; AYROSA; ZOUAIN, 2009), conforme estudo sobre a produção científica brasileira sobre feminino e mulheres nos principais periódicos de Administração feito por Souza, Corvino e Lopes (2011), no período de 2000 a 2010.

Com relação aos estudos científicos sobre feminino e mulher dentro dos estudos organizacionais, Souza, Corvino e Lopes (2011) verificaram uma baixa produção de pesquisas relacionadas, provavelmente por essa temática ser recente na área de administração e, inclusive, pelo pouco incentivo dos corpos editoriais em artigos com esse perfil. Além disso, os autores perceberam também que o foco das pesquisas é na promoção da mulher como superior ao homem no quesito gestão e empreendedorismo, bem como observaram uma deficiência conceitual com relação aos movimentos feminista em si, isto é, para Souza, Corvino e Lopes (2011, p. 15):

os estudos feministas brasileiros na área de administração não podem ser considerados “tipos ideais” representantes de um único movimento feminista, pelo contrário, eles apresentam características, problemáticas e conceitos que perpassam ao mesmo tempo por diversos movimentos.

Para Bruschini (1994a, p. 17), “a emergência do feminismo como movimento social [...] criou as condições necessárias para a legitimação da condição feminina como objeto de estudo”. Todavia, Bruschini (1994a) e Bruschini e Lombardi (2001) questionam os indicadores de participação econômica da mulher, visto que mesmo após a reformulação do conceito de trabalho pelo IBGE na década de 90, a nova metodologia do IBGE ainda não considera para o cálculo da População Economicamente Ativa (PEA) a atividade doméstica como trabalho, pois, conforme Bruschini (1994a) e Bruschini e Lombardi (2001), destacam, o trabalho doméstico não é considerado uma atividade econômica. “Apesar do considerável volume de atividades que se esconde sobre a rubrica Afazeres Domésticos e que mantém ocupadas mulheres de todas as camadas sociais, o trabalho doméstico não é contabilizado neste tipo de coleta [censo] como atividade econômica” (BRUSCHINI, 1994a, p. 24).

De acordo com Bruschini (1994a), precisou-se ampliar o que se entende por trabalho para que esse pudesse abarcar as atividades realizadas pelas mulheres em seu dia-a-dia que contribuem para a produção social. Nesse sentido, Bertolini (2002, p. 17) lembra que “a cultura brasileira assistiu a uma grande diversificação de papéis

e ampliação do campo de atuação feminina, dentro e fora do lar, no decorrer do último século. [...] O fenômeno ocorreu em todo o mundo ocidental”.

Diante disso, vale ressaltar que trabalho doméstico não é somente aquele referente aos cuidados do lar e da família, mas também toda a atividade informal remunerada ou não que a mulher exerce em seu domicílio. Conforme Bruschini e Lombardi (2001, p. 161), o novo significado de trabalho adotado pelo IBGE desde 1992 engloba:

atividades para o autoconsumo, a produção familiar e outras até então não consideradas como trabalho. [...] A nova metodologia do IBGE, no entanto, ainda não avançou a ponto de incluir na PEA a atividade doméstica realizada pelas donas-de-casa, que continua a ser classificada como inatividade econômica.

No Brasil, a inserção da mulher no mercado de trabalho não é recente, mas ainda assim apresenta crescimento segundo Azevedo (2007). Isto posto, Bruschini e Lombardi (2001) ressaltam que a participação da mulher é maior nos trabalhos informais e/ou com condições precárias, isto é, sem o amparo da legislação. Por outro lado, alguns estudos indicam o crescimento da ocupação por parte das mulheres de bons empregos, principalmente por aquelas mais escolarizadas (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2001).

De acordo com Azevedo (2007), o nível de instrução escolar dos brasileiros tem crescido com o decorrer dos anos. Em comparação com os homens, o índice das mulheres escolarizadas é maior e aumenta mais rapidamente (AZEVEDO, 2007; BRUSCHINI; LOMBARDI, 2001). Azevedo (2007) destaca ainda que o número de anos que as mulheres se dedicam aos estudos é maior que o tempo de estudo dos homens. Isto se deve, segundo Bruschini e Lombardi (2001), a cultura escolar brasileira, isto é, socialmente é mais exigido da mulher a dedicação e continuidade dos estudos, já para os homens a pressão é para um ingresso prematuro no mercado de trabalho, de modo que, dependendo da atividade exercida pelo jovem, fica difícil conciliar estudos e trabalho. Além disso, as taxas de repetência e evasão escolar das mulheres são menores do que as dos homens, o que também propicia a permanência delas por mais tempo na escola (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2001).

Nesse sentido, Azevedo (2007), Bruschini (2000) e Bruschini e Lombardi (2001) apontam o aumento da educação formal da mulher como uma possibilidade de

melhor colocação e permanência no mercado de trabalho, tendo em vista, inclusive, que as organizações estão sendo cada vez mais exigentes quanto ao nível de escolaridade de seus empregados.

Todavia, conforme análise realizada por Bruschini e Lombardi (2001) mostram que na educação, seja de nível técnico ou superior, existem cursos que são ocupados quase que exclusivamente por mulheres, o que, posteriormente, acaba refletindo no mercado de trabalho; atividades das áreas de conhecimento da saúde, artes, humanas e biológicas são desempenhadas massivamente por mulheres. Nas áreas de engenharia, tecnologia e produção, por outro lado, a participação da mulher é pouco expressiva (AZEVEDO, 2007). No estudo feito por Bruschini (2000), o setor de serviços foi identificado como um gueto feminino.

O mercado de trabalho, apesar de receptivo a atuação das mulheres, ainda não se adaptou completamente a elas, modificando-se em passos lentos (AZEVEDO, 2007). Em março de 2012, a taxa de atividade das mulheres era de 49%, sendo que no mesmo período do ano anterior a taxa de atividade era de 48,9% (IBGE, 2012). A taxa de atividade dos homens, por outro lado, era de 66,6% também em março de 2012 (IBGE, 2012), quase 36% maior do que a feminina. Ainda assim, Bruschini (2000), ressalta a importância da mulher no crescimento do PEA, mesmo que essa contribuição possa ter ocorrido pela modificação do conceito de trabalho utilizada pelo IBGE.

Queiroz et al (2010) salientam que o aumento do número de mulheres trabalhadoras não é exclusivo dos países desenvolvidos. Esse fenômeno acontece também nos países em desenvolvimento, como o Brasil. Bruschini e Lombardi (2001) atribuem esse aumento as mudanças sociais, demográficas e culturais pelas quais o Brasil vem passando e não somente pela necessidade e expansão do mercado de trabalho. De acordo com Bruschini (1994b), desde a década de 70 uma das mudanças sociais mais notáveis no Brasil foi o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho.

Contudo, Queiroz et al (2010) e Bruschini (1994a; 1994b; 2000) destacam a discriminação sofrida pelas mulheres trabalhadoras, que não é somente sexual, mas também relacionada ao cargo que ocupam e ao salário que recebem.

A inserção da mulher no mundo do trabalho vem sendo acompanhada, ao longo desses anos, por elevado grau de discriminação, não só no que tange à qualidade das ocupações que têm sido criadas, tanto no setor formal, como no informal do mercado de trabalho, mas principalmente no que refere à desigualdade salarial entre homens e mulheres. Relacionando-se ao passado, tem-se a ideia dos obstáculos e preconceitos em relação à mulher continua ainda presente nos dias de hoje. [...] A discriminação existe e pode ser observado claramente na remuneração salarial, [...] e isso quer dizer que, para uma mesma posição, os salários do sexo masculino são superiores aos do sexo feminino. Há uma tendência em remunerar melhor o sexo masculino, porém, como todo preconceito, necessitam-se ainda de muito tempo para ser minimizado essas diferenças (QUEIROZ et al, 2010, p. 5).

Apesar da desigualdade de gêneros, Queiroz et al (2010) evidenciam que a inserção da mulher no mercado de trabalho é crescente mesmo nos períodos de recessão. Os autores afirmam ainda que as mulheres tendem a continuar economicamente ativas durante a gestação e a criação dos filhos (QUEIROZ et al, 2010), seja pela oportunidade ou necessidade de incrementar a renda familiar ou estimuladas por seu grau de instrução (BRUSCHINI, 2000). Nesse sentido, Bruschini e Lombardi (2001, p. 164) avaliam que “as responsabilidades familiares não estariam mais constituindo um fator impeditivo ao trabalho feminino de mercado, como ocorria até os anos 70”, de modo que, mesmo as casadas e/ou com filhos, permanecem ou buscam colocação no mercado de trabalho (BRUSCHINI, 2000).

No entanto, a maternidade e o cuidado do lar são apontados por Bruschini e Lombardi (2001) como fatores que limitam a dedicação ocupacional feminina ou a transforma em uma “trabalhadora de segunda categoria”; devido à intensidade da dupla jornada de trabalho, que acaba por refletir em sua produtividade em longo prazo (MADALOZZO; MARTINS; SHIRATORI, 2010). Mesmo com todas as mudanças culturais, as mulheres continuam a ser responsáveis pelo cuidado dos filhos e familiares, bem como as responsáveis pelas atividades do lar, de forma que, ao trabalharem, as mulheres exercem uma dupla jornada (BRUSCHINI, 2000; BRUSCHINI; LOMBARDI, 2001). “A responsabilidade pela guarda, cuidado e educação dos filhos na família limita a saída da mulher para o trabalho remunerado, sobretudo se os rendimentos obtidos forem insuficientes para cobrir custos com formas remuneradas de cuidado infantil” (BRUSCHINI, 2000, p. 19).

A educação dos filhos é uma preocupação das mães que exercem atividades fora do lar, conforme Bertolini (2002) verificou em seu estudo. Por isso, as mulheres

procuram garantir a eles a melhor educação, seja proporcionando atividades extraescolares, escolhendo pessoas qualificadas para cuidar dos filhos enquanto trabalham ou dando atenção especial quando estão com eles, deixando a casa e o marido em segundo e terceiro plano, respectivamente (BERTOLINI, 2002).

O sentimento de tais mulheres em relação aos filhos é de valorização. Pressupõem que sua ausência contribui para que seus filhos se conscientizem de que todos na família têm uma contribuição a dar. Acreditam que sua atividade profissional fora de casa contribui para o amadurecimento dos filhos e o desenvolvimento de maior autonomia e independência no cotidiano familiar (BERTOLINI, 2002, p. 55).

Queiroz et al (2010), em contrapartida, apontam um outro lado do afastamento da mulher do lar em decorrência do trabalho. Segundo os autores, o trabalho fabril gerou sérias implicações nas vidas das crianças (QUEIROZ et al, 2010). “A desestruturação dos laços familiares, das camadas trabalhadoras e os vícios decorrentes do ambiente de trabalho promíscuo fizeram crescer os conflitos sociais” (QUEIROZ et al, 2010, p. 4).

Bertolini (2002) destaca a importância da maternidade da vida da mulher. Contudo, a autora afirma a necessidade da divisão das tarefas domésticas e de educação dos filhos com o marido de maneira que as mulheres não se anulem pessoal e profissionalmente (BERTOLINI, 2002). Nesse sentido, Madalozzo, Martins e Shiratori (2010) afirmam que a carga horária de trabalho da mulher (considerando atividade laboral e doméstica) é maior quando elas possuem um marido. Em contrapartida, a carga horária deles é menor tendo em vista a presença da mulher. Isso é o resultado da divisão sexual do trabalho, segundo Madalozzo, Martins e Shiratori (2010). Porém, os autores acreditam que as mulheres com maiores níveis de instrução escolar têm mais condições de lutarem por mudanças nas relações familiares do que as mulheres de baixa instrução, da mesma forma que os homens mais instruídos são mais propensos a dividirem as tarefas domésticas com suas mulheres (MADALOZZO; MARTINS; SHIRATORI, 2010).

Mas e quando a mulher é não somente a responsável pelo cuidado da família, mas também a principal provedora do sustento econômico? De acordo com Fleck e Wagner (2003), o tradicional modelo de família adotado pela classe média brasileira que possui uma divisão de papéis transparente e bem definida, com o homem sendo o responsável financeiramente pela família e a mulher responsável pelo cuidado do

lar e dos filhos, não é mais tão presente na realidade brasileira desde o início do século XX.

As transformações sociais, culturais e econômicas são apontadas como as responsáveis pelo crescimento da parcela de mulheres economicamente ativas, que, por consequência, contribuíram para a mudança na estruturação da família. Para Bruschini e Lombardi (2001, p. 162):

a intensa queda da fecundidade reduziu o número de filhos por mulher, sobretudo nas cidades e nas regiões mais desenvolvidas do país, as famílias reduziram seu tamanho, aumentou o número de famílias chefiadas por mulheres. Transformações nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher, intensificadas pelo impacto dos movimentos feministas desde os anos setenta e pela presença cada vez mais atuante das mulheres nos espaços públicos, alteraram a constituição da identidade feminina, cada vez mais voltada para o trabalho produtivo. A expansão da escolaridade e o ingresso nas universidades viabilizaram o acesso das mulheres a novas oportunidades de trabalho.

Outros fatores que contribuíram para a busca da mulher por colocação profissional foram, conforme Bruschini (2000), o aumento no número de divórcios, a necessidade de complementação da renda familiar e o crescimento do quantitativo de mulheres chefes de família. Além disso, houve também um aumento da quantidade de lares cujo principal provedor financeiro é a mulher, apesar de isso não significar necessariamente uma mudança na forma como a família representa suas relações familiares, mesmo tendo sido percebida a transformação do modelo (FLECK; WAGNER, 2003). Mediante isso, conclui-se que um dos principais desafios da atualidade para as mulheres trabalhadoras é conciliar a família, o lar e o trabalho (QUEIROZ ET AL; 2010).

Ainda que de forma macro o alvo dessa pesquisa seja o trabalho realizado pelas mulheres, faz-se necessário, considerando objetivo desse estudo, realizar uma explanação a cerca do trabalho prisional já que é esse tipo de trabalho em específico que está sendo pesquisado.

### 3.2 TRABALHO PRISIONAL

Estudos afirmam que o trabalho é o principal mecanismo para recuperar os presos e assim reintegrá-los na sociedade (RIBEIRO; CRUZ, 2002; SERON, 2010; FRINHANI, 2004). O trabalho prisional atuaria não somente como produtor do

homem, mas também desempenharia um importante papel para o sistema capitalista de produção, visto as vantagens econômicas que as organizações adquirem ao contratar mão de obra carcerária, já que os presos não são regidos pela CLT. Todavia, mister se faz destacar que esse trabalho considera a visão de Foucault (2010d) sobre o trabalho prisional, isto é, que a detenção penal não mitiga a propensão ao crime, da mesma forma que não reduz a probabilidade de reincidência, pelo contrário, provoca-a.

Nos estudos organizacionais brasileiros o tema trabalho prisional é inexpressivo. Foi realizada uma pesquisa nas principais revistas de Administração do país, quais sejam, Revista Organizações & Sociedade (O&S), Revista de Administração Contemporânea (RAC), Revista de Administração de Empresas (RAE), Revista de Administração Mackenzie (RAM) e Revista de Administração da Universidade de São Paulo (RAUSP), sem delimitação de data de publicação, utilizando como restrição os seguintes termos: trabalho prisional, prisão, penitenciária, sistema carcerário, preso, presidiário, ressocialização e reinserção social.

Na RAC foram encontrados dois artigos pertencentes a essa temática (LEMOS; MAZZILLI; KLERING, 1998; COSTA; BRATKOWSKI, 2007). Na O&S um artigo foi localizado, entretanto, o estudo realizado por Cabral (2007) teve por finalidade entender a participação de empresas privadas na implantação, gestão e operação de unidades prisionais no Brasil segundo a ótica da Nova Economia Institucional. Na RAE, um artigo foi identificado por meio da palavra-chave “preso”, porém, a palavra foi utilizada para identificar os indivíduos que estão amarrados às organizações e não para tratar de pessoas encarceradas pela via judicial. Dessa forma, somente dois artigos sobre a temática em questão foram publicados até hoje nas revistas científicas de Administração supracitadas.

A mesma pesquisa foi feita em todas as edições de todos os eventos promovidos pela Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD), quais sejam, EnANPAD, EnEO, Simpósio, EnADI, 3ES, EMA, EnAPG, EnGPR e EnEPQ. Os mesmos termos - trabalho prisional, prisão, penitenciária, sistema carcerário, preso, presidiário, ressocialização e reinserção social - foram considerados para delimitar a pesquisa. Foi encontrado um artigo em cada um dos seguintes eventos EnAPG, EnEO e EnGPR. Todavia, o trabalho prisional foi

utilizado no estudo apresentado por Cruz (2010) no EnAPG para fazer um panorama do sistema prisional mineiro, não sendo aquele o assunto principal do estudo. O artigo do EnEO, por sua vez, feito por Rocha et al (2012), trata da temática trabalho prisional mas o foco, em vez dos presos como este trabalho pretende analisar, são as áreas de gestão de pessoas de organizações cearenses participantes dos programas de ressocialização de egressos do sistema penitenciário. Já o artigo apresentado por Moreira Neto e Sachuk (2007) no EnGPR teve como objetivo a análise do significado do trabalho remunerado desenvolvido pelos presos da Penitenciária Estadual de Maringá. Vale destacar que, diferentemente deste trabalho, a pesquisa realizada por Moreira Neto e Sachuk (2007) teve perspectiva hermenêutica fundamentada no conceito de *Vita Activa* de Hannah Arendt.

A busca nos eventos do EnANPAD resultaram em seis artigos, sendo que dois desses trabalhos (LEMOS; MAZZILLI; KLERING, 1997; COSTA; BRATKOWSKI, 2004) são bem semelhantes aos encontrados na pesquisa feita na RAC, tendo sido publicados pelo periódico em 1998 e 2007, respectivamente. Um artigo foi localizado por meio da palavra-chave “ressocialização”, porém, o trabalho está voltado para o modelo de gestão dos centros de internação de menores em conflitos com a lei, que é considerado pelos autores Leite e Sousa (2010) como fator decisivo no processo de ressocialização dos adolescentes. Outro artigo encontrado foi o de Cruz, Souza e Batitucci (2011) que, da mesma forma que Cruz (2010), falou do trabalho prisional apenas para subsidiar o tema principal do estudo, que nesse caso foi à história da política penitenciária paulista. Os outros dois artigos encontrados (PIRES; PALASSI, 2007; 2010) estudaram o trabalho prisional tanto pela ótica do detento quanto das empresas contratantes da mão de obra carcerária.

Dos nove artigos apresentados nos eventos da ANPAD somente cinco tiveram como foco a análise do trabalho prisional dentro da perspectiva analisada neste trabalho. Partiu-se então para a busca do tema trabalho prisional nos periódicos internacionais. A pesquisa foi feita por meio do portal de periódicos da Capes e as bases selecionadas foram a Jstor e a Sage devido à expressividade dessas na área das Ciências Sociais Aplicadas. As palavras-chave utilizadas na busca foram: prison work, resocialization e social reintegration; e a pesquisa delimitou-se aos últimos 10 anos, isto é, 2002 a 2012. Foram encontrados 16 artigos no total, porém, nenhum deles teve como foco o trabalho prisional. Verificou-se novamente a



inexpressividade do tema dentro da área de Administração dessa vez em âmbito internacional. Diante disso e considerando os estudos de Foucault sobre poder e prisão, em especial sua obra *Vigiar e Punir* (FOUCAULT, 2010d) percebe-se a importância de trazer essa temática para dentro dos estudos organizacionais, visto a contribuição científica que se pode fazer ao campo da Administração por meio da análise das relações de poder relacionadas ao dispositivo do trabalho e os saberes produzidos no âmbito do trabalho prisional. Em outras áreas de conhecimento, como Psicologia, Direito e Sociologia, essa temática é mais frequente.

Com relação aos estudos sobre trabalho prisional, destaca-se o elaborado por Costa e Bratkowski (2007). Os autores compararam o significado do trabalho no capitalismo flexível para homens livres e para cumpridores de pena do regime aberto, semiaberto e em liberdade condicional. Para isso, eles estudaram a experiência que o Detran-RS tem na utilização de mão de obra de sentenciados, cujo diferencial é a utilização de ferramentas gerenciais.

A utilização de avaliações de desempenho individual, setorial e por produtividade tiveram como resultado uma mudança comportamental dos indivíduos, que as enxergaram como um reporte de desempenho, melhorando, por consequência, sua eficiência e produtividade. Ademais o programa de incentivos foi outra fonte de motivação que proporcionou melhora do trabalho (COSTA; BRATKOWSKI, 2007). Por outro lado, Costa e Bratkowski (2007) apontaram algumas limitações dessas ferramentas, considerando as características da força de trabalho e do órgão público, como a impossibilidade de promoção por mérito, o foco tão somente quantitativo da avaliação de desempenho por produtividade e o efeito halo presente nas avaliações de desempenho individuais e setoriais.

Além disso, Costa e Bratkowski (2007) fizeram críticas a proposta do trabalho prisional oferecido pelo Detran-RS, apesar de observarem a intenção do órgão em aproximar o trabalho do apenado ao do homem livre, tratando-os com igualdade e sem discriminação. Segundo Costa e Bratkowski (2007), o Detran-RS falhou ao desconsiderar as censuras já existentes sobre trabalho prisional na confecção de seu modelo de trabalho com sentenciados, isto é, “o modelo empresarial foi levado ao cárcere, com suas qualidades e defeitos [...]. Em contrapartida, o cárcere levou seus modelos de funcionamento ao mundo corporativo” (COSTA; BRATKOWSKI,

2007, p. 144-145). De modo que o exercício do trabalho não se dá necessariamente pelo desejo de ressocialização, mas também possibilita uma “troca útil”. Além disso, eles questionam a inserção de mão de obra apenas em instituição pública cuja estrutura é clássica e burocrática, com normas e hierarquias bem definidas e controles rígidos, características tão severamente criticadas pelo regime flexível (COSTA; BRATKOWSKI, 2007).

No entanto, os resultados da pesquisa-ação indicaram que as ambições pessoais não dependem do meio social ou da capacidade intelectual e que as organizações podem ser as propulsoras do desenvolvimento e, inclusive, da ressocialização dos sentenciados (COSTA; BRATKOWSKI, 2007).

Lemos, Mazzilli e Klering (1998), por sua vez, tiveram como objetivo analisar o trabalho prisional desenvolvido no Rio Grande do Sul enquanto prática de ressocialização. Segundo os autores, o modelo de trabalho prisional adotado é incapaz de cumprir a sua função ressocializadora, haja vista que não tem condições de desenvolver nos sentenciados o entendimento sobre o poder do trabalho na estruturação do homem, não atuando assim como mecanismo de ressocialização dos presos, pelo contrário, oferece mais condições para o seu desajuste para com a sociedade, visto a enorme carga psíquica a que são submetidos e que aumenta seu desequilíbrio emocional (LEMOS; MAZZILLI; KLERING, 1998).

Para Lemos, Mazzilli e Klering (1998), o trabalho prisional não oferece, nessas condições, possibilidades de ajuste do apenado devido à simplicidade do trabalho, não proporcionando envolvimento suficiente. Apesar disso, o trabalho prisional é necessário para “ocupar” o preso trabalhador. De acordo com Lemos, Mazzilli e Klering (1998), o trabalho prisional deve considerar em seu molde a divisão das tarefas, que proporciona o sentido e o interesse do trabalho, e a divisão de homens, que engloba as relações sociais e afetivas, pois somente desse jeito que se poderá prever a influência positiva ou negativa da atividade laboral sobre a saúde e ressocialização dos sentenciados.

O trabalho prisional descrito pela Lei de Execução Penal (LEP) fundamenta-se nos preceitos de administração propostos por Taylor (LEMOS; MAZZILLI; KLERING, 1998). Dessa forma, segundo Lemos, Mazzilli e Klering (1998), ao desenhar o

modelo de trabalho prisional com base na LEP, as organizações ignoram que o sujeito encarcerado também é detentor de desejos, formatando a organização do trabalho com base na disciplina e segurança, não permitindo a ele alterar ou redesenhar suas tarefas de modo a adaptá-las às suas necessidades emocionais e fisiológicas. A tarefa, dessa forma, não possui conteúdo e não lhe proporciona satisfação.

Apesar disso, Lemos, Mazzilli e Klering (1998), acreditam que o trabalho pode ressocializar as pessoas, desde que apresente equilíbrio entre sublimação e prazer no trabalho. A recuperação dos encarcerados por meio do trabalho deve ser reorganizada pelas instituições de forma a oferecer para os detentos atividades mais flexíveis e criativas, aliando a tarefa aos anseios dos apenados em um ambiente que distingue o criminoso do crime. Nesse sentido, Lemos, Mazzilli e Klering (1998) acreditam que a Lei de Execução Penal deve passar por reformulação, bem como se deve incluir a sociedade nesse processo de ressocialização, pois não adianta regenerar o indivíduo para depois a sociedade não aceitá-lo.

Um estudo da área da Psicologia que traz contribuições para a temática do trabalho prisional e que inclui a variável família no processo de ressocialização foi elaborado por Seron (2010). O psicólogo realizou um estudo em que verificou a importância do trabalho e da família para a reinserção social de ex-presidiários. Porém, pelos depoimentos dos egressos apresentados por ele, verifica-se que o trabalho e a família atuam, na verdade, como motivador para a não reincidência criminal. Inclusive, pode-se dizer que eles não se encontram ressocializados, já que a maioria possui trabalho informal e tem que esconder ser ex-presidiário, visto que sofrem preconceitos quando revelam sua condição. E ainda, segundo Seron (2010), alguns deles jamais estiveram inseridos socialmente, quer dizer, pelo menos não no sentido de gozo de seus direitos e deveres civis e políticos de cidadão. Desse modo, para parte desses sujeitos, não se tratou de reinserção social, mas sim de inserção (SERON, 2010).

Na área de sociologia podemos destacar o estudo de Moner et al (2009) realizado em nove prisões de Cataluña. Os autores partiram do pressuposto de que o trabalho e a qualificação profissional contribuem para a recolocação laboral e futuramente para a integração social dos presos. Além disso, Moner et al (2009) consideraram

também como premissa que as unidades prisionais que oferecem mais recursos tem possibilidades maiores de desenvolver melhor a função que a sociedade lhe atribui. A pesquisa foi feita com presidiários, especialistas e responsáveis pelas unidades prisionais.

Moner et al (2009) verificaram que o trabalho é um meio de os detentos, principalmente os presos estrangeiros, conseguirem dinheiro. Esse dinheiro é utilizado por eles para subsistência durante a estadia na prisão, para ajudar a família ou para não depender delas. Parte dos entrevistados considera baixo o salário auferido por eles, contudo, Moner et al (2009) destacam que a necessidade financeira não é a única motivação dos detentos para o trabalho prisional. O trabalho também possui um cunho educativo que permite a aquisição de costumes e valores que estão atrelados ao processo de ressocialização favorecendo a futura reinserção social.

Grande parte dos presos avalia o trabalho prisional como uma forma de passar o tempo evitando a ociosidade e também como suportar a vida na cadeia. Além disso, segundo Moner et al (2009) o trabalho proporciona equilíbrio emocional, fazendo com que os presos se afastem de situações conflituosas, isto é, “afastem os maus pensamentos” colaborando com a segurança, ordem e disciplina do prisão. Mediante isso, Moner et al (2009) observaram que o trabalho ajuda a reparar a autoconfiança e incita a vontade de ressocialização, bem como faz o preso desenvolver sentimento de utilidade.

Moner et al (2009), da mesma forma que Costa e Bratkowski (2007), verificaram que são diversas as finalidades do trabalho prisional, como ocupação do tempo, mecanismo de ressocialização, finalidade disciplinar e de controle do corpo. Moner et al (2009) apontam ainda aspectos como o ganho salarial, a qualificação profissional e melhora das relações e do ambiente prisional.

Por fim, Moner et al (2009) concluíram que o trabalho ajuda na ressocialização do detento por meio da aprendizagem e internalização de valores e hábitos como responsabilidade e autodisciplina, ao mesmo tempo que contribui para que o detento organize sua rotina, o que auxilia no desenvolvimento de uma estabilidade

emocional uma vez que reduz a possibilidade de conflitos e promove a ordem social na prisão.

No próximo tópico será descrito como o trabalho prisional está sendo desenvolvido no estado do Espírito Santo e também as pesquisas sobre essa temática que foram realizadas.

### **3.2.1 Trabalho prisional no Espírito Santo**

A preocupação com o quantitativo em crescimento de mulheres encarceradas no Espírito Santo e tendo em vista a necessidade de cumprir a Lei de Execução Penal (LEP), a Secretaria de Estado da Justiça (Sejus) instituiu o Projeto Maria Marias no ano de 2006 (SEJUS, 2012). O projeto tem por objetivo oferecer para as apenadas cursos profissionalizantes por meio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Social da Indústria (Sesi), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (Sebrae), todas entidades do Sistema S. Os cursos são ofertados dentro das unidades prisionais pelos instrutores desses órgãos, sendo que cada presidiária pode participar de mais de um curso (SEJUS, 2011).

O Projeto Maria Marias vai além da ressocialização pelo trabalho e foca também no desenvolvimento do empreendedorismo e na restauração e manutenção dos vínculos familiares, a fim de abrandar as consequências do encarceramento, além de fortalecer a mulher na sua função de mãe, trabalhadora e cidadã (SEJUS, 2011). De acordo com o ex-Secretário de Estado da Justiça (2006-2012), Ângelo Roncalli de Ramos Barros:

a mulher sem uma atividade produtiva se torna frágil no meio social e pode acabar voltando para o crime, sendo mais uma vez instrumento do tráfico. Trabalhamos sempre para fortalecê-las, com cursos que possam gerar uma fonte de renda autônoma no futuro. Acreditamos que assim conseguiremos ampliar as oportunidades após a prisão (SEJUS, 2012).

O sucesso do projeto foi tamanho que ele acabou se tornando referência nacional. Conforme explica a Diretora de Ressocialização do Sistema Penal do Espírito Santo, Quésia da Cunha Oliveira:

o início do projeto se deu devido a nossa preocupação com o crescimento da população carcerária feminina do Brasil e, particularmente do Espírito

Santo. Hoje o projeto se tornou uma referência para outros Estados e também para o Governo Federal, que vai replicar seu funcionamento no País por meio do Depen<sup>2</sup> (SEJUS, 2012).

O Programa de Ressocialização da Sejus contempla outros projetos além do Maria Marias, e que não tem obrigatoriamente o trabalho como mecanismo de ressocialização, bem como são realizados também em penitenciárias masculinas, como o projeto Uniformização de Presos, Xadrez que Liberta, Pintando a Liberdade, Núcleo de Trabalho do Preso e do Egresso e Programa de pagamento do trabalhador preso.

Segundo dados do Ministério da Justiça (2013b), em junho de 2012, exerciam atividade laboral fora da unidade prisional 173 mulheres, sendo 74 na iniciativa privada e 16 em parceria com paraestatais (Sistema S e Ong's). Outras 224 mulheres desenvolviam atividade laboral dentro dos presídios, consistindo em 41 a quantidade de mulheres em exercício de tarefas de apoio ao estabelecimento penal, 109 na iniciativa privada e 4 produzindo artesanatos.

Os projetos capixabas de ressocialização que envolvem trabalho já foram alvos de dois estudos realizados por Pires e Palassi (2007; 2010). Os estudos realizados por elas objetivaram avaliar a influência de espaços laborais instalados em duas instituições penais na ótica dos detentos e das empresas privadas detentoras desses espaços, utilizando diferentes abordagens para cada um (PIRES; PALASSI, 2007; 2010). Para as empresas, o foco ficou na implantação, manutenção e aspectos gerenciais das frentes de trabalho. Para os presos, o foco foi descrever a visão deles sobre a influência do trabalho no cumprimento da pena e em sua reinserção no mercado de trabalho.

Por parte da empresa, Pires e Palassi (2007) verificaram que o baixo gasto com mão de obra e com os custos indiretos de produção são os principais motivos que levaram as empresas a se interessarem pela instalação de espaços laborais nos estabelecimentos penais, já que elas não têm despesas com o local, água, luz e telefone e não há greves ou reivindicações trabalhistas. Mediante isso, as autoras verificaram que o interesse econômico sobrepuja a responsabilidade social, visto que as organizações estudadas não possuem políticas para a contratação e

---

<sup>2</sup> Departamento Penitenciário Nacional

manutenção dos trabalhadores que deixam a prisão (PIRES; PALASSI, 2007; 2010). Além disso, Pires e Palassi (2007; 2010) constataram falha na qualificação profissional dessa força de trabalho, estando os presos treinados, mas não necessariamente qualificados para competirem por um trabalho após sua libertação, conforme o relato de alguns presos. Por parte dos detentos, Pires e Palassi (2007; 2010) averiguaram que o trabalho proporciona-lhes satisfação, esperança e oportunidade de profissionalização e, além de ocuparem o tempo de uma forma produtiva, eles ainda são remunerados para exercerem a atividade laboral e tem redução de um dia na pena para cada três dias trabalhados. Contudo, as autoras observaram que o trabalho impacta mais no cotidiano do encarcerado do que proporciona oportunidades de (re)colocação no mercado de trabalho (PIRES; PALASSI, 2010).

Pires e Palassi (2010) concluíram que o Estado deve repensar a política prisional na esfera do trabalho prisional, ponderando sobre os critérios de escolha das empresas que desejam instalar-se dentro de unidades penitenciárias, dando preferência àquelas cuja atividade tem capacidade de requalificação e que contribuam para o desenvolvimento de trabalhadores autônomos, facilitando o exercício de atividade remunerada fora da prisão em caso de não contratação pelo mercado, visto a existência de preconceitos contra ex-presidiários.

## 4 METODOLOGIA

### 4.1 TIPO DA PESQUISA

A pesquisa é do tipo qualitativa. De acordo com Neves (1996, p. 2), os estudiosos das ciências sociais ao optarem por “métodos qualitativos estão mais preocupados com o processo social do que com a estrutura social; buscam visualizar o contexto e, se possível, ter uma integração empática com o processo objeto de estudo que implique melhor compreensão do fenômeno”.

### 4.2 LÓCUS E SUJEITOS DA PESQUISA

Os sujeitos da pesquisa foram internas e servidores da Penitenciária Feminina de Cariacica (PFC) e servidores da Diretoria de Ressocialização da Sejus (Diresp). No total foram realizadas 49 entrevistas. Para uma maior coerência na análise, os sujeitos foram divididos em dois grupos.

- Grupo 1 (Internas da PFC): Foram entrevistadas 14 internas do regime semiaberto e 22 do regime fechado, num total de 36 entrevistas.
- Grupo 2 (Servidores): Foram realizadas 13 entrevistas, sendo 9 com o corpo técnico e administrativo da PFC e 4 com servidores da Diresp.

A escolha das presas trabalhadoras participantes da pesquisa foi feita pela Direção da PFC. Inicialmente, a Diretora Adjunta separou 14 internas do regime semiaberto e 7 do regime fechado, totalizando 21 internas, com uma interna a mais do havia sido solicitado. Entretanto, como as observações tinham sido feitas nas frentes de trabalho dentro da PFC com as internas do regime fechado, foi solicitado entrevistas com mais 7 internas do regime fechado, de modo a igualar o número de presas entrevistadas de cada regime. Todavia, a Diretora-Adjunta acabou separando mais 16 internas para entrevista, das quais 1 interna não quis participar da pesquisa. Diante disso, ao final obteve-se 36 entrevistas com presas trabalhadoras, sendo 14 com internas do regime semiaberto e 22 com internas do regime fechado.

A escolha das servidoras da PFC também foi feita pela Diretora Adjunta e englobou Chefes de Segurança, Chefe de Equipe do Semiaberto, Agentes Penitenciárias, Psicóloga, Assistente Social, Coordenadora do Método de Tratamento Penal e a



própria Diretoria Adjunta. Na época das entrevistas a Diretora da unidade estava de férias, por isso não foi possível entrevistá-la.

Já as servidoras da Diresp entrevistadas foram escolhidas por atuarem na Coordenação dos Núcleos de Trabalho, Educação e Serviço Social e Psicológico da Sejus. Inicialmente seriam somente essas 3 servidoras entrevistadas, todavia, no dia das entrevistas teve-se a oportunidade de entrevistar também uma servidora do Núcleo do Serviço Social que atua diretamente como o acompanhamento de egressos. Não foi possível entrevistar a Diretora de Ressocialização, pois a mesma encontrava-se de licença, estando a Coordenadora da Educação respondendo também pela Diretoria.

### 4.3 PRODUÇÃO DE DADOS

Para a produção dos dados da pesquisa foram realizadas além das entrevistas, visitas e observações diretas na PFC, diários de campo e análise documental. Entre os dias 23/08 a 25/09/2012 foram realizadas duas visitas exploratórias a unidade e sete observações diretas em três frentes de trabalho em funcionamento na PFC. Por visitas exploratórias entende-se percorrer a PFC a fim de conhecer o espaço físico da unidade, procurando entender como a Penitenciária funciona.

No dia 28/09/12 foi realizada a primeira etapa das entrevistas com o corpo técnico e administrativo da PFC. No dia 05/10/12 foi realizada as entrevistas junto aos servidores da Sejus e nos dias 08 e 16/10/2012 foram realizadas as entrevistas com as internas do regime semiaberto e fechado. No dia 22/10/2012 foi realizada a última etapa das entrevistas com o corpo técnico e administrativo da PFC, concluindo a fase de produção dos dados.

Apesar dos diversos instrumentos de produção de dados adotados, a entrevista semi-estruturada foi a principal ferramenta. Segundo Boni e Quaresma (2005, p. 75), um roteiro semi-estruturado contém:

perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados.

Sendo assim, de acordo com as respostas das presidiárias, pôde-se alterar o roteiro, colhendo informações seguras e imprescindíveis para a elaboração da pesquisa. O roteiro de entrevista foi elaborado para satisfazer o objetivo geral da pesquisa, isto é, analisar o discurso de presidiárias e servidores de Instituição Penal do Espírito Santo sobre os programas de ressocialização que envolvem capacitação profissional e trabalho, desenvolvidos pela Secretaria de Justiça do Espírito Santo e parceiros.

Vale ressaltar que foi elaborado um roteiro de entrevista para cada grupo pesquisado, conforme Apêndices A e B, de forma que se obtiveram dados sobre os aspectos desejados de cada grupo. Com isso, intentou-se entender melhor cada sujeito e a maneira com que as presidiárias lidam com a criminalidade e a reintegração social por meio do trabalho.

A primeira e segunda parte do roteiro de entrevista das presidiárias teve por finalidade colher dados sobre os aspectos pessoais, familiares e profissionais, a fim de compreender a história de vida das internas no tocante a trajetória pessoal e profissional. O terceiro bloco do roteiro de entrevistas das presidiárias abordou aspectos relacionados à sua trajetória no mundo do crime, a realidade prisional e a participação nos programas de ressocialização. O roteiro semi-estruturado completo utilizado nas entrevistas apresenta-se descrito no Apêndice A.

Já o roteiro de entrevista dos servidores da PFC e Diresp envolveu aspectos relacionados ao funcionamento dos programas, órgãos do governo, instituições e empresas envolvidas e o acompanhamento desses programas. O roteiro semi-estruturado completo utilizado nas entrevistas apresenta-se descrito no Apêndice B.

Ao início de cada entrevista foi feita uma explanação genérica sobre a pesquisa e solicitada à assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, seguindo a resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Em todas as entrevistas, foi solicitada a autorização da entrevistada para que elas fossem gravadas.

Conforme mencionado antes, a fim de aprofundar a análise realizou-se também uma pesquisa documental. Documentos podem ser “leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão até livros, estatísticas e arquivos escolares” (LÜDKE, 1986, p. 38). Os documentos coletados contêm

informações relacionadas aos objetivos desta pesquisa e uma parte deles foi cedida pela Direção da PFC e pela Diresp sobre o trabalho desenvolvido na unidade, cartilhas e folders sobre o método de tratamento penal e procedimentos para absorção de mão de obra carcerária, além de fotos do encerramento de um curso de qualificação profissional ministrado na PFC. Também foi feita uma busca no site do Diário Oficial do Estado, no período de 2010 a 2012, utilizando as palavras-chave: Penitenciária Feminina de Cariacica e Selo Social. No total foram analisados 15 documentos, vide Apêndice C.

Foi confeccionado um diário de campo para cada dia de visita exploratória, observação e entrevista, ressaltando-se que o diário de campo são registros realizados após a técnica de coleta de dados escolhida, destacando-se as principais observações sobre o objeto estudado (LÜDKE, 1986).

#### 4.4. TRATAMENTO DOS DADOS

Mediante a conclusão da fase de produção dos dados foi iniciado o tratamento dos dados. Para isso, as entrevistas gravadas foram transcritas na forma de relatório com o objetivo de facilitar a análise dos dados.

A fim de evitar a identificação das internas e, considerando o Projeto Maria Marias, que contemplou ofertas de cursos e oportunidades de trabalhos para as internas da referida unidade prisional, todas as internas entrevistadas tiveram seus nomes substituídos aleatoriamente pelo nome de Marias que se destacaram na história mundial. O Apêndice D apresenta as Marias participantes da pesquisa e também traz uma biografia resumida de cada uma delas.

Da mesma forma que as internas entrevistadas, as servidoras também tiveram seus nomes substituídos aleatoriamente pela palavra “Servidora” acrescido do número 1 até 13. No caso, ficou Servidora 1, Servidora 2, Servidora 3 e assim sucessivamente.

Os documentos coletados foram examinados buscando-se encontrar informações que estão diretamente arroladas a temática desta pesquisa de maneira a contribuir para a análise das entrevistas. Saliencia-se que os relatos obtidos foram analisados utilizando-se a técnica de análise do discurso de Foucault.

## 4.5 ANÁLISE DE DADOS

### 4.5.1 Análise do discurso

No cotidiano, na relação com as organizações ou com a sociedade, os sujeitos são produtores de diversos discursos (CARRIERI et al, 2006). “A palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando” (ORLANDI, 2005, p. 15). Dessa forma, analisar o discurso não é fazer um estudo da língua ou da gramática, e sim buscar o sentido produzido pelo discurso, sentido este que constitui o homem e sua vida (ORLANDI, 2005). “Por esse tipo de estudo se pode conhecer melhor aquilo que faz do homem um ser especial com sua capacidade de significar e significar-se. A Análise de Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social” (ORLANDI, 2005, p. 15).

Para realizar uma Análise do Discurso, o analista considera as condições de produção do discurso, isto é, o contexto histórico, social, econômico e político em que o discurso foi produzido, bem como o local de produção, o enunciador do discurso e outros processos e condições de produção.

Ressalta-se, todavia, que existem tantas análises do discurso quanto são os analistas. Segundo Gill (2002, p. 244), “não existe uma única ‘análise do discurso’, mas muitos estilos diferentes de análise [...]. O que estas perspectivas partilham é uma rejeição da noção realista de que a linguagem é simplesmente um meio neutro de refletir, ou descrever o mundo, e uma convicção da importância central do discurso na construção da vida social”.

A fim de desenvolver uma análise pós-estruturalista, esta pesquisa utilizou a análise de discurso desenvolvida por Michel Foucault, isto é, a Arqueologia em conjunto com a Genealogia.

É o conceito de acontecimento que distingue a noção de discurso de Foucault dos demais analistas do discurso. Para o filósofo, todo enunciado manifesta um acontecimento (FOUCAULT, 2010a). Consoante Castro (2009, p. 25), “a descrição

em termos de acontecimento [...] leva em consideração as condições de existência que determinam a materialidade própria do enunciado”.

Discurso, segundo Foucault é “o conjunto de enunciados que provém de um mesmo sistema de formação. [...] O discurso está constituído por um número limitado de enunciados para os quais se pode definir um conjunto de condições de existência” (CASTRO, 2009, p. 117).

Diante disso, percebe-se que o discurso para Foucault (2010a) é contextualizado. O discurso reflete a visão de mundo do momento e do lugar em que ele foi produzido, isto é, reflete a visão da pessoa que o produziu e a sociedade na qual esse autor está presente. Dessa forma, ao fazer uma análise do discurso, não se pode deixar de considerar as condições sócio-históricas em que o discurso foi produzido, pois é o contexto que dará possibilidade de interpretação desse discurso (FOUCAULT, 2010a).

Nesse passo, o discurso também é uma forma de ação, é uma produção da realidade. O discurso pertence ao mundo, mas ao mesmo tempo ele constrói o mundo, visto que o sentido não é dado, afinal, ainda que em um mesmo contexto sócio-histórico, se for proferido em lugares diferentes, o discurso produz significados diferentes. Por isso, as práticas discursivas vão fabricar as realidades pela linguagem. O discurso é algo que tem uma objetividade nesse sentido. O discurso exige essa relação com a realidade (FOUCAULT, 2010a; 2010b). Conforme Fischer (2011, p. 199), “o discurso seria constitutivo da realidade e produziria, como o poder, inúmeros saberes”.

Ademais, o discurso é plural, pois é atravessado por outros discursos, ou seja, em meu discurso eu reproduzo vozes, pensamentos do meio, já que somos construídos pelo meio (FOUCAULT, 2001; 2010a). Diante disso, há o questionamento da autoria. Segundo Foucault (2001; 2010b), o sujeito nunca é autor do discurso.

Ressalta-se, todavia, que o discurso não é contínuo, são práticas descontínuas que às vezes se cruzam, mas também se ignoram ou se excluem (FOUCAULT, 2010b). De acordo com Souza (2004, p.111), “a história é necessariamente descontínua, não linear, marcada por rupturas. Rupturas que refletem a luta entre forças que estão sempre se modificando em um determinado contexto histórico”. Sendo assim, o

discurso é lugar de confronto, de disputa, de embate, de oposições. Um discurso atravessa o outro para apoiá-lo ou para afrontá-lo. Não existe nenhum discurso que não seja atravessado por outro discurso (FOUCAULT, 2010b).

Além disso, conforme Foucault, tudo é discurso, não existem fenômenos não-discursivos (DREYFUS, RABINOW, 1995). E, mesmo quando ele se refere ao não-discursivo, ele o faz com a intenção de dizer que discurso não é fala. Fatores não-discursivos apresentam-se, por exemplo, “sob a forma de práticas sociais, institucionais e pedagógicas e de modelos concretos” (DREYFUS, RABINOW, 1995, p. 95).

Ainda, segundo Foucault (1979), não existem discursos verdadeiros ou falsos. A verdade está ligada as relações de poder que a produz e aos mecanismos de poder que a reproduz; os regimes de verdade (FOUCAULT, 1979). De acordo com o filósofo, por verdade deve-se “entender um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados” (FOUCAULT, 1979, p. 14).

A formação discursiva, por sua vez, vai dizer o que pode e deve ser dito naquele discurso e, inclusive, o que não pode ser dito. O discurso começa então a criar mecanismo de controle (FOUCAULT, 2010a; 2010b). O discurso é aberto, lugar de conflito, de embate, de oposição. E o espaço de uma formação discursiva é atravessado pelo pré-construído, de tal forma que o discurso não é individual, ele é uma construção social; é uma prática social atravessada por outros discursos (FOUCAULT, 2010a).

Desse modo, para descrever a realidade é preciso considerar e analisar as formações discursivas específicas, sua história e seu lugar no contexto mais amplo do poder, pois é o contexto que dá possibilidade de interpretação do discurso (DREYFUS; RABINOW, 1995).

Nesse sentido, o poder se relaciona com o discurso na medida em que permite fazer um exame das “diferentes maneiras pelas quais o discurso desempenha um papel no interior de um sistema estratégico em que o poder está implicado, e para o qual o poder funciona” (FOUCAULT, 2010c, p. 253).

Logo, o discurso não é proveniente e nem efeito do poder. “O discurso é uma série de elementos que operam no interior do mecanismo geral do poder. Conseqüentemente, é preciso considerar o discurso como uma série de acontecimentos, como acontecimentos políticos, através dos quais o poder é vinculado e orientado” (FOUCAULT, 2010c, p. 254).

Sendo assim, “o poder é alguma coisa que opera através do discurso, já que o próprio discurso é um elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder” (FOUCAULT, 2010c, p. 253).

## 5 RESULTADOS DA PESQUISA

### 5.1 A PENITENCIÁRIA FEMININA DE CARIACICA

A PFC foi construída em uma antiga fazenda do Estado localizada no bairro Bubu, em Cariacica, cidade do Espírito Santo. O bairro Bubu, apesar de situar-se no perímetro urbano de Cariacica, possui características rurais e, inclusive, é bairro vizinho à zona rural do município, conforme se verifica na Figura 1.



Figura 1 – Mapa de localização da Penitenciaría Feminina de Cariacica  
Fonte: Google earth (2011).

A PFC é estruturalmente bem vistosa, em um tom amarelo claro e com uma boa disposição físico-espacial. Apesar de ser tratada como uma única unidade prisional nessa pesquisa e também pelos servidores da Sejus, a PFC é composta por duas penitenciárias: a Penitenciaría Feminina de Cariacica, destinada a internas do regime fechado, com 324 vagas, sendo 12 para lactantes; e, a Penitenciaría Semiaberta Feminina, com 112 vagas para presas do regime semiaberto. O Documento A instituí a criação dessas duas unidades e de outras que foram construídas e inauguradas na mesma época.

Ao entrar na unidade prisional passa-se por uma espécie de guarita onde agentes penitenciários verificam as permissões de entrada de visitantes, instruindo sobre os



objetos que podem ser levados para o interior da unidade e os que devem ser guardados em armário com chave localizado na recepção da instituição. Todos os objetos passam pelo equipamento de raio-x. Essa guarita também possui um detector de metais para verificação de pessoas, porém, em todas as visitas ele esteve desativado, sendo a conferência realizada por uma agente utilizando um equipamento portátil.

A PFC é aparentemente bem segura. A unidade é rodeada por dois alambrados metálicos com arame concertina no topo e no chão, possui torres de vigilância por todo perímetro e vários agentes penitenciários e de escolta e vigilância tomam conta do local. Ademais, todas as portas e fechaduras da unidade prisional são reforçadas e muito pesadas, sendo que as portas das celas, salas de aulas e outras dependências utilizadas pelas internas tem a abertura feita pelo 2º andar por uma agente penitenciária assim que solicitado por outra agente.

## 5.2 ANÁLISE DOS DISCURSOS

Segundo Foucault (1995), para analisar as relações de poder é preciso considerar os sistemas de diferenciações que podem ser “diferenças jurídicas ou tradicionais de estatuto e de privilégio; diferenças econômicas na apropriação das riquezas e dos bens; diferenças de lugar nos processos de produção; diferenças linguísticas ou culturais; diferenças na habilidade e nas competências etc” (FOUCAULT, 1995, p. 246). Esses sistemas de diferenciações aliado as práticas sociais e o contexto histórico nos permitem determinar os dispositivos de inclusão e exclusão presentes na sociedade e que perpassam os sujeitos.

De forma a compreender quais os dispositivos de exclusão produzem um ser considerado não socializado e que tipo de sujeitos se quer produzir com o programa de ressocialização pelo trabalho, o roteiro de entrevista foi subdividido em sete blocos de análise apresentados a seguir e os enunciados das Marias e Servidoras foram combinados de maneira a obter uma melhor análise e assim alcançar os objetivos a que se propõe essa pesquisa.

### 5.2.1 História de vida das Marias

Ao conhecer a história de vida das Marias conhecemos também os modos de subjetivação que as constituíram enquanto sujeito e objeto (FONSECA, 2007). A família e posteriormente as relações sociais fornecem um conjunto de representações que moldam constantemente a forma como o indivíduo se enxerga e age como sujeito dentro do corpo social (LEMOS; MAZZILLI; KLERING, 1998). Diante disso, organizar um saber sobre as Marias contribui para o entendimento das virtualidades que se manifestaram sobre elas, construíram sua trajetória profissional e as conduziram para a prisão. De acordo com Foucault (2010d), é preciso retomar a história de vida dos sujeitos, nesse caso das Marias. Logo para análise da história das Marias foram perguntadas questões envolvendo sua origem, idade, raça, escolaridade, história da família, dentre outras.

As Marias são originárias dos estados do Espírito Santo (26), Minas Gerais (7), Bahia (1), Ceará (1) e Paraná (1). Das que nasceram no Espírito Santo, 20 são da Grande Vitória (Vitória, Vila Velha, Cariacica e Viana) e das que nasceram fora do estado a maioria veio para cá quando criança.

No que diz respeito à escolarização, verificou-se que antes da prisão 27 das 36 Marias possuíam baixa escolarização. Outras 7 possuíam média escolaridade, 2 nunca tinha frequentado a escola e nenhuma possuía ou chegou a começar um curso superior. Foi considerado como baixa escolaridade aquelas que cursaram até a 8ª série do ensino fundamental; e, média escolaridade aquelas que iniciaram e/ou concluíram o ensino médio. Perfil semelhante foi identificado por Pires e Palassi (2007; 2010) ao estudarem o trabalho prisional desenvolvido no Instituto de Readaptação Social (IRS) e na Penitenciária de Segurança Média II (PSME II). As autoras verificaram que metade dos dez presos entrevistados possuía baixa escolaridade e um era analfabeto.

Os motivos alegados pelas Marias para interrupção dos estudos foram (em alguns casos, a descontinuidade dos estudos deveu-se a mais de um motivo):

a) Casamento:

“Porque, ah, eu já era casada, né. Então ficou meio que, trabalha também dificulto” (MARIA AMÉLIA).

“Porque minha mãe botou eu na escola. Eu ia pá escola e ia jogá bola. É, aí eu parei. Casei nova. Aí não deu tempo...” (MARIA DO CARMO).

b) Gravidez e filhos:

“Porque não deu, porque eu tenho minhas filha; aí eu ficava pensando: mas como é que eu vou estudar e largar minhas filha à toa? Aí não deu mais pra mim terminar, mas eu queria terminar” (MARIA ARAGÃO).

“Ai, eu não conclui porque logo quando eu estava na oitava série, eu engravidei do meu marido, aí eu comecei a ficar enjoada, a passar mal, “eu não vou aguentar ficar aqui na escola, eu vou passar mal”. Eu tava sempre botando isso na mente e não conclui, aí eu parei. Então, eu vim terminar aqui” (MARIA AUGUSTA).

“Eu parei de estudar quando eu tinha quatorze anos. Na época com quatorze anos eu parei de estudar. Por quê? Porque com quatorze anos eu fiquei grávida. E aí eu tive que sair da casa dos meus pais, teve que se juntar” (MARIA BEATRIZ).

“[...] aí sai da escola porque engravidei do meu filho” (MARIA JOSEFA).

“Porque eu casei muito cedo... Tive que casar cedo e num tive... engravidei cedo, e parei meus estudos” (MARIA LENK)

“Por causa do filho que eu tive” (MARIA ORTIZ).

“Porque eu fiquei grávida com 12 anos, eu tive que parar. *Porque ela [a professora] falou que eu tava sendo má influência*, aí eu tive que parar” (MARIA QUITÉRIA, grifo nosso).

c) Trabalho, ajudar em casa/a família e dificuldades financeiras:

“Porque na época a gente morava na roça e aí o meu pai e a minha mãe mudou pra cá, né, pra Vitória, então tinha que ajudar muito em casa. Eu ajudava muito, trabalhava muito em casa das pessoas, entendeu? Fazia faxina, cuidava de criança” (MARIA CRISTINA).

“Eu estudei até a oitava série fazendo supletivo [...]. [Não fiz o ensino médio] porque eu comecei a trabalhar cedo. Eu trabalhava na roça, lá. [...] Aí depois com 11 anos eu vim pra cá. Mesmo assim eu ainda não sabia lê nem escreve ainda não” (MARIA FRANCISCA).

“Porque eu tive que escolhe né entre trabalho e a escola. Minha mãe falec.. é tava com câncer e ela tava interna aí eu tinha que sai do serviço e ir direto pra lá ficá com ela e eu estudava a noite e ainda tinha uma criança pequena aí não deu pra terminá” (MARIA LETÍCIA).

“Às vezes por dificuldade financeira e às vezes também por falta de incentivo” mesmo (MARIA TOMÁSIA).

d) Rebeldia e amizades:

“Ah, rebeldia” (MARIA CURIE).

“Na época foi amizade. Depois me envolvi... com 15 anos eu já tava com uma pessoa, e aí depois ela não deixou eu estudar. Aí depois com 16 eu tive filhos, foi complicado, eu tive que trabalhar e aí eu deixei de estudar” (MARIA DO CÉU).

“Ah, parei por bobeira” (MARIA EUGÊNIA).

“Porque eu acho que é assim coisa da adolescência, né. Aí...” (MARIA FELIPA).

e) Envolvimento com o tráfico:

“Tráfico... me impediram de continuar estudando” (MARIA FIRMINA).

As duas Marias que nunca estudaram, no caso Maria da Penha e Maria Estela, foram por residirem na roça, sendo que no tocante a Maria da Penha a escola foi uma opção somente para seus irmãos. “É porque na época a gente morava na roça, né. Nós éramos em 10 e as meninas não tinha prioridade pra estudar na época, né, só os meninos homem, os outro estudou e as outras irmãs não” (MARIA DA PENHA). Diferentemente do que Bruschini e Lombardi (2001) apontaram, isto é, que socialmente é cobrado à mulher dedicação e continuidade nos estudos e aos homens uma entrada prematura no mercado de trabalho, verificou-se que o gênero

atuou, no caso da Maria da Penha e de suas irmãs, como um dispositivo de exclusão, impossibilitando-as de estudar.

A formação escolar deficiente atua como dispositivo de exclusão social tendo em vista que não oferece ferramentas suficientes para que as pessoas ingressem no mercado de trabalho (NARDI, 2006). A baixa escolaridade atua como dispositivo de exclusão até na prisão considerando que pela lei presos com ensino superior são beneficiados com celas especiais, logo não cumprem pena em unidades prisionais, mas sim em delegacias específicas (PIRES; PALASSI, 2010). Vale destacar, no entanto, que a baixa escolaridade antes da prisão não necessariamente foi ou será superada por todas durante o cárcere. Primeiro, porque algumas tiveram que repetir séries anteriormente cursadas. Segundo, porque estudar na penitenciária se resume a assistir às aulas ministradas, considerando que o único momento em que elas podem dedicar-se aos estudos é quando estão em horário de aula, não sendo permitido a elas estudarem na cela ou em outro ambiente. E, mesmo tendo um bom índice de Marias que leem livros com frequência, nenhuma citou livro didático como opção de leitura, somente romances, autoajuda, religiosos e a Bíblia. Terceiro, é o fato de ter que abandonarem os estudos quando progridem para o regime semiaberto ou na saída temporária. Pires e Palassi (2007; 2010), inclusive, verificaram que a jornada de trabalho dos presos do IRS e PSME II impossibilita que eles conciliem trabalho e estudo. Para as autoras essa questão deve ser revista de maneira que o trabalho e o estudo sejam atividades complementares e não excludentes.

Nesse sentido, não parece haver muito esforço da Sejus a fim de que as internas, antes de assumirem qualquer vaga de trabalho, sobretudo extramuros, concluam seus estudos, apesar de a Servidora 8 ter afirmado que: “a prioridade máxima é o.. é o estudo, né [...]. Mas a gente entende que fundamental pra.. pra um individuo, pra um cidadão é a escolarização pra ele poder retorná e competir no mercado de trabalho”. Como as presas do semiaberto passam a dedicar todo o seu dia ao trabalho, não lhes “sobra” tempo para estudar, já que as aulas na unidade são ofertadas no turno da manhã e da tarde, o que torna impossível a participação de quem trabalha fora. E a própria Servidora 8 reconhece a dificuldade de os presos do regime semiaberto em trabalhar e estudar, já que as empresas não tem interesse nessa configuração de trabalho (jornada de meio período). Uma solução seria a

oferta de aulas no turno da noite para as que trabalham durante todo o dia. Todavia, vale ressaltar que, segundo a Servidora 10, “os presos que estudam são formalmente matriculados em escolas que estão localizadas no município em que cumprem pena. Portanto, quando ele é solto, por exemplo, pode continuar os estudos na escola onde é matriculado sem qualquer dano ao seu desenvolvimento acadêmico”.

Além da baixa escolarização, observou-se que praticamente todas as entrevistadas são pobres, salvo Maria Lenk que afirmou ser filha de engenheiro de uma grande empresa e ter irmãos que também trabalham em grandes companhias. Exceção a parte, tal observação é contrastante a fala da Servidora 4 durante as visitas exploratórias a PFC. Segundo ela, foi-se o tempo em que a cadeia só contemplava pessoas negras e pobres. Com exceção de Maria José e Maria Josephina que concluíram o ensino médio e das que deixaram de estudar por rebeldia ou tráfico, as que não terminaram os estudos foi por falta de condições financeiras para fazê-los, mesmo para aquelas que engravidaram, visto que a falta de condições fez com que elas abandonassem a escola. A necessidade de sobrevivência restringiu a ação e a perspectiva das Marias e as reduziu a categoria de “indivíduos negativos” (NARDI, 2006).

De acordo com Nardi (2006), etnia, gênero e idade também são dispositivos de exclusão tendo em vista que os trabalhadores precarizados em sua maioria são negros, mulheres, jovens e velhos. Apesar de a Servidora 4 não enxergar mais a raça como mecanismo de exclusão, observou-se que a maior parte das Marias são negras, ainda que as elas mesmas não se declarem como negras. De acordo com dados do IBGE (2010), em 2010 a população do Espírito Santo era composta por 293.334 pessoas de cor ou raça preta, 1.708.796 pessoas de cor ou raça parda e 1.489.678 pessoas de cor ou raça branca. A população prisional do estado no mesmo ano, segundo dados do Ministério da Justiça (2013b), era composta por 2.545 presos de cor ou raça preta, 5.051 presos de cor ou raça parda e 2.042 presos de cor ou raça branca, que representam, respectivamente, 0,87%, 0,30% e 0,14% da população do Espírito Santo em 2010 de cor ou raça preta, parda e branca, de acordo com a Tabela 1. Ou seja, mesmo a população negra sendo em menor número, há mais presos de cor ou raça preta do que brancos e pardos, ainda que

esses sejam em maior número. Tais dados reforçam a tese de que a etnia é um dispositivo de exclusão social.

<b>Cor ou raça</b>	<b>Sistema Prisional</b>	<b>Espírito Santo</b>	<b>% (SP/ES)</b>
<b>Parda</b>	5.051	1.708.796	0,30%
<b>Preta</b>	2.545	293.334	0,87%
<b>Branca</b>	2.042	1.489.678	0,14%
<b>Indígena</b>	26	9.160	0,28%
<b>Amarela</b>	12	21.956	0,05%

Tabela 1 – Comparativo entre a população do Espírito Santo e prisional por cor ou raça.

Fonte: IBGE, 2010; MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2013b.

Com relação à faixa etária das Marias, diferentemente do afirmado por Nardi (2006), verificou-se que 14 entrevistadas têm idade entre 30 a 34 anos, de modo que elas não são jovens e nem velhas, apesar de aparentarem ter no mínimo cinco anos a mais. Acredita-se que isso está relacionado ao uso de drogas antes da prisão, por terem acesso ao mínimo de produtos cosméticos e também por não terem a possibilidade de realizar tratamentos estéticos, por exemplo.

Outro ponto que chamou a atenção é que quase todas as Marias tiveram mais de um relacionamento amoroso e algumas, inclusive, deixaram seus companheiros para se envolverem com pessoas envolvidas com o tráfico. Isso provavelmente justifica o fato de a maioria delas terem três ou mais filhos e nem todos serem do mesmo pai. De certa forma, elas estão repetindo parte da história de seus pais. Apesar de a vida familiar ter sido um dos pontos menos abordado pelas entrevistadas – algumas não entraram em detalhes, pois disseram não conhecer muito bem a história dos pais e teve aquelas que por não terem convivido muito com os familiares não souberam dizer –, percebeu-se como a história familiar contribuiu para a constituição das Marias, influenciando em seus modos de ser, agir e se relacionar (SOUZA et al, 2006; BIANCHI, 2010). Mesmo com o pouco relatado, averiguou-se que a maioria das Marias é filha de pais separados e possui muitos irmãos. Além disso, algumas Marias também foram criadas por parentes como avós e tios, sendo que outras foram criadas somente pelos parentes. Hoje por estarem na prisão são os filhos das Marias que estão sendo criados por seus parentes, tendo

em vista que os companheiros de parte delas também estão presos, são falecidos ou não os criam. Para Foucault (2010c), somos a repetição de acontecimentos discursivos.

Por serem filhas de pais divorciados, algumas Marias não conheceram o pai ou não tiveram boa convivência com ele ou foram criadas pela mãe. Atualmente pelo menos um de seus progenitores é falecido. Constatou-se, inclusive, que pelo menos um dos pais das Marias são dos estados de Minas Gerais, Bahia ou então do interior do Espírito Santo. Maria Curie relatou uma sucessão de dramas pessoal e familiar como justificativa para os delitos que cometeu. Confirma-se então a estrutura familiar como dispositivo de exclusão, uma vez que a família é a responsável pela socialização primária do indivíduo e como veremos mais a frente, esse laço entre a família e as Marias procura ser resgatado pela Sejus. Para Nardi (2006), a família faz parte do código moral estruturado pelo corpo social e é com base nesse código moral que os sujeitos conduzem sua vida.

Na realidade, eu tive uma infância, não vou dizer conturbada, minha família me criou muito bem, mas eu cresci com um trauma que assim vivenciando assim que meu pai matou a minha mãe, então eu não a conheci. Então eu na minha mente que eu tinha que matar ele também pra mim conseguir viver uma vida tranquila. E os anos foram passando, eu me casei, me separei. Como o meu marido não me dava paz, eu me mudei de Minas Gerais pro Espírito Santo sem conhecer ninguém. Então as primeiras pessoas que eu conheci aqui, foram as pessoas que mexiam com coisas erradas, foi aí que eu comecei a me envolver na vida do crime (MARIA CURIE).

É importante ressaltar que ao traçar o perfil das Marias, isto é, negras, pobres, com baixa escolaridade e núcleo familiar desestruturado, não se pretende criminalizar ou exercer julgamento de valor sobre tais características, pois ser mulher, negra, pobre e semiescolarizada não faz de alguém criminoso. Porém, o estereótipo presente e aceito na sociedade em torno da figura do criminoso tem por base justamente essas características, comprovando que gênero, etnia, grupo social e escolarização são dispositivos de exclusão. O que se pretendeu ao identificar os mecanismos de exclusão foi entender como eles afetam a construção das Marias, uma vez que a subjetividade delas é moldada por esses dispositivos. O histórico profissional delas antes da prisão, inclusive, foi moldado por esses processos de subjetivação presentes no corpo social. No próximo bloco será apresentada a vida profissional



das Marias e discutido como esses dispositivos de exclusão influenciaram em suas profissões.

### **5.2.2 Histórico profissional antes da prisão**

Apenas três Marias nunca tinham trabalhado antes da prisão, que é o caso da Maria Firmina, Maria Josefa, Maria Lenk. Ainda assim, elas não eram desocupadas, visto que exerciam serviços domésticos dentro da própria casa, sendo que Maria Josefa ainda limpava a casa da mãe.

Maria Lenk não tinha trabalhado antes primeiro por não precisar e depois porque seus maridos não deixavam. E ela não foi a única que encontrou no marido empecilho para realização de atividade laboral. Maria Curie contou que seu marido era muito ciumento e não a deixa ficar em emprego nenhum, por isso trocou tanto de trabalho. “Eu cuidava do lar, da minha casa, dos meus filhos, nunca... só tive minha mãe, meu pai que sempre me deram tudo. Casei, meus maridos não deixaram eu trabalhar... falava assim que eu tinha que cuidar da casa” (Maria Lenk).

Apesar de toda a transformação na sociedade, percebem-se no enunciado de Maria Lenk resquícios de uma época em que a mulher era criada no lar e para o lar (BERTOLINI, 2002). Quando solteira, seus pais a criavam. Casou-se cedo e seus maridos passaram a sustentá-la; a ela coube os cuidados do lar. Construída numa cultura patriarcal, ela não enxergava a necessidade de trabalhar, afinal, tanto o seu primeiro quanto o segundo marido tinham um bom trabalho. Diante disso, vê-se novamente o gênero atuando como dispositivo de exclusão. Por serem mulheres, Maria da Penha e Maria Lenk não puderam estudar e trabalhar, respectivamente.

Esse, entretanto, não foi o caminho seguido pelas outras Marias. Com exceção dessas três (Maria Firmina, Maria Josefa e Maria Lenk), todas as outras Marias trabalhavam ou já tinham trabalho antes de serem presas. Boa parte delas começaram ainda crianças, a partir dos 8 anos de idade. Logo, essas Marias trabalharam por muitos anos e tiveram muitos trabalhos, até porque ficavam pouco tempo nos empregos, em média até 1 ano. No entanto, Maria Carolina teve restaurante durante 9 anos, Maria Cristina trabalhou por 23 anos numa empresa, Maria da Penha ficou 13 anos com seu comércio e antes disso tinha ficado 10 anos

como caseira em uma chácara e Maria Elizabeth trabalhou durante 10 anos com corte de cana.

De forma geral, as Marias começaram a trabalhar novas por necessidade. Algumas, inclusive, interromperam os estudos para trabalhar, conforme abordado no bloco anterior. Todavia, vale destacar a fala de Maria Isabel. Segundo ela, começou a trabalhar com 9 anos, pois seu pai procurou lhe ensinar desde nova a dar valor ao dinheiro. Para isso, ele passava uma tarefa a Maria Isabel e a pagava para realizá-la. No relato de Maria Isabel pode-se constatar o discurso de uma criação voltada para a valorização do trabalho (NARDI, 2006).

O trabalho mais realizado pelas Marias foi o de doméstica, seja fora ou dentro de casa, e nas diversas modalidades: empregada, faxina, diarista e babá. Outras atividades foram a de atendentes, auxiliares e vendedoras. Essa última, inclusive, foi a profissão autônoma mais realizada por elas, seja como atividade principal ou como forma de complementar a renda familiar. Vale ressaltar que foram poucas as Marias que realizaram algum outro tipo de atividade para ajudar no sustento da casa, sendo que essas atividades se concentravam na venda de cosméticos de folhetos, como Avon, Natura e Racco, bijuterias e roupas. Esses resultados corroboram com o estudo feito por Bruschini (2000), de que o setor de serviços é um gueto feminino.

As Marias afirmaram que trabalharam nessas profissões por: falta de opção; necessidade; falta de objetivo profissional; “era o que aparecia pela frente”; e, falta de estudo. Conforme relatado no bloco anterior, quase a totalidade das Marias possui baixa escolaridade, logo se vê que a falta de estudo também atua como dispositivo de exclusão, pois se o nível de escolaridade delas fosse maior, elas teriam melhor possibilidade de colocação e permanência no mercado de trabalho (AZEVEDO, 2007; BRUSCHINI, 2000; BRUSCHINI; LOMBARDI, 2001). Para Nardi (2006), no entanto, o grau de escolaridade por si só não garante a inclusão no mercado. É preciso também possuir as competências exigidas pelo mercado e o contexto social em que o indivíduo está inserido influencia nessa percepção, uma vez que sua reflexão ética poderá estar reduzida ao atendimento das necessidades de sobrevivência. De fato, a realidade social das Marias afeta essa percepção, considerando que a falta de opção e estudo fizeram com que elas aceitassem qualquer trabalho e não possuíssem objetivos profissionais.

Poucas Marias tiveram a oportunidade de trabalhar com o que gostavam de fazer e/ou se identificavam. “Hum, falta de opção. Acho que também, porque, ah, não sei dizer bem, porque não tinha aquela: “ah, eu quero isso, eu quero essa função”, num tinha. Pra mim o que viesse” (MARIA AMÉLIA). Apesar disso, algumas disseram ter expectativa de crescimento no emprego. Percebeu-se então que elas tinham perspectiva de futuro não muito clara. Outras não tinham perspectiva nenhuma.

De ser alguém? De subir de cargo? Olha, eu..... acho que não. Eu acho que o que importava no final do mês me trazer dinheiro. Mas trabalhava porque tinha que trabalhar, né. Eu tinha a minha família, os meus filhos... mas eu não pensava no meu futuro, eu não pensava que eu podia vir para aqui. Eu não tinha esse pensamento (MARIA DO CÉU).

Maria Amélia e Maria Brandão admitiram ainda que não gostavam muito de trabalhar. Quando se perguntou por que haviam deixado o emprego, Maria Amélia respondeu: “acho que um pouco por causa de filho, um pouco *por causa de preguiça*, um pouco por causa de tudo, risos” (grifo nosso). Maria Brandão disse que seu *hobbie* nunca foi trabalhar.

Praticamente todas as Marias relataram terem conseguido os seus trabalhos por meio de indicação de amigos e familiares. Com o dinheiro que ganhavam quase todas elas ajudavam em casa, com exceção de Maria Brandão que gastava na balada. Mas a ajuda em alguns casos era limitada, como contou Maria Beatriz: “ajudava, sempre ajudei, sempre ajudei. [...] Eu sempre mantive meus filhos, mesmo assim, não mantive arroz e feijão, isso daí não, mas a roupinha, material escolar, as coisinhas dele, sim, sempre, sempre. Sempre gastei com eles e comigo”. Maria Estela também teve a ajuda da mãe para complementar o sustento de sua família. Como Queiroz et al (2010) afirmaram, as Marias buscaram manter-se economicamente ativas durante a criação dos filhos. No caso das Marias isso ocorreu também pela necessidade de complementar a renda familiar (BRUSCHINI, 2000) ou mesmo manter financeiramente a casa. Porém, o trabalho e/ou a maternidade, conforme apresentado no bloco anterior, fizeram com que algumas Marias descontinuassem os estudos.

A maior parte das Marias alegou receber em média um salário mínimo, o que dependendo da época girava entre 200 e 300 reais. Algumas recebiam bem menos que isso, talvez até por conta da idade – eram muito novas. Maria Beatriz, inclusive,

quando trabalhou de doméstica para uma tia recebia como pagamento roupas e sapatos. Pouquíssimas foram as Marias que tiravam mais de 1.500 reais por mês. Maria José, que já foi dona de salão, afirmou que ganhava em torno de 3.500,00 reais por mês. “Dava, eu tirava em torno de três mil e quinhentos, era o que, era a renda que eu tinha por mês. Assim, às vezes dava um pouquinho a mais. Nunca era menos de três mil e quinhentos. Dava pra ficar nesse patamar aí” (MARIA JOSÉ). Maria Francisca quando trabalhou com bordados chegava a faturar 1.800,00 reais por mês. “Eu tirava mais ou menos uns 1800. Era muita encomenda. E a minha colega vendia muito, porque ela vendia pra essas pessoas grã-fino, num tem? Era muita encomenda” (MARIA FRANCISCA). Ressalta-se, porém, que quase a totalidade das Marias ganhava valores consideravelmente bem abaixo disso. Ainda que o salário mínimo hoje seja de 678 reais, sabe-se que esse valor não é suficiente para garantir o mínimo necessário para subsistência. Sendo assim, como sustentar a casa e ainda estudar e se profissionalizar? Portanto, o social, representado pela figura do Estado, também atua como dispositivo de exclusão fazendo com que as Marias sejam marginalizadas, engrossando o contingente de supranumerários. Cresce também o mercado informal, uma vez que as novas configurações do trabalho aniquilam as políticas de inserção social (NARDI, 2006).

Ademais, a maioria das Marias trabalhava sem carteira assinada. Algumas tiveram carteira assinada somente em um dos vários empregos que tiveram. Talvez por isso, algumas Marias, como a Maria Teresa, consideram emprego somente quando tem carteira assinada ou quando há uma frequência. Ao perguntar a ela sobre seu histórico profissional ela disse que a primeira vez que tinha trabalhado tinha sido em Bubu, porém, ela fazia “bicos” em eleição e trabalhou pouquíssimas vezes como empregada doméstica – mas não deu certo, logo a patroa a dispensou.

Diante do exposto, percebe-se que a experiência profissional não é dispositivo de exclusão, haja vista que praticamente todas as Marias exerceram atividades laborais antes da prisão. Por outro lado, a informalidade sim. Nardi (2006) também identificou a informalidade como dispositivo de exclusão ou desfiliação – como ele prefere usar – ao estudar duas gerações de trabalhadores, uma vez que fatores, como baixa qualificação e idade, conduziram os trabalhadores para a informalidade. O mesmo ocorreu com as Marias, haja vista que elas possuem baixa escolaridade e pouquíssima qualificação. Além disso, Bruschini e Lombardi (2001), já haviam

afirmado que a participação da mulher é maior nos trabalhos informais e em atividades precárias, isto é, de má qualidade e sem amparo legal, sendo que essas características são mais presentes nas atividades de comércio, serviços e pequenas indústrias.

### **5.2.3 Trajetória criminal**

O principal crime cometido pelas Marias foi o tráfico de entorpecentes, sendo que parte delas também foi por condenada por associação ao tráfico. As outras Marias foram sentenciadas por: latrocínio, roubo, sequestro, assalto a banco (Maria Curie), homicídio (Maria Isabel), tentativa de homicídio (Maria Josephina), estelionato, (Maria José), falsificação (Maria Lenk), furto (Maria Ortiz) e roubo (Maria Renotte). Os motivos apontados pela maioria das Marias para justificar seu envolvimento no crime – de forma geral –, foram: necessidade, vício em drogas, envolvimento com traficantes e/ou pessoas usuárias e ambição. Vale destacar a forma como elas contavam por qual crime foram condenadas, isto é, a maioria das Marias fez referência ao artigo da Lei que as condenou em vez de dizer o crime. Maria da Penha ainda explicou que o 33 (artigo do tráfico) “é pedra”.

Conforme mencionado, algumas Marias eram usuárias de entorpecentes. O uso de drogas também é um dispositivo de exclusão, uma vez que o vício em entorpecentes afeta a vida pessoal, familiar e trabalho. Além disso, ser usuário não é bem visto pelo corpo social, uma vez que o vício é uma doença. Para Foucault (2010d), os doentes assim como os presos são marginalizados pelo corpo social, isto é, são excluídos pela sociedade uma vez que eles não são considerados “normais”, mas sim diferentes. Por isso é preciso fechá-los em instituições totalizantes como as clínicas e as prisões. Maria Brandão, Maria Carolina, Maria Clara, Maria Lacerda, Maria Quitéria, Maria Renotte e Maria Teresa fizeram uso de drogas antes e após a prisão, haja vista que em Tucum, presídio por onde quase todas as Marias passaram antes de serem transferidas para Bubu, tudo era liberado, apesar de muita coisa não ser legalmente permitida. “Tucum, assim, era um lugar que você só não tinha liberdade. Você não tinha liberdade... porque em Tucum você tinha tudo. Você tinha roupa que você queria, você tinha a droga que você quisesse, você tinha o telefone que quisesse” (MARIA LACERDA). Em Bubu, porém, é diferente. Para Maria Teresa, a unidade “é uma clínica, né, porque não tem nada, não tem cigarro,

não tem nada, igual antigamente tinha lá o presídio de Tucum, tinha tudo, né” (MARIA TERESA).

Outro ponto importante de se destacar é o fato de três Marias terem confidenciado que assumiram todo o crime por medo. O caso de Maria da Penha chama mais atenção ainda, pois, segundo ela, não tinha envolvimento nenhum com tráfico, mas ainda assim assumiu para proteger os filhos. Eram seus inquilinos que tinham ligação com o tráfico, mas por ser a dona da casa foi presa. Isso parece ser um acontecimento comum, provavelmente por conta dos dispositivos de exclusão que atuam sobre as Marias, isso é, pobres, negras, baixa escolaridade; características estas socialmente construídas como sendo estereótipo do criminoso. “Eu nunca trafiquei. Eu assumi uma coisa que não era minha, né” (MARIA CLARA).

A polícia chegou 5:30 da manhã na minha casa e falou que ia... falou que eles tinha o mandato de busca e apreensão na minha casa. Eu tinha certeza que na minha casa não tinha nada. Eu abri as porta da minha casa e mandei eles entrar. Eles entraram na minha casa e deram busca, mas não acharam nada na minha casa. Mas acharam na casa de baixo. Aí perguntou de quem é a casa, eu falei que a casa é minha. Aí falou assim “a senhora está presa”. [...] Quando chegou lá, eles me levaram pra Deten na Serra e chegou lá eu não podia falar. Porque o mundo do crime é desse jeito, o que você sabe você fica calado, se você abrir a boca, você morre. [...] Eu assumi. Eu falei que simplesmente o dono da droga me paga pra mim tomar conta delas. [...] Em seis meses eu fui sentenciada, no dia provou que eu não mexia com droga. Eu fui réu confessa e provou que eu não mexia com drogas. [...] Mas não pude ser mandada embora porque eu fui réu confessa e por isso eu to cumprindo a minha pena (MARIA DA PENHA).

A Deten é onde nós somos entrevistados, onde eles conversam conosco, e, e, e bota pressão psicológica pra gente falar de quem é a droga, ou confessar o crime. Só que pra mim não tinha isso. Eu tava confessando que era meu e continuavam me batendo porque eles diziam que não era meu, que meu depoimento não era convincente, e, realmente, eles tavam dizendo a verdade, mas, numa hora dessas, você tem duas escolhas: ou assume, ou morre. Então, eu optei por assumir (MARIA BRANDÃO).

Verificou-se também que a maioria das Marias é réu primário. Maria Eugênia, Maria Felipa, Maria Josephina e Maria Lacerda são reincidentes. Poucas têm mais de duas passagens pela cadeia, como é o caso da Maria Beatriz, Maria Curie e Maria Rita. Esse cenário é contrastante a realidade brasileira segundo Pires e Palassi (2007; 2010), tendo em vista que o país tem um alto índice de reincidência. Todavia, com relação à reincidência é preciso fazer uma observação, visto que algumas Marias e também Servidoras entendem de forma diferente o que seria reincidência. Para algumas ser reincidente é ser condenada novamente pelo mesmo crime, para outras

reincidência é quando se é condenada novamente independente do crime. Esse último é o entendimento adotado por essa pesquisa, qual seja, ser reincidente é ter sido condenado novamente, independente se pelo mesmo ou por outro crime.

Para Foucault (1999c), condenar criminosos a morte vai de encontro à função de produção e manutenção da vida do Biopoder. Como a vida é a finalidade da Biopolítica, cabe a ela organizar mecanismos reguladores contínuos, realizando exames e operando sanções normalizadoras por meio de instituições, nesse caso a prisão. Muito mais do que punir, o aprisionamento é uma forma de fazer dos infratores exemplo para o corpo social.

Uma vez dentro da prisão as internas tem uma série de regras, procedimentos e obrigações que devem cumprir. No próximo tópico será apresentado o cotidiano das Marias.

#### **5.2.4 Cotidiano das Marias de Bubu**

Engana-se quem pensa que as presas por estarem encarceradas dentro de uma unidade prisional, restritas de ir e vir livremente e privadas de televisão, computador, telefone e outros meios de comunicação, passam o dia todo desocupadas. Assim como o regulamento da Casa dos Jovens detentos de Paris apresentado por Foucault (2010d), as presas de Bubu também têm toda uma rotina diária estabelecida e que devem cumprir.

A partir das 3h, com gritos de “Alvorada”, as internas do regime semiaberto começam a ser acordadas. Elas são despertadas de acordo com o horário que precisam estar no trabalho, algumas entram às 6h. Considerando que elas precisam fazer uma caminhada de aproximadamente meia hora da PFC ao ponto de ônibus e que muitas delas trabalham em outros municípios, vê-se a necessidade desse despertar na madrugada. Segundo Maria Estela, até às 6 horas tem interna saindo para trabalhar na rua. As internas do regime fechado que trabalham nas frentes de trabalho dentro da PFC no turno da manhã entram às 6h e saem às 12h. Depois elas seguem para o banho de sol, almoçam e partem para a escola. O turno escolar da tarde é de 13h às 17 horas. Às 17 horas essas internas tomam o café da tarde. Já quem estuda pela manhã, entra na escola às 7h30min e estuda até às 11h30min. Depois elas vão para o banho de sol, almoçam e vão para o trabalho. Para quem

labuta à tarde, o trabalho começa ao meio dia e vai até às 18h. O café para quem trabalha a tarde é servido entre 15h e 15h 30min. Independente do horário que levantam é após o despertar que começam os procedimentos. Primeiro as que tomam medicamento fazem fila para receber sua medicação. Em seguida é a hora do café da manhã e depois tem a contagem das internas. Terminada a contagem elas são conduzidas para as suas respectivas atividades.

Com relação à alimentação das internas, o café da manhã delas é composto por dois pães de doce ou de sal, um copo de café com leite e uma fruta. As internas que possuem HIV recebem também suplemento alimentar. Já as internas diabéticas recebem um pacote de biscoito no lugar do pão e suco sem açúcar. Apesar de Bubu possuir cozinha, o almoço das internas é fornecido por uma empresa terceirizada. As “quentinhas”, como são comumente chamadas, são alvos de muita reclamação. Maria Brandão relata o porquê:

já foram encontradas várias coisas absurdas na comida, a comida vem azeda, caramujo, pedaço de pau, pedaço de pedra, sacola, coisas absurdas. O feijão duro – eu não como feijão. [...] Hoje, por exemplo, veio carne de monstro. [...] Ah, eles fala que é carne de boi, mas não é. Aquela carne é carne de cavalo, eu juro, é carne de cavalo. Carne muito ruim, cara, muito ruim. [...] Nossa, de péssima qualidade. Vem um arroz grudento, quando não vem grudento, vem cru. E o feijão, também, cru ou com gosto de azedo. E serve verdura, alguma coisa assim. Nem sempre. Uma polenta, canjiquinha. Hoje veio canjiquinha. Canjiquinha pré-cozida, praticamente. Mais, às vezes, vem comidas que são comestíveis, que eu até aprecio: dá pra comer. Que é o bife de hambúrguer, que eu boto no pão pra comer, aí eu finjo que é hambúrguer. O bife de hambúrguer, um que a gente chama de chinelão, o mini chicken lá fora, o mini chicken é pequenininho, aqui é grandão assim, parece a sola de chinelo [risos]. Aí nós falamos que é chinelão. Ele e a feijoada, também, nós gostamos porque às vezes vem com, assim, quase tudo que a feijoada precisa, né. A feijoada vem boa, vem bem cozidinha, bem preparadinho, e, é o que nós gostamos, e o que nós não gostamos é frango, que nós falamos que é frango vomitado, porque é um frango cozido, parece que pela o frango, coloca dentro da panela com bastante colorau e água e joga pra gente comer. Aí fica aquele monte de pelota de colorau, assim, pra gente é horrível. Se bem que a carne de cavalo é pior...

O café da tarde é similar ao da manhã, sendo composto por dois pães de doce ou de sal e suco. As Marias que trabalham na Empresa 2 e Empresa 1 tem direito ainda a café preto fornecido pelas empresas. No jantar também é servida uma refeição na mesma qualidade do almoço acompanhado de uma fruta. “A banana verde, que eu guardo na sexta pra comer na segunda-feira de manhã. Coloco debaixo da cobertura assim pra amadurecer. Quando não vem podre” (MARIA BRANDÃO).



O horário de dormir é entre 21 e 22 horas. Elas não sabem precisar os horários muito bem, pois não podem usar relógios, então calculam. Toda essa utilização do tempo faz com que algumas delas digam que não tem tempo pra nada, nem mesmo para a leitura. No entanto, esse discurso não é geral. Como forma de ocupar o tempo à noite e no final de semana, visto que elas ficam praticamente reclusas em suas celas todo o final de semana, algumas Marias gostam de ler. Os gêneros literários preferidos delas são romance, religioso e autoajuda. De acordo com as internas responsáveis pela biblioteca da PFC esses são os gêneros literários mais lidos pelas internas de Bubu. A Bíblia é um livro lido por várias das Marias e há aquelas que só leem a Bíblia. Todas as internas que chegam à unidade recebem uma Bíblia, segundo Maria Isabel. “Recebemos, todas as internas que chegam na unidade, elas têm direito da opção de uma Bíblia. Tem a Bíblia evangélica, tem a Bíblia espírita pra quem é espírita. Todo mundo tem direito a essa opção” (MARIA ISABEL). Maria Isabel contou também que quando uma interna ganha liberdade, ela pode levar o livro sagrado, entretanto, a pressa de ir embora é tão grande que todas se esquecem de levar a Bíblia. De acordo com as “bibliotecárias”, as internas ficam com os livros por quinze dias. No entanto, essa regra foi alterada, conforme relato de algumas Marias, e agora elas só podem ficar com os livros por uma semana. As Bíblias por serem delas ficam sempre na cela.

A paixão de algumas Marias pelos livros chamou a atenção, mostrando como a leitura é muito importante para elas. Elas gostam tanto de ler que fazem rodízio de livros com as colegas de cela. Além disso, parte delas disse que só gostam de livros com mais de 300 páginas. “Eu gosto de pegar os mais grossos que tem na biblioteca. Eu falo com as meninas “aqueles que ninguém quer, o mais grosso que tiver, vocês manda pra mim”” (MARIA CURIE).

Eu só pego livro de 400 pra cima. 400 páginas. As mininas da biblioteca já sabem que se for fininho eu já num quero. Eu gosto de pegar 2 em 1, às vezes eu pego 4 em 1, né, que são quatro histórias acopladas em um, um livro, né. E tem a trilogia, né, que é um vai dando cont.. continuidade no outro, que é os que eu mais gosto são esses. [...] Aí é assim, eu leio, leio muito, leio muito. Eu costumo ler, eu leio um livro de, de 600 páginas em quatro dias (MARIA BEATRIZ).

O hábito da leitura foi adquirido por boa parte delas na prisão. E o gosto pela leitura é tanto que chega a ser motivo de briga. Maria Beatriz relatou existir uma disputa pelos melhores títulos, o que acaba gerando brigas já que a leitura é a única coisa

que tem pra fazer em sua opinião. Mas não são todas que são ávidas leitoras. Algumas dizem que não gostam, acham chato, outras que não tem tempo, pois chegam muito cansadas do serviço pra ler a noite e no final de semana preferem descansar. Maria Estela é uma das que não lê. Ela, que aprendeu a ler em Bubu, disse que não tem paciência e acha muito enjoado. “Talvez é porque eu não sei ler direito, se algum dia eu aprender corretamente, eu acho que eu vou gostar. Mas eu não gosto de ler não”, refletiu ela.

A leitura também é uma forma de evitar o contato com as colegas de cela. Algumas Marias relataram que a convivência diária é difícil pelo fato de que nem todas sabem conviver ou respeitar a colega. “Geralmente eu leio; converso com a parede quando não tem um assunto agradável, ou que eu não quero conversar com a colega de cela ou que eu não me dou bem ou que o papo delas não me agrada, fico calada” (Maria Curie).

É difícil. É difícil porque é contínuo. É aquela coisa: todo dia a mesma pessoa. Você não tem aquele momento... tem celas em que você consegue, que nem a cela que eu to agora, beleza. Mas tem umas outras passadas aí, que tudo que eu fiquei de má conduta foi por motivo de má convivência dentro de cela. São pessoas egoístas que não sabem conviver. De pessoas que só pensam nelas mesmas, essas coisas assim... você fala “poxa, eu quero ler um livro”, e tá lá gritando na janela, tá cantando na janela e o espaço é pequeno, entendeu? [...] E geralmente é o tempo todo, de cinco anos, eu to ali por muitas e muitas vezes assim, né, porque não tem como eu, por exemplo, me estressei com você e fala “abri aqui, que eu quero sai e esfriar minha cabeça”, não tem como (MARIA BEATRIZ).

Os livros e a religião fazem parte do processo de correção e controle das internas, bem como atuam na produção de corpos dóceis. De acordo com Foucault (2010d), cabe a administração atuar na transformação do indivíduo, trabalhando sua alma e fazendo com que ele aceite e incorpore os códigos morais imposto pelo regime de verdade. Da mesma forma, Pires e Palassi (2010) entendem que tais iniciativas contribuem para amenizar os efeitos da prisão, reeducar e despertar valores socialmente aceitos.

Ah, final de semana, ai, eu queria falar que eu choro... mas, nos finais de semana, eu fico na cela, é, dia de sábado tem culto. Às duas e, às duas e meia eu vou pro culto, aí o culto vai das duas e meia às quatro e meia, que é maravilhoso, sabe. Tirando o dia de visitas, é o melhor dia que nós temos aqui dentro, é o dia do culto. Cê tem várias religiões, cada um escolhe a sua, né, o meu é dia de sábado (MARIA BRANDÃO).

É também no final de semana que elas aproveitam para arrumar o cabelo, “eu sempre faço o cabelo, arrumo as coisa, a gente inventa umas trança, algumas coisa afro, que eu gosto” (MARIA BRANDÃO) e malhar, “ah, malho às vezes na cela, malho 3 vezes por semana. É por enquanto eu to na cela, então aí eu to malhando e tal (MARIA EUGÊNIA). O final de semana é, inclusive, quando elas participam dos cultos religiosos. Percebeu-se nas falas das Marias como elas são apegadas na fé em Deus, mesmo aquelas que não têm religião definida. Além disso, a cada quinze dias parte das Marias recebem visitas. Os parentes das outras Marias moram longe e não tem condições de ir sempre ou então simplesmente não vão visitá-las, pois não mantêm mais contato com elas ou vice-versa.

As Marias do semiaberto, no entanto, não recebem visitas de seus familiares já que trabalham no final de semana. Apesar de a visita ser um direito previsto na LEP, da mesma forma que é um direito a distribuição adequada do tempo entre trabalho, descanso e lazer, a LEP também dá autoridade para o diretor da unidade prisional cessar ou limitar esses direitos, mas sem especificar em que ocasiões ele pode fazer isso. Da mesma forma, por trabalharem fora da unidade, às internas do semiaberto também não podem dar continuidade aos seus estudos, apesar da assistência educacional ser um dever do Estado para com o preso. A LEP, contudo, é omissa com relação à garantia de continuidade dos estudos dos presos em regime semiaberto que realizam trabalho externo.

Conforme descrito, o cotidiano das internas é todo controlado por horários, mesmo quando aparentemente elas têm um tempo “livre”, isto é, essa falsa ociosidade aos finais de semana ou ao final do dia, visto que elas continuam sujeitas aos horários de alimentação, visita, descanso e procedimentos da PFC. A utilização do tempo é uma técnica disciplinar que objetiva não somente impor horários, mas também maximizar o uso do tempo. Para isso, regulamenta-se o tempo, decompõem-se a atividade de forma anátomo-cronológica e articula-se o corpo-objeto. Como forma de articulação dos corpos-elementos constituindo uma máquina, as séries cronológicas são ajustadas e combinadas (FOUCAULT, 2010d). Isso quer dizer que cada interna é uma peça dessa máquina e para que essa possa funcionar as internas tem que estar perfeitamente coordenadas. Essa acumulação do tempo aliada à distribuição espacial e a codificação das atividades permite que a disciplina organize táticas que se projetam sobre o corpo social potencializando a docilidade e a utilidade das

internas ao menor custo econômico e político possível (FOUCAULT, 2010d; CASTRO, 2009). Estando o interesse da biopolítica atrelado ao equilíbrio e controle do e sobre o corpo social, o poder disciplinar contribui na produção de sujeitos-objetos (CASTRO, 2009).

É importante salientar que as internas do regime fechado e semiaberto não se misturam e nem frequentam os mesmos espaços. A PFC possui uma distribuição espacial que separa não somente as internas de diferentes regimes como também as internas do mesmo regime, tendo em vista que elas são avaliadas, classificadas e alocadas em seus respectivos lugares, de modo a evitar a coletividade. Com o passar do tempo e à medida que as internas vão sendo avaliadas elas são realocadas. O pavilhão do regime fechado, por exemplo, é dividido em duas galerias (A e B), sendo uma destinada às presas de bom comportamento e a outra para internas de mau comportamento e as recém-chegadas a unidade. São poucos os espaços comuns às presas das duas galerias, como o trabalho e a escola. Pires e Palassi (2010) observaram que o ambiente laboral favorece e é percebido pelos presos como uma oportunidade deles estabelecerem amizade com presos de outras galerias. A Figura 2 apresenta de forma macro a distribuição espacial da unidade.



Figura 2 – Penitenciária Feminina de Cariacica  
Fonte: Google earth (2011).

Para Foucault (2010d), a reclusão não é suficiente, é preciso também delimitar o espaço, segundo o princípio do quadriculamento, de modo a decompor as forças, garantir o monitoramento e o controle dos corpos e também a movimentação entre os espaços seriais.

Nesse tópico foi apresentado o cotidiano das Marias de Bubu. Considerando que o objetivo desse estudo envolve o trabalho, a seguir será abordado o cotidiano do trabalho das internas participantes da pesquisa.

### **5.2.5 Cotidiano do trabalho**

O exercício de atividade laboral faz parte da rotina das Marias, conforme mencionado no bloco anterior. O trabalho é o dispositivo utilizado pelo Estado para educar e tornar o preso uma força produtiva, sendo ao mesmo tempo uma obrigação e um direito (FOUCAULT, 2010d; PIRES; PALASSI, 2010).

As Marias do regime fechado trabalham em frentes de trabalho instaladas dentro da unidade prisional. A PFC abriga 2 confecções de roupas e 3 oficinas de artesanato, sendo que ainda é possível as internas trabalharem em atividades (não remuneradas) de manutenção da própria PFC, como limpeza e biblioteca, por exemplo. Já as internas do regime semiaberto trabalham em empresas conveniadas a Sejus. As Marias entrevistadas atuam nas duas confecções de roupas e em cinco empresas parceiras. Para evitar a identificação das empresas, as mesmas serão denominadas Empresa 1, Empresa 2 e assim respectivamente, sendo as duas primeiras empresas as confecções instaladas na PFC.

As Marias realizam basicamente atividades de costura, auxiliar de cozinha e auxiliar de serviços gerais. Algumas delas chegaram a fazer o curso de costura e auxiliar de cozinha que foram ofertados pela Sejus (mas não necessariamente trabalham na atividade que foram qualificadas) e mesmo com o curso de costura ou com experiência anterior em costura, por exemplo, as Marias ainda passaram por um treinamento não remunerado oferecido pelas Empresas 1 e 2 que durou 45 dias. Esse treinamento foi conduzido pelas supervisoras das empresas e auxiliado pelas internas que já possuíam experiência com costura. “Eu aprendi com as meninas mesmo. [...] É, eles me explicaram o que eu tinha que fazer, aí as meninas estavam mais acostumadas com o trabalho me ajudaram...” (MARIA AUXILIADORA).

No treinamento pelo qual passaram as Marias aprenderam a trabalhar em todas as máquinas de costura presentes nas Empresas 1 e 2, mas depois cada uma realiza somente uma parte do processo produtivo, isto é, trabalha somente em uma máquina. Algumas Marias disseram ter dificuldades em determinadas máquinas, sendo melhores em outras. As empresas observam o que cada uma faz melhor e designa a interna para aquela função.

Cada uma tem a sua função. Eu não sou uma boa retista, que a retista que colocar a etiqueta aqui de trás, faz franzido, alguma coisa assim. Eu não sou uma boa retista. Mas não signifique também que eu não faça. Se eu tiver que fazer, eu vou fazer, mas eu faço de tudo pra me esquivar da reta porque eu não sou boa. [...] Tipo assim, nós temos as nossas funções. Mas se eu tiver que fazer uma roupa por inteira, se me explicar, me dar o modelo pra fazer... a gente não corta, a gente já pega os modelos todos cortados e é só fechar, eu faço por completo. Na verdade, eu tento ser proativa. Eu gosto de aprender tudo, tudo, pra se caso faltar alguém, precisar de fazer, eu sei fazer, entendeu? [...] É a representante da Empresa 2 que divide. Ela sendo a coordenadora, ou qualquer coordenadora que seje, vai falar “você vai sentar aqui, você vai fechar ombro”; “você vai colocar gola”; “você vai colocar manga, né, fechar lateral”; “você vai colocar a etiqueta”; quem fala é o coordenador. Na verdade, ela vê em quê que a gente se sobressaiu melhor. No que eu me sobressaiu melhor ela vai me colocar pra fazer pra mim, o quê? Pra mim dar lucro pra empresa, que não adianta eu não ser uma boa retista e ela querer quebrar a cabeça comigo ali (MARIA CURIE).

A Empresa 3 não realizou treinamento como ocorreu nas Empresas 1 e 2. Lá o trabalho foi o aprendido no dia-a-dia, com uma colega ensinando a outra. Situação semelhante aconteceu com Maria Cristina e Maria Josefa que relataram não terem recebido treinamento na Empresa 4, somente uma instrução da nutricionista do que tinha que fazer. Na Empresa 6, Maria Firmina relatou ter passado por um período de experiência que durou 15 dias. Independente se é costura, cozinha ou serviços gerais, o trabalho executado pelas Marias é simples, logo elas não precisam de muito treinamento ou mesmo algum conhecimento anterior da atividade (SENNETT, 2011; RIBEIRO; CRUZ, 2002), mesmo porque as atividades são divididas entre elas, sendo assim elas não precisam ter conhecimento do todo. Contexto bem diferente do trabalho complexo do capitalismo flexível.

Ao serem questionadas sobre o que aprendem com as atividades que desempenham as respostas foram bem variadas. Maria Amélia e Maria Elizabeth disseram que aprendem a dar valor as coisas e a vida. Para Maria Augusta, Maria Beatriz, Maria Carolina, Maria Cristina, Maria Estela, Maria Felipa, Maria Isabel, Maria Penha e Maria Renotte, o trabalho é uma oportunidade de aprendizado

contínuo e de coisa novas. Maria Lúcia, por exemplo, aprendeu a costurar. Já Maria Isabel aprendeu o hábito da leitura quando trabalhou na biblioteca. Convivência, respeito, harmonia e amor ao próximo foram mencionados pela Maria Auxiliadora, Maria Josefa, Maria Leopoldina e Maria Ortiz. Já Maria Brandão, Maria Firmina, Maria Quitéria e Maria Teresa disseram que por meio do trabalho elas aprenderam a ter mais paciência e atenção. Maria Letícia contou que por meio do trabalho aprende a ser mais forte e a ter mais vontade de lutar para sair logo da prisão. E para Maria Clara, Maria Francisca e Maria José o trabalho, além de ser uma experiência, também é uma oportunidade de fazer algo novo. Como veremos no próximo bloco, o trabalho é uma possibilidade de “troca útil” para as internas e não somente de regeneração (COSTA; BRATKOWSKI, 2007).

As respostas das Marias apresentam mais questões subjetivas do que relacionadas ao trabalho em si. Maria Estela, entretanto, acredita que o que aprendeu não vai lhe garantir sustento quando estiver de volta a sociedade. “E aprendi muita coisa. Aprendi... [...] Eu acho que eu aprendi bastante coisa. Não o suficiente que dê pra me manter lá fora, mas o pouco que eu aprendi dá pra comer o arroz e o feijão” (MARIA ESTELA). Esse discurso contraria a lógica do programa de ressocialização pelo trabalho que seria a profissionalização como meio de reinserção social (PIRES; PALASSI, 2010).

Cada local de trabalho tem um gerente, supervisor ou encarregado que monitora o trabalho desenvolvido pelas Marias e determina o que deve ser feito, apesar de algumas terem dito que já sabem o que devem fazer. As Marias da Empresa 3 disseram que também perguntam o que eles querem que elas façam. Percebe-se dessa forma a presença da lógica taylorista-fordista (COSTA; BRATKOWSKI, 2004; 2007; LEMOS; MAZZILLI; KLERING, 1998), isto é, trabalho simples, vigilância hierárquica, pouca autonomia e separação entre quem pensa e quem executa. Esses fatores interferem e prejudicam a particularização do trabalho pelo indivíduo (SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2010b; REVUZ; NOËL; DURRIVE, 2010). Na Empresa 6, por exemplo, Maria Firmina falou que elas não têm liberdade de dar e executar ideias.

A singularização do ambiente ocorre por meio de pequenas e poucas interferências que as internas podem fazer no trabalho, mas que não afetam significativamente o

resultado e nem resulta em inovação ou melhoria. As Marias da Empresa 3 disseram possuir liberdade para desenvolver ideias e que essas costumam ser relacionadas a comidas não presentes no cardápio: “já, muitas coisas nós já fizemos lá. Igual pizza mesmo lá não vendia, aí hoje passo a vendê porque eu fazia. Só que aí depois dá muito trabalho, eu fiquei com preguiça de fazê, nós paramos, de fazê, né, muita coisa” (MARIA MONTESSORI).

Já na Empresa 1 e 2, as Marias não têm como interferir no modelo das peças que estão confeccionando, já que essas vêm cortadas de fábrica junto com uma peça pronta que serve de modelo. Diante disso, algumas Marias alegaram que dão sugestões relacionadas a formas diferentes de costurar a mesma peça ou dizendo qual Maria é melhor em qual máquina a fim de melhor distribuição das funções para garantia de um serviço de qualidade.

Ela [supervisora da Empresa 2] deixava aberta pra nós. Ela foi muito bem clara. Nós criamos uma certa intimidade com ela pra falar o que quiséssemos em questão de produção. E ela é muito amiga, só que a gente não misturava as coisas também não. Ela dava liberdade e autonomia pra gente dar a nossa opinião, não na mudança da peça, talvez na forma de fazer, tipo começar de baixo pra cima. Eu tinha dificuldade às vezes numa peça, aí eu falava “poxa, deixa eu começar de cima pra baixo”, aí ela falava “se ficar bom, não perder o ponto, não estragar a peça você pode”. Ela pedia pra gente fazer uma peça pra ela ver (MARIA JOSEPHINA).

Eu dei uma ideia lá pra ver se melhorava um pouco, mas num... [...] A ideia é a respeito de, na... pra melhorar a qualidade na produção, de montar uma equipe – que tá saindo muitas peças com problemas – aí eu dei uma ideia: vamos montar uma equipe, igual na Empresa 2 – na Empresa 2 a gente trabalhava numa equipe. Ah, você sabe fazer isso? Então só dá isso pra ela fazer, que vai sair sempre cem por cento, não dá pra outra pessoa, que não dá. Vamos botar cada um fazendo uma coisa pra tudo dar certo aqui (MARIA LENK).

No regime de produção flexível os trabalhadores precisam ser pró-ativos, dinâmicos e criativos (SENNETT, 2011; NARDI, 2006). Mesmo que as Marias possam dar ideias, elas não participam da decisão e nem tem autonomia para decidirem por conta própria. Quem decide é quem planeja, a elas cabe somente executar. No regime de produção flexível, por outro lado, os trabalhadores precisam fazer uso de suas capacidades, conhecimento e subjetividade para fazer escolhas e assumir riscos (SENNETT, 2011; SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2010b).

No entanto, algumas Marias admitiram não terem dado nenhuma ideia e isso não estava relacionado diretamente a baixa autonomia. “Nem me arrisco! Nem me



arrisco! [...] Porque o preso nunca gosta da ideia do outro preso. [...] Porque vai falar que tá mandando, porque vai falar que tá xerifando. Então, assim, eu prefiro ficar na minha, fazer a minha parte, o meu serviço” (MARIA LACERDA). Devido à resposta de Maria Lacerda, perguntou-se se ela já ofereceu alguma ideia diretamente para a supervisora. “Não..... Não porque quando ela tá ali ela tá vendo o que tá acontecendo e ela... ela é bem experiente no ramo que ela trabalha, então, assim, eu acho que não precisa de uma ideia minha. Se ela tá vendo, ela mesmo tem que falar” (MARIA LACERDA). Apesar de Maria Lacerda ter afirmado que preso não gosta de receber ordem de preso, as Marias das Empresas 1 e 2 afirmaram que uma interna sempre fica responsável pela frente de trabalho quando as supervisoras não estão; as supervisoras chegam por volta de 8h e 9 horas e saem às 16 horas.

Como eu trabalhava de meio às seis, ela saía às 16 horas, aí nós tínhamos duas horas sem ela ali, só que com responsabilidade é claro, o tempo todo. Então às vezes ali, não que a gente mandava, claro que não. Só que às vezes tem coisas que a gente fica na dúvida se pode fazer ou não pode, aí ela sempre deixava uma responsável pra poder resolver esse tipo de coisa: algum problema, alguma dúvida. Quando o problema era muito grande, nós deixávamos pro outro dia pra ela resolver. Então tudo tinha que passar pelas mãos dela (MARIA JOSEPHINA).

A resistência ao grupo formal afeta às relações e a estrutura formal, não sendo possível estabelecer uma hierarquia válida e efetiva entre as Marias (COSTA; BRATKOWSKI, 2004; 2007) de modo que a supervisão do trabalho fica prejudicada uma vez que as representantes das Empresas 1 e 2 não acompanham toda a jornada de trabalho das internas.

Apesar das resistências próprias da estrutura interna, o ponto em comum do trabalho das Marias com o regime flexível está na formação de equipes. Para Sennett (2011) e Nardi (2006), o trabalho em equipe está diretamente relacionado ao trabalho na contemporaneidade, diferente do regime taylorista-fordista em que as relações humanas eram ignoradas e suprimidas. Segundo Maria Isabel e Maria Lenk, a supervisora da Empresa 2 trabalha com as internas a ideia de equipe. “Essa senhora [da Empresa 2] que trabalhava com a gente, ela montava uma equipe: ‘vamo montar uma equipe que a gente tem que crescer; a gente tem que mostrar pra eles lá fora que as roupas estão indo muito lindo’. Então a gente montava aquela equipe ali” (MARIA LENK). Ainda que esse mesmo trabalho não seja desenvolvido na Empresa 1, Maria Isabel percebe o trabalho como sendo em equipe e chegou a

falar que elas são como um “corpo”. Pires e Palassi (2007; 2010) destacam a cooperação entre os presos e a empresa como uma qualidade inerente a todo ambiente laboral.

Lá é um corpo, não é uma pessoa só. [...] É, cada uma... vamos supor, se não tiver pessoa que fecha bermuda, não vai ter bermuda nunca. Tem que ter a pessoa que saiba fazer a bermuda, saiba fechar a bermuda com a máquina. Eu falo que é um corpo porque uma pessoa só não consegue fazer, se a gente tiver só um braço, a gente não consegue dirigir com um braço só. Então, lá você tem que saber fazer bermuda, você tem que ser unida com as meninas, não pode ser aquela “eu sei, eles não sabem fazer”, NÃO! Você tem que ter humildade pra poder tá fazendo e ensinando aquela que não sabe pra poder tá aprendendo. Aqui, isso aqui é passageiro, aquela que tá lá na máquina um dia vai sair, vai ter que ter uma pessoa pra ficar lá no lugar dela (MARIA ISABEL).

O funcionamento desse “corpo” inclusive afeta diretamente a produção. De acordo com as Marias, nas Empresas 1, 2 e 6 são estabelecidas metas de produção, sendo que no período de treino ou experiência, como algumas denominaram, essa meta é mais flexível, com foco mais na qualidade do que na quantidade. As informações a respeito da meta foram bem divergentes para as Marias da Empresa 2. Na Empresa 1, segundo Maria Tomásia, que exerce a função de auxiliar de salão, as Marias produzem de 350 a 400 peças prontas por dia e se considerar as peças pré-prontas esse número sobe para 500 a 600 peças. Essa informação, no entanto, causou certa estranheza, considerando que durante as observações no galpão da Empresa 1 notou-se que o ritmo de trabalho não é acelerado e que em alguns momentos as internas ficam sentadas sem fazer nada, esperando demanda. O mesmo observou-se na Empresa 2. O ritmo intenso característico do regime taylorista-fordista é prejudicado pela alta rotatividade das internas, haja vista que ao ganharem direito ao regime semiaberto, as Marias só podem exercer atividade laboral fora da unidade. Isso faz com que sempre tenha internas em treinamento e sendo o processo produtivo dividido, o ritmo de trabalho fica prejudicado.

No quesito remuneração, as Marias que trabalham nas Empresas 3, 4 e 6 recebem um salário mínimo. As Marias da Empresa 2 recebem 450 reais, enquanto que as da Empresa 1 ganham 470 reais. Já Maria Letícia, que trabalha na Empresa 7, recebe 720 reais. Com relação à remuneração percebida pelas Marias da Empresa 2, salienta-se que Maria Curie (foi a única que) mencionou que o salário pode chegar a 640 e 700 reais caso as metas de produção sejam batidas. O salário das internas é dividido em partes iguais em três cartões, sendo que um cartão fica em nome do

preso, um cartão fica em nome de um beneficiário escolhido pelo preso e o último cartão é o pecúlio, uma poupança forçada que só é acessada pelo preso quando esse recebe liberdade (DOCUMENTO I). Mesmo sendo um cartão destinado à família, algumas delas ficam com esse cartão também. É o caso das Marias que não tem familiares no Estado ou que não tem bom relacionamento com eles. A maioria, porém, destina um dos cartões para a família, pois uma das maiores preocupações das Marias é justamente com relação à família e o salário que recebem é uma forma de poderem ajudar em casa, por isso as internas, de forma geral, preferem trabalhar em atividades remuneradas. Pires e Palassi (2010) reconheceram a importância que a remuneração tem para o preso tendo em vista que com o salário eles podem complementar a renda da família e ainda se manterem dentro do presídio. Por conta disso, os internos usam a atividade não remunerada como uma forma de mostrar para a unidade prisional que eles estão prontos para o trabalho remunerado, uma vez que ter exercido uma atividade laboral dentro da unidade é considerado durante o processo de seleção dos trabalhos remunerados (PIRES; PALASSI, 2010).

Com a parte que lhes é reservada, as Marias usam para comprar itens que podem entrar na prisão, como roupas íntimas, shampoo, pasta de dente e também roupas para usarem quando saem para trabalhar, caso das Marias do semiaberto, ou então para usarem quando saem de saída temporária ou mesmo de alvará.

É, é um terço do salário mínimo, um terço não, dois terços, são quatrocentos e quarenta e sete reais, ao todo. A gente não recebe nem um salário mínimo, é menos né, mas pra mim, pra falar a verdade eu não tava nem ligando pro, pro pagamento em si. Quando eu cheguei pra diretora e pedi pra ela algo pra eu fazer, eu só queria ser útil, fazer alguma coisa pra poder, é, ocupar a mente, então não tava nem pensando que ela fosse colocar numa área remunerada, apesar de ser pouco, você se sente como se tivesse, assim, como se tivesse virando gente de novo, vamos colocar assim, você tá recebendo, apesar de ser um valor um tanto quanto insignificante, mas não deixa de, pelo menos dá pra você deixar sua família lá fora pra comprar o seu creme, o, ah, é só o creme que entra aqui. Uma calcinha, um sutiã, que é o que entra, mais nada (MARIA JOSÉ).

Como Maria José mencionou, existe um teto mínimo que deve ser pago ao preso trabalhador. A remuneração mínima estabelecida pela LEP é de  $\frac{3}{4}$  do salário mínimo vigente. O Documento I apresenta a informação de que a remuneração deve ser de pelo menos um salário mínimo e que de acordo com a jornada de trabalho a remuneração pode ser de  $\frac{3}{4}$  do salário mínimo. Entretanto, o Decreto Nº 2460-R/10, do Governo do Espírito Santo, que disciplina a absorção da mão-de-obra de presos

e egressos do sistema carcerário do Estado, por sua vez, determina que a remuneração não pode ser inferior ao salário mínimo vigente ou ao piso salarial da categoria, o que for maior (ESPÍRITO SANTO, 2010). O salário que as Marias recebem é compatível com as atividades que exercem, isto é, subtrabalho, subsalário. A remuneração é só um dos fatores que caracteriza o trabalho das internas como precário.

Averiguou-se que as funções desenvolvidas pelas Marias da Empresa 3 são indefinidas, quando não desviadas, já que todas elas disseram fazer de tudo um pouco, seja por que tem muita coisa para fazer ou porque se sentem na obrigação.

Tudo... No restaurante eu lavo vasilha, lavo panela, eu rastelo, que é... é um... como é que explica... é tipo, é um parque, lá é um parque muito grande. Aí tem tudo pra fazer: tem rastelo, tem comida, tem vasilha, tem o restaurante pra limpar, tem os bichos pra tratar. Eles descascam bombom pra fazer ração pra animal também. Tudo isso eu faço lá. De tudo um pouco. [...] Assim, se a mulher fala, igual esses dias: “Maria Estela, fôga um jiló lá”. Aí eu já pego o panelão de jiló, já jogo alho, e fôgo, e... é tipo Severino, o que pede eu faço, não tem esse negócio de “vou fazer isso, vou fazer aquilo”. Eu não gosto de escolher serviço porque geralmente patrões não gostam, né? Se ele te contratou como serviços gerais, você vai fazer o que tiver, né? Não vou falar: “não, isso eu não sei fazer, isso eu não faço”. Não: “eu não sei fazer isso não, mas se você me ensinar eu faço; vai falando aí que eu vou fazendo aqui”. Aí eu faço. Porque é muito bom assim; sem reclamação (MARIA ESTELA).

Isso não acontece só na Empresa 3, em todas as outras empresas as Marias fazem muito mais do que são contratadas para fazer. Na Empresa 2, por exemplo, além da atividade de costura, elas também tem que organizar e limpar o ambiente de trabalho. Mesmo com finalidade educadora, transformadora e produtora, o trabalho ofertado e exercido pelas Marias é precário (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2001) se considerarmos o desvio de funções, a falta de amparo legal, já que elas não são cobertas pela CLT, e o valor da remuneração, conforme mencionado acima. A jornada de trabalho extensa é outro fator que torna o trabalho das Marias do semiaberto precário. Calculou-se que a carga horária diária varia entre 8 a 10 horas, considerando o horário de entrada e saída informado por elas. Além disso, as Marias da Empresa 4 trabalham cinco dias, para folgarem um e as Marias da Empresa 3 trabalham de terça a domingo e folgam às segundas-feiras, sendo que no final de semana o expediente delas se encerra às 18h30min, enquanto que durante a semana o expediente é até às 17h30 min.

Discussão sobre o cotidiano do trabalho das Marias feita faz-se necessário analisar também os programas de ressocialização, haja vista que as ações dos programas envolvem não só o trabalho, como também a qualificação profissional, de forma a entender como é entendido esse processo pelas Marias.

### **5.2.6 Programa de ressocialização pelo trabalho**

A maioria das Marias não tem um entendimento claro do que seriam os programas de ressocialização, como eles funcionam, quais são os programas ofertados na PFC, que o trabalho é um mecanismo de ressocialização e que elas fazem parte de um ou mais programas de ressocialização. Algumas Marias, inclusive, acham que a ressocialização se dá pelo método de tratamento penal, talvez pela forma como ele é trabalhado pelo corpo técnico e administrativo, como sendo um todo do qual a atividade laboral faz parte.

Os programas de ressocialização que as Marias participam são: educação (escola e qualificação profissional), trabalho, psicossocial, sócio-espiritual e música. Como o foco desse estudo são os programas de ressocialização pelo trabalho e educação – pois os cursos de qualificação profissional fazem parte do núcleo de educação –, as questões discutidas com as Marias estavam relacionadas a essa temática.

Ainda que seja uma obrigação, nem todas as internas exercem atividade laboral, seja porque não há vagas de trabalho para todas (PIRES; PALASSI, 2010) e também porque a ressocialização é, na visão das servidoras, dar condições para que a pessoa presa possa retornar ao convívio social de forma digna. Observa-se então que o discurso é voltado para aquelas internas que por uma série de circunstâncias, como as discutidas no bloco História de Vida das Marias, eram/são excluídas da e pela sociedade. Essas são as pessoas que pelo trabalho devem ser ressocializadas, isto é, pessoas que foram marginalizadas e excluídas pelas relações de poder (FOUCAULT, 1979). Sendo assim, uma pessoa que teve todas as oportunidades, que não era afetada pelos dispositivos de exclusão não precisa ser ressocializada, pois ela já é considerada “normal” para a sociedade.

Existe o termo ressocialização, mas ele dá duplo sentido, não é? Por que como que uma pessoa que nunca teve acesso a nada, a gente vai ressocializar essa pessoa? Não vai ressocializar. [...] Porque tem gente que não precisa mais se ressocializar, tem gente que precisa de socializar. [...]

Porque... pela própria ausência de muitas políticas, né. [...] Pela falta de oportunidades, pela falta de acessibilidade, porque muitas das pessoas que estão aqui não tiveram acessibilidade. [...] É, o processo até mesmo de cidadania da própria pessoa de se conhecer e se ver enquanto sujeito de transformação, de cidadão mesmo. [...] Não digamos vítima, mas não houve a possibilidade, os mecanismo que o estado deveria ofertar pra essa pessoa, não ofertou a tempo para que ela tivesse oportunidades (SERVIDORA 4).

A seleção das internas para trabalho intramuro é feita pela Comissão Técnica de Classificação (CTC), composta pela Diretora e equipe multidisciplinar (DOCUMENTO H; DOCUMENTO I). Quando é para trabalho externo, a CTC faz uma pré-seleção e a empresa contratante faz a seleção final (SERVIDORA 1). Segundo a Servidora 1, apesar da CTC ser a responsável por selecionar as presas, a equipe técnica costuma participar da seleção, pois acompanha a interna no seu dia-a-dia. Essa seleção é feita considerando o perfil da interna, conduta – deve ter boa conduta –, e pelo nível de escolaridade, caso a vaga exija (SERVIDORA 4). De acordo com a Servidora 8 também são levados em consideração o tempo de pena e se já desenvolveu atividade laboral remunerada ou não dentro da unidade. Além disso, as internas também passam por entrevista (SERVIDORA 3) e é verificado se elas exerciam alguma profissão (SERVIDORA 5).

O ingresso da interna ao trabalho não ocorre de imediato. Como as internas chegam a PFC agitadas e sem conhecimento das regras da unidade, elas ficam um período sem fazer nada. Por agitadas entende-se uma pessoa que não possui o comportamento dentro do padrão considerado ideal e que precisa ser adestrada. “A presa também precisa de sentir um pouquinho também o que é a prisão. Porque é muito fácil eu vir presa e aí eu estudo de manhã, trabalho de tarde, to ganhando um dinheiro e... né... Então a presa precisa sentir o que é estar numa prisão” (SERVIDORA 1). Enquanto a Servidora 1 questiona se é justo as internas terem mais oportunidades e condições do que muitas das pessoas que estão livres, Foucault (2010d) questiona se é justo que os presos padeçam mais do que as outras pessoas.

No entanto, verificou-se que o processo de seleção não é claro para as Marias e que não foi conduzido de forma uniforme. Conforme algumas Marias relataram, elas não passaram por seleção, pois segundo elas a direção já sabe quem são elas pelo dia-a-dia da unidade. A sanção normalizadora junto com a vigilância hierárquica compõe

o exame, técnica disciplinar que produz saber sobre as apenadas. Esse saber é indispensável para determinar a forma de tratamento das internas (FOUCAULT, 2010d).

Por outro lado, outras Marias disseram que as oportunidades são para todas, mesmo que as tem PAD. Maria Teresa contou que estava no isolamento quando conseguiu uma oportunidade de trabalho. Já Maria Lúcia por ter desenvolvido depressão conseguiu uma oportunidade. Algumas Marias, inclusive, disseram que pedem oportunidade para trabalhar. A mudança de comportamento faz parte do adestramento, porém só precisam ser adestradas aquelas que não são consideradas pela Biopolítica como socializadas, assegurando assim a articulação e o ajustamento dessas internas ao capital e ao sistema produtivo (FOUCAULT; 1999c).

É, eu tava no isolamento ainda, quando – tinha que pagar um PAD meu – aí eu fui pro isolamento, aí a senhora, a psicóloga, a Servidora 2, me chamou e me falou: “ce já costurou?”. Falei: “não, nunca peg... não sei colocar linha na agula”. Ela: “pois é, to pensando em colocar você na costura”. Ai eu falei: “vo adorar”. Ai eu comecei, é, quando eu tava no isolamento, aí eu comecei aí (MARIA TERESA).

Bom, eu não tinha o curso de costura. Eu trabalhava na limpeza e não tinha o curso de costura. Mas eu sempre fui muito interessada. Eu pedi muito. Todo mundo que passava eu pedia, e a gente não pode ficar pedindo nada pra quem tá passando enquanto a gente tá trabalhando em outro setor. Mas mesmo assim, eu dava um jeitinho e sempre eu pedi *“poxa, me ajuda, me dá uma oportunidade, eu preciso de um emprego pra eu sair, pra eu ganhar um dinheiro, porque eu preciso sair daqui e ter um dinheiro pra eu ganhar alguma coisa”*. Esse dinheiro que eu ganho hoje no trabalho é do dinheiro que eu pago o meu advogado pra eu sair daqui (MARIA TOMÁSIA, grifo nosso).

Uma vez selecionadas as internas são encaminhadas para o trabalho. Porém, elas devem manter a boa conduta lá também (SERVIDORA 8), pois em caso de alteração (PAD), elas podem ser desligadas. Não é só o comportamento que conta, conforme afirmação da Servidora 10, elas também devem ter bom rendimento escolar para permanência no trabalho. Percebe-se, dessa forma, que tudo gira em torno da boa conduta, tanto que foi criado até o alfabeto da boa conduta (DOCUMENTO L). A boa conduta é um efeito da sanção normalizadora e vigilância hierárquica. Ter boa conduta é ser “normal”, é estar dentro do padrão aceitável pela sociedade, é ser dócil e obediente (FOUCAULT, 2010d).

Por terem uma socialização diferente, isto é, por não terem sido produzidas dentro do código moral imposto pelo regime de verdade, as Marias precisam aprender a ter gosto pelo trabalho (função simbólica e não somente produtiva), por isso o trabalho como uma obrigação (FOUCAULT, 1979; 2010d). Maria Aragão e Maria Carolina, por exemplo, não queriam participar do programa de ressocialização pelo trabalho. “Eu quis...? Eu não quis participar. É um trabalho que oferecem, né, que é colocado pra gente” (MARIA CAROLINA). Como a participação nas atividades desenvolvidas é um pré-requisito para progressão de fase e de pena, elas participaram por medo.

Não, é porque aqui dentro no semiaberto, você tem que trabalhar, você é obrigado a trabalhar. Se você não quiser, você vai ter que ir pra outro lugar. Lá [no fechado] eu era obrigada também. Falaram que se a gente não fizesse nenhum curso, a gente estaria com má conduta e ia pra juíza. Aí eu fiquei com medo e fui fazer (MARIA ARAGÃO).

Maria Curie, por sua vez, afirmou categoricamente que participou em primeiro lugar por conta da remição e em segundo pelo dinheiro.

Bom, na realidade, é remição, né. Aqui dentro a gente procura tudo pra remir a nossa sentença pra gente poder ir embora mais rápido. Também não vou dizer que a gente não precisa do dinheiro, todo mundo precisa, nossas famílias que estão lá fora a gente não sabe o que eles estão passando... muitas vezes eles nem nos contam se estão passando por algum tipo de necessidade ou não para não nos preocupar mais. Mas eu digo mais pela remição dos trabalhos, dos cursos, porque é necessário. Porque pela remição a gente consegue o semiaberto mais rápido, a nossa sentença diminui, a gente pode ir embora com mais rapidez (MARIA CURIE).

Ainda que as Marias não tenham apontado a remição ou o dinheiro como motivo para participação nos programas de ressocialização em algum momento eles apareceram no discurso delas. “Não é só trabalhar, porque não é só receber a remição, a gente também recebe o dinheirinho da gente” (MARIA CRISTINA). Conforme dito anteriormente, o dinheiro é importante para as Marias, pois é uma forma de ajudarem a suas famílias e a remição é o meio de saírem mais rápido da cadeia (RIBEIRO; CRUZ, 2002; PIRES; PALASSI, 2010). Com exceção da Maria Aragão e Maria Carolina, as outras Marias disseram que participaram por: vontade de aprender e/ou adquirir experiência; desejarem a mudança; trabalho é uma forma de saírem da unidade ainda que por algumas horas; porque é bom participar; ocupar o tempo; e, pela remição. Diante disso, percebe-se que para essas Marias o trabalho é um meio de “troca útil”, ou seja, pelo trabalho elimina-se o ócio, diminui a pena,



contribui com o sustento da família, possibilita uma “fuga” do ambiente prisional, além da vontade de mudança (COSTA; BRATKOWSKI, 2007; PIRES; PALASSI, 2010). De acordo com Pires e Palassi (2010), o ócio é um dos fatores mais negativos da prisão segundo os presos, de modo que o trabalho torna o dia produtivo e faz com que as horas “passem mais depressa” atenuando a ociosidade.

Dessa forma, percebeu-se que no discurso das Marias que elas por diversas vezes reproduzem o discurso do método de tratamento penal, qual seja, é preciso mudar e ter bom comportamento. Mesmo a “troca útil” mostra que as Marias estão imersas em um sistema de forças (processos de subjetivação) que mudaram a forma como elas percebem o trabalho (SOUZA et al, 2006; BIANCHI, 2010). Quando “livres”, o trabalho para elas era somente para subsistência, foram poucas as Marias que disseram ter objetivos profissionais. Agora o trabalho representa muito mais, pois estão sendo adestradas dentro da lógica social (FOUCAULT, 2010d). Maria Tomásia, por exemplo, alegou que quis participar porque queria uma chance de mudar, ser uma nova pessoa, ser diferente. Contudo, quando se perguntou como funciona o programa que ela participava, revelou:

Bom, funciona tudo também na base do bom comportamento. Aqui você é tratada do jeito que você merece e do jeito que você pede. Se você é uma presa disciplinada, educada, se você respeita as pessoas também, você vai ser respeitada. Aqui nenhuma presa é mal tratada, porque não tem necessidade disso. Todos os agentes também, não só a gente aprende com eles, mas eles também aprendem com a gente. Eu não tenho nada pra poder reclamar de nenhum deles. Não tenho inimizade, nada. Eu sempre tive boas oportunidades. E quero continuar tendo (MARIA TOMÁSIA).

Maria Tomásia só teve boas oportunidades como falou, pois passou a agir conforme o método, isto é, adequou-se ao modelo ideal estabelecido no método de tratamento penal; a sanção normalizadora da PFC (FOUCAULT, 2010d). A cada três meses elas são avaliadas e mudam de fase (exame). Em todo avanço de fase elas têm direito a algum “benefício”, como a possibilidade de participar de cursos e trabalhar. Depois que Maria Tomásia sujeitou-se as normas e tornou-se dócil, as portas se abriram pra ela.

Eu não tinha muitas oportunidades porque eu era indisciplinada, eu não respeitava as pessoas, ignorante. Então, eu tive que realmente sofrer um pouquinho pra mim poder aprender. Eu aprendi a respeitar, em primeiro lugar a mim. Quando eu aprendi a me respeitar e a respeitar os outros, as portas se abriram pra mim aqui. Eu não tive dificuldade pra arrumar um

serviço, pra poder fazer um curso. E fui inserida logo logo (MARIA TOMÁSIA).

Até a Maria Lacerda, que é citada como um exemplo de regeneração pelas servidoras quis participar porque é bom pra ela enquanto pessoa com poucas possibilidades de resistência dentro desse sistema coercitivo. De acordo com Foucault (2010d), o trabalho além de obrigação é, inclusive, um meio do preso sobreviver durante e após o aprisionamento. “Porque eu queria uma recuperação. Porque eu vi que esse presídio aqui, se você não é junto com eles, eles pega e te atrasa [risos]. Então, assim, eu achei melhor pra mim, aqui, nesse presídio, seguir as regras” (MARIA LACERDA).

Em seguida, perguntou-se a Maria Lacerda por quanto tempo mais ela irá participar do programa. Ela respondeu: “Não! Hoje eu não participo mais, hoje eu já sou recuperada, graças a Deus!”. Logo, da mesma forma que as Marias não sabem ao certo o que são os programas de ressocialização, elas também não entendem o que é ressocialização, pelo menos não o que a unidade entende como ressocialização. “.....Assim, eu, no meu ver, já vejo que eu sou uma pessoa ressocializada. [...] E... não sei por que, agora já to trabalhando, já acabei, eu acho, esse processo” (MARIA EVA). Se o objetivo da unidade prisional é a ressocialização da pessoa presa para o retorno à sociedade, isto é, que ela possa conduzir sua vida de forma digna e responsável, entende-se que enquanto estiver na unidade ela ainda não está totalmente ressocializada, pois ainda que se esteja trabalhando externamente ela possui o amparo da unidade. E a intenção é que ela caminhe com as próprias pernas. Por outro lado, enxergar-se ressocializada mostra que as Marias estão sendo transformadas. Por enxergarem ser necessário reproduzir o método, as Marias responderam que querem participar dos programas de ressocialização enquanto estiverem lá. Sendo assim, as internas incorporam o método e se autocontrolam. Com isso há todo um processo de reconstrução delas enquanto presidiárias, visto a mortificação delas enquanto ser livre (BARRETO, 2006; LEMOS; MAZZILLI; KLERING, 1998; MOTTA, 2010).

No tocante a participação das internas, a Servidora 2 avalia que tem sido positiva em termo de comportamento, adequação às normas e procedimentos, ou seja, as internas tornaram-se dóceis e úteis. Todavia, às vezes acontece de haver uma não adequação ao trabalho e acabam não ficando no trabalho. Outras situações que

acontecem esporadicamente são evasão, desvio de trajeto e falta por parte das internas do semiaberto (SERVIDORA 8). A Servidora 7 também avalia como positiva a participação das internas, visto que elas se mostram muito interessadas. A Servidora 4, por sua vez, fez uma avaliação diferente. De acordo com ela, as internas que querem uma oportunidade gostam muito de participar. Por outro lado, as que não querem, mas participam acabam não gostando.

Porque existe regras, na vida da gente a gente tem regras, a gente tem que ter disciplina. Então quando você é habituada a viver em desordem, e não ter direcionamento na vida; você acorda a hora que você quer; você come na hora que você quer; você não quer saber de nada, você não quer saber de estudar, não quer saber de trabalhar. E aí quando você vai pra um local onde você é forçada a fazer isso, você tem hora pra acordar, você tem hora pra comer, você tem que fazer alguma coisa, você tem que trabalhar. Se você quer uma mudança pra sua vida, você vai aceitar aquilo muito bem. Mas se você não quer, você vai reclamar daquilo. Então a gente teve muito disso aqui no início, hoje até que a gente não tem mais, porque as que tiveram oportunidade e aproveitaram, acabaram mostrando pras outras que o melhor é isso. O melhor é mudar de vida (SERVIDORA 4).

De acordo com Foucault (2010d), o gosto pelo trabalho pode ser negativamente afetado pela duração da pena. Se essa for curta de mais não corrige e se for longa, aflige deixando-as indiferentes à regeneração. Mas qual a regeneração que se intenta produzir nas internas?

O discurso oficial da Sejus é que o Programa de Ressocialização pelo Trabalho tem por objetivo o retorno da interna para a sociedade, ou seja, oferecer meios para que a apenada possa conduzir sua vida de forma digna e responsável ao sair da prisão.

O objetivo dele é devolver pra sociedade uma pessoa diferente do que entrou no sistema, né? [...] Então, assim, a gente tem essa proposta, de realmente encontrar a pessoa na rua trabalhando, entendeu? E é o que nós podemos oferecer, a nossa parcela de contribuição pra sociedade é tratar o preso de uma forma digna pra ele sair daqui outra pessoa... com mais consciência (SERVIDORA 13).

No entendimento das Servidoras a prisão elimina ou suaviza os dispositivos de exclusão a que as internas estavam sujeitas antes de serem presas, isto é, a baixa escolaridade, a falta de oportunidades, a classe social, dentre outros. Na verdade, o aprisionamento também resulta em novo dispositivo de exclusão, o do estigma de ser ex-apanado (FOUCAULT, 2010d). Para algumas Marias, o estigma de ex-presidiária irá interferir na hora de conseguir um emprego, por isso se preocupam em como irá ser vida após a prisão. Maria Amélia e Maria Beatriz, por exemplo, se

lembraram do atestado de bons antecedentes que muitas empresas pedem. “Porque eles vão pedir bons antecedentes. E aí eu tenho 16 anos de pena, até 2021 eu to cumprindo, infelizmente. Isso ai é ruim” (MARIA BEATRIZ). Maria Josephina pretende trabalhar como autônoma a fim de tentar fugir do estigma, pois ela já sofreu dificuldades no passado para conseguir emprego – ela teve uma passagem em 1998 por furto.

Pela ressocialização, a Sejus tem então como finalidade tornar as internas sujeitos úteis e dóceis. Isso quer dizer correção dos vícios da má educação e da ociosidade, da má criação, de maneira que elas internalizem o comportamento socialmente aceito e o código moral e se tornem obedientes, sem questionar ou enfrentar a estrutura social. O trabalho e a educação, apresentados ao mesmo tempo como obrigação e direito, são então dispositivos utilizados pela prisão para a transformação social das internas (FOUCAULT, 2010d).

Para as Marias, os programas de ressocialização representam essa possibilidade de transformação, apesar das respostas delas estarem voltadas para coisas que elas já tinham ou tinham como ter antes de serem presas como, por exemplo, a oportunidade de trabalhar (ainda que dentro da lógica taylorista-fordista e em condições de informalidade e precariedade, uma vez que o trabalho que elas exercem dentro da prisão tem tais características). Maria do Céu, por exemplo, disse que o positivo dos programas de ressocialização é ter uma profissão. Hoje ela é costureira como a mãe que sempre quis ensinar o ofício a ela, mas que ela nunca quis aprender. Maria Felipa, por sua vez, disse que se tivesse tido oportunidade não teria ido para o tráfico, mas quando se perguntou porque ela entrou para o mundo do crime, ela respondeu que foi por ter se envolvido amorosamente com traficante, o que mostra uma certa distorção em seu discurso.

Para Maria Auxiliadora e Maria Augusta trabalho quer dizer desenvolvimento. “Trabalhar pra mim significa desenvolvimento e... o que eu faço aqui dentro, o trabalho que eu tenho aqui dentro, não é a oportunidade que eu tive lá fora. Porque se eu tivesse trabalhando firme com a mente que eu tenho hoje, acho que eu na taria aqui” (MARIA AUXILIADORA). Ela atribui a falta de oportunidade às más companhias.

Para Maria Eugênia o programa ao mesmo tempo em que é bom também é ruim devido à falta de permanência do que é desenvolvido. Durante o último dia de entrevistas ficou-se sabendo que as frentes de trabalho das Empresas 1 e 2 estavam paradas porque elas não tinham pago o salário de meses anteriores das internas.

Tem um, porque assim é... eles dão uma chan.. uma oportunidade de emprego pra nós, então a gente tá assim fazendo planos pro salário, o barco afunda, a coisa desanda. Sabe? Igual nossa tava tão feliz lá no lá no Call Center, meu primeiro emprego remunerado, nossa fazendo planos pro meu dinheiro e tal, um mês, parou. Aí, tá. Entrei na Empresa 2 de novo, parou. Então assim a gente acaba ficando frustada, né, porque uma coisa começa e para. [...] Positivo é que assim a gente vai igual eu te falei, né, um monte de coisa. É bom, mas assim ao mesmo tempo é ruim porque é frustrante, né. Mas igual a psicóloga falou a gente num pode agarrar nada aqui dentro não porque é passageiro. Só que tudo que eu entro e vou aprendendo eu aguardo pra mim. Então, que eu assim ponto de vista, ponto negativo é esse. Poxa a gente tá ali nossa tá ali feliz naquela felicidade toda ali, fazendo planos pro salário e tal, aí do nada chega e “oh, cabô”. Então, isso é muito frustrante pá nós (MARIA EUGÊNIA).

Essa frustração não é somente da Maria Eugênia. Algumas Marias também demonstraram insatisfação com a paralisação das atividades; muitas delas nem sabiam por qual motivo não estavam mais trabalhando, só que teve um problema com a empresa. Como o trabalho é um meio de troca, conforme visto no bloco sobre o cotidiano do trabalho, a interrupção da atividade laboral acaba com essa possibilidade, além de ser desmotivante. Segundo Pires e Palassi (2010), a motivação pelo trabalho é diferente para trabalhadores presos e livres, de maneira que o trabalho prisional resulta em benefícios no dia-a-dia penitenciário.

Para Maria José o programa de ressocialização não tem muito significado, pois ela já se sente ressocializada. Além disso, ela acha que é trabalhado a questão do não retorno a cadeia em vez de se trabalhar a consequência dos atos de cada um.

Agora, quando não toma consciência do, da, do que é prejudicial para o próximo, você vai voltar. Então, no caso, o tráfico de drogas é mais prejudicial do que o estelionato, porque um crime não justifica o outro, né, mas o tráfico é ainda mais prejudicial, porque você destrói famílias quando você vende drogas, você acaba com as pessoas, mesmo que você tá ali com a droga, compra quem quiser, mas se a droga não existisse ninguém compraria. Então, eu penso assim, quando se toma ciência de você tá realmente roubando com a vida dos outros, e você não quer mais isto pra sua vida, você muda. Então eu acho que é isso que a gente tem que tentar botar na cabeça das pessoas, entendeu? Não é que eles vão ser presos de novo, não é cadeia em si, porque a cadeia passa. Mas sim, é, o que tão fazendo tá prejudicando quem tá lá fora (MARIA JOSÉ).

Para a boa parte das Marias, no entanto, o significado dos programas de ressocialização é mudança. Mudança de vida, de pensamento, de atitudes é o que representa os programas de ressocialização para a Maria Amélia, Maria Lacerda, Maria Felipa, Maria Josefa, Maria Elizabeth, Maria do Céu, Maria Josephina, Maria Francisca e Maria Brandão.

Para as demais Marias, os programas significam oportunidade, desenvolvimento, aprendizado e conscientização (Maria Tomásia, Maria Auxiliadora, Maria Penha, Maria Letícia, Maria Lúcia, Maria Aragão), cursos e benefícios (Maria Lenk), ganhar alvará para ir embora (Maria Cristina), emprego (Maria Eugênia), novo futuro (Maria Eva), esperança (Maria Beatriz), ser vencedora (Maria Ortiz). A mudança está relacionada à docilidade apresentada por Foucault (2010d). Isso quer dizer que elas estão sendo desconstruídas enquanto uma pessoa desobediente e reconstruídas como uma pessoa “normal”, pois passaram a aceitar e adotar o comportamento tido como aceitável (ação da sanção normalizadora).

Por outro lado, Maria Auxiliadora não soube dizer aspectos positivos dos programas e acha que não tem lado negativo. Para Maria Beatriz, entretanto, o ponto negativo é não ter carteira assinada, pois se fosse reconhecida pelo MTE ela teria amparo social para a família dela e também para ela, além disso, sem o registro na carteira ela não tem como comprovar para o mercado de trabalho que possui experiência. Desse modo, ainda que o trabalho seja um dever social previsto em lei, essa mesma lei não protege legalmente as Marias, pelo contrário, as sujeita a trabalhos precários (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2001). Sendo assim, não houve uma mudança significativa na configuração do trabalho das Marias, uma vez que elas, antes da prisão, trabalhavam nessas mesmas condições.

O negativo, pra falar a verdade, pra falar mesmo claramente, o negativo é: que, no caso, que eu não tenho um amparo sobre o MTE, é como se eu fosse uma indigente. Eu trabalho, mas eu não sou reconhecida pelo MTE, eu não tenho essa profissão em carteira, que isso vai me prejudicar lá fora. Porque...Quando eu estiver de alvará que eu não fizer mais parte da unidade, até eu ir pro semiaberto, eu vou ter o currículo aqui deles, mas e quando eu for pra uma empresa? Uma empresa desligada disso aqui? Como que eu vou provar? Só com o meu diploma, de costura. Mais aí eu vou falar “ah, eu tenho experiência em tal empresa”, como? Se eles não vão tá me dando essa, essa carta, né. Então, esse é um lado muito negativo, muito negativo mesmo. E não tem o amparo social pra família, né. Como na outra empresa, não tem us benefício deu, outro dia meu deu uma, meu pulso abriu, eu fiquei ruim pá costurar, aí quer dizer, aquilo ali, eu tenho que ir, aberto ou não, eu tenho que ir, eu tive que enfaixar e costurar do mesmo

jeito. Se eu tivesse um amparo social da saúde, eu ia ali e pegava uma, uma prescrição médica lá e apresentava na empresa, não poderia trabalhar e aqueles dias não faria falta no pagamento e não seria desligado por esse motivo, porque aqui não pode faltar nenhum dia de trabalho. Não pode fazer nada de errado, nada. Nem um fio de cabelo pode estar errado, senão você perde. É uma guerra constante pra você se manter, pra você se equilibrar numa corda bamba pra você garantir o seu serviço. Por que a demora é grande, tem muita gente querendo (MARIA BEATRIZ).

Outros pontos negativos destacados pelas Marias foram com relação às condições e restrições que as internas vivem quando se está cumprindo uma pena. Maria Curie citou a alimentação “que é horrível”, a pouca quantidade de uniformes que recebem e o fato de elas não poderem lavar os uniformes na cela e a ainda a capação da feminilidade, considerando que não podem ter cremes de pele, pintar os cabelos, dentre outros. Maria José também disse que lá elas têm acesso a menos que o mínimo necessário para viver, tanto que às vezes precisam tomar banho com xampu já que não recebem o sabonete, por exemplo. No entanto, de acordo com Foucault (2010), a privação da liberdade é aliada a outras formas de punição e sofrimento físico, como a restrição alimentar e a expiação física, já que o castigo agora se aplica a alma e não mais ao corpo; esse, por sua vez, passou a ser adestrado (DROIT, 2006).

Já o ponto negativo para Maria Elizabeth, Maria Teresa e Maria Lúcia é terem que aguentar tudo caladas, pois por qualquer coisa elas recebem PAD. Maria Curie e Maria Tomásia, inclusive, apresentaram como ponto negativo o excesso de cobranças e normas por parte da Instituição Prisional. O medo em receber um PAD reforça a autovigilância por parte das internas, de modo que elas procuram não exceder as normas para não serem penalizadas. Segundo Foucault (2010d), o olhar hierárquico provoca a autovigilância de modo que o indivíduo se autopolicia para que não cometa deslizes e sofra sanções.

Pode-se perceber que muitas delas apontaram como aspecto positivo e significado do programa de ressocialização a oportunidade de trabalhar, mas praticamente todas as Marias trabalhavam antes de serem presas, ainda que em atividades informais e precárias. Elas podiam ter dificuldades de conseguir um emprego devido às exigências da moderna ética do trabalho (SENNET, 2011; NARDI, 2006), mas já tiveram oportunidade de realizar atividade laboral. O mesmo vale com relação ao aprendizado, visto que boa parte delas começou a escola, só não terminou.

As palavras “mudança”, “oportunidade” e “trabalho” voltaram a aparecer nos discursos das Marias quando se perguntou o que mudou na vida delas após a participação. Dessa vez apareceram como estreitamento do laço ou resgate do vínculo familiar (a estrutura familiar foi verificada como um dispositivo de exclusão, conforme apresentado no bloco da história de vida das Marias), autoestima e amor-próprio, dar mais valor ao trabalho, família e vida.

Maria Curie e Maria José revelaram que nada mudou em suas vidas depois que participaram dos programas de ressocialização. Para Maria Curie a oferta de emprego é uma obrigação do estado para com as presas e que não é realizado de forma plena já que não são todas as internas que trabalham.

Os aspectos positivos, significado, mudança e mesmo o motivo pelo qual elas quiseram participar dos programas tem bastantes pontos em comum. O discurso girou em torno da mudança, oportunidade de trabalho, aprendizado e desenvolvimento. No entanto, algumas Marias parecem não ter muita certeza do que falam, visto que utilizaram palavras como “acho”, “penso” em vez de “é”, “quero”, “vou”. Talvez por não terem certeza se vão dar continuidade na profissão quando deixarem a prisão ou pela preocupação em como vai ser a vida após a liberdade. Essa incerteza em dar continuidade ao trabalho desenvolvido na prisão após a liberdade também foi verificado por Pires e Palassi (2007; 2010). Para as autoras isso vai contra o discurso do trabalho prisional.

A questão chave, porém, é que nem a Sejus e nem as Marias percebem que o trabalho prisional não está inserido na lógica do regime de produção flexível. Os cursos de qualificação e as oportunidades de trabalho procuram atender uma necessidade de mercado. Um mercado que por funcionar numa lógica taylorista-fordista não tem conseguido profissionais tendo em vista o aumento do grau de escolarização e do próprio mercado de trabalho que está aquecido para outras profissões. Além disso, essas oportunidades de trabalho ofertadas as internas são em áreas que oferecem salários inferiores a média do mercado (PIRES; PALASSI, 2010), outro fator que afeta a busca por trabalhadores.

Para a Servidora 1, a absorção da mão de obra carcerária pelas empresas é uma via de mão dupla, visto que as empresas recebem incentivos para contratar as



presas e para as internas é uma possibilidade de aprender e ganhar dinheiro. Diante do exposto, pode-se dizer que o trabalho prisional é, na verdade, uma “via de mão tripla”, pois o governo cumpre o seu papel assistencial e corretivo, as presas se reeducam, recebem remuneração e ganham remição (troca útil), e as empresas além de terem uma economia significativa com pessoal também suprem a carência de mão de obra.

### **5.2.7 Método de tratamento penal**

O Método de Tratamento Penal abarca um leque de ações voltado às presas com a finalidade de provocar a reflexão sobre o período de privação de liberdade e a seu regresso ao convívio social. Tais ações são divididas em 5 fases - germinar, crescimento, desenvolvimento, fortalecimento, renascimento – que são trabalhadas de modo que a apenada saiba em qual fase está e entenda a sua função no alcance das condições objetivas e subjetivas necessárias para a progressão das fases (DOCUMENTO J). As fases de 1 a 4 são específicas para as internas do regime fechado, a 5ª fase é o regime semiaberto. Cada fase é identificada por uma cor que elas usam na forma de pulseira, no entanto, as pulseiras só são usadas pelas internas das fases 2, 3 e 4 (SERVIDORA 13).

O método funciona da seguinte forma: quando uma interna chega ao presídio ela passa por um tratamento, isto é, fica trinta dias na triagem. Nesse período é apresentado para ela a proposta do método de tratamento penal da PFC. Se aceitar o método, ela assina um termo de compromisso. Essa é a 1ª fase. Caso aceite as regras, entenda o funcionamento da unidade e comece a mudar o comportamento, ela é inserida na escola caso tenha vaga. Isso corresponde a 2ª fase. Somente depois as internas são inseridas no trabalho, sendo que primeiramente a interna trabalhará na manutenção e limpeza da PFC. Nesse período ela será observada e avaliada se tem uma postura condizente com o que é aceito pela unidade. Caso a interna não queira assinar o termo de consentimento e adesão ao método – pois ela não é obrigada –, ela é tratada normalmente dentro da unidade e irá estudar, porém a preferência é para quem aceita a mudança (SERVIDORA 13). Esse método permeia todas as atividades que são implementadas e executadas na PFC, incluindo o trabalho, educação e qualificação profissional, considerando que à medida que as

internas que vão avançando nas fases elas “ganham” o direito de pode participar das atividades laborais ou cursos de qualificação, por exemplo.

O método de tratamento penal é a sanção normalizadora descrita por Foucault (2010d). Pelo método estabeleceu-se um modelo ideal a ser adotado e seguido pelas internas. Esse modelo contempla normas não instituídas pelo Direito, como jeito de vestir, falar, ser, agir, dentre outros, e a disciplina, com seu efeito de adestramento, sujeita as internas a esse modelo tornando-as úteis, dóceis, homogêneas, “normais” e também individuais. Daí o caráter mais corretivo do que punitivo, visto que os comportamentos dentro dos padrões são recompensados e os desvios corrigidos, ou seja, as que agem conforme o determinado são inseridas na escola e trabalho, aquelas que se desviam do modelo ideal sofrem procedimento administrativo disciplinar (PAD) e perdem, ainda que temporariamente, o direito de estudar e trabalhar. Diante desse contexto, a prisão é vista como um espaço de regeneração, local em que o sujeito é desconstruído e reconstruído constantemente a fim de se tornar puro e ressocializado (PIRES; PALASSI, 2010). Para Alcadipani (2005), a essência da sanção normalizadora é justamente essa, isto é, a de fazer as pessoas se ajustarem ao socialmente aceito e preestabelecido.

Para passarem de fase as internas são avaliadas formalmente a cada três meses por praticamente todos os integrantes do corpo técnico e administrativo da Penitenciária. Diretora, Psicóloga, Assistente Social, Chefes de Segurança, Agentes, Professores, todos acompanham constantemente as internas para verificar se elas estão aptas a avançarem de fase ou não.

Para Foucault (2010d), a vigilância hierárquica faz funcionar e perpetuar a disciplina por entre os indivíduos. E essa vigilância hierárquica (acompanhamento constante) a que são submetidas às internas também faz com que elas próprias se vigiem, pois ainda que elas não sejam avaliadas por elas mesmas e pelas colegas internas, faz com que elas se autopolicem e evitem situações que possam acarretar procedimentos administrativos disciplinares (PAD). Prova disso é o enunciado de algumas Marias no que diz respeito à relação com as demais internas.

Ah, eu prefiro ficar na minha. Assim, eu conheço todas, eu converso com a maioria, mas, assim, pra me enturmar, aí eu prefiro ficar na minha, prefiro... gosto mais de observar de longe. Não gosto de turminha porque na cadeia sempre sai uma fofoca, uns negócio assim, e nesse presídio aqui, tudo o

que você faz, se a outra faz e você tá junto, você paga, você é conivente. Então, eu prefiro ficar afastada porque eu já sofri muito por causa disso no começo quando eu cheguei aqui (MARIA LACERDA).

Segundo Foucault (2010d), a combinação da sanção normalizadora e vigilância hierárquica compõe o exame. O exame é uma técnica disciplinar que transforma os sujeitos em objeto de estudo e a individualidade em documentos que permitem classificar, qualificar e punir. As pulseiras que as internas recebem a cada fase é a materialização dessa técnica disciplinar, visto que as pulseiras categorizam as internas de acordo com suas respectivas fases, produzem saberes sobre elas e permitem identificá-las em sua individualidade e também compará-las e distribuí-las dentro do espaço social. O exame produz um saber que permite transformar a punição legal em uma operação de reeducação das internas, tornando-as úteis para a sociedade (FOUCAULT, 2010d).

As internas que estão nas fases 2, 3 e 4 usam uma pulseira colorida – cor verde na 2ª fase, azul na 3ª e vermelha na 4ª fase. Ainda que, de acordo com a Servidora 13, o método seja apresentado para as internas, percebeu-se que elas não sabem ou tem um conhecimento muito superficial do que é o método, de modo que a pulseira para algumas não tem a pulseira não tem significado.

Pra mim ela [a pulseira] não tem significado nenhum. Eu acho que não tem significado nenhum, entendeu? Porque, pra gente chegar na galeria B, eu que me esforcei pra isso, entendeu? Só que, pra falar a verdade, aqui dentro, entendeu, eu acho que eles escolhem cara, entre aspas, entendeu, pra entrar lá na galeria B. Mais eu que fiz por onde pra ir pra lá. Acho que pra mim a pulseira não significa nada porque eu to presa do mesmo jeito. Incomoda [usar]. Porque, pra mim, não vejo significado de tá usando isso aqui. Eu não gosto, né. Aqui dentro cê tem que ficar dividido em as pulseirinha azul com azul, vermelho com vermelho, e verde com verde. Então não tem nada a ver, pra mim não tem nada a ver, de fase, porque a gente muda o comportamento da gente se a gente quiser, não é uma pulseirinha que muda o comportamento da gente não (MARIA LÚCIA).

Maria Lúcia não é a única que se incomoda com a pulseira. Maria Josephina acha que a pulseira “é para separar mesmo, para marcar”. Maria Brandão também enxerga a pulseira como algo que afirma a diferença, enquanto Maria Estela usou a expressão “marca-boi” para expressar seus sentimentos com relação ao uso da pulseira.

Eu gosto de igualdade. Sabe? ... Eu sou uma pessoa negra, na minha infância eu já passei por vários buli, por ser negra. Eu num, num acho correto, por eu ser negra, você ser branco, ser tratado diferente. Não é o

caso que acontece, mas é uma comparação que faz sentido. Tipo assim, nós estamos presos; se nós estamos pagando por crimes, independente de ser qual artigo que seja, nós somos todas internas. Todas têm o mesmo direito de fazer algo, alguma coisa aqui dentro. Então eu não concordo, eu gosto de igualdade. Por mim, todo mundo faria um curso, todo mundo, entendeu? Teria direito de diminuir a pena, todo mundo (MARIA BRANDÃO).

Eu tirei, eu usava. Porque agora tem o negócio de fase na cadeia. Aí tem fase primeira, que não tem pulseirinha nenhuma; tem a pulseirinha verde e tem azul – azul é terceira fase. E eu tinha a azul, só que, nossa, eu achava aquilo um marca-boi. Quando eu assinei meu semiaberto, que não precisa, né, que é outra fase já, e eles não resolveram nada ainda de fase aqui – tava até falando dentro da cela agora. Foi o primeiro passo que eu fiz [...]. Joguei no vaso e dei descarga – aí que pulseira horrível. Eu acho aquilo um marca-boi. Aquilo deixa a gente pior, nossa... me deixou muito triste aquilo no meu braço. Enquanto eu tive... a qualquer momento... como eles falaram... a qualquer momento eu posso tirar a pulseira... então fica ameaçando, deixa a gente até com medo de respirar. Muito chato. Eu dei glória a Deus quando chegou meu semiaberto e eu tirei aquela pulseira (MARIA ESTELA).

Por meio do exame a disciplina torna-se invisível e quem passa a ser visto são aqueles a quem o poder intenta disciplinar (FOUCAULT, 2010d). O incômodo gerado pelas pulseiras é justamente porque o uso das pulseiras torna as internas visíveis, classificando-as segundo suas fases e mantendo-as sujeitas a esse controle normalizante e disciplinar. As pulseiras permitem as internas saberem quem são as presas que estão se comportando como devem, ou seja, segundo o que é instituído pela PFC. Para Alcadipani (2005), essa é a finalidade do saber gerado pelo exame.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Transformações sociais e econômicas resultaram em uma nova economia do castigo, visto que se percebeu ser mais útil vigiar do que punir. A prisão propicia a utilização da disciplina para adestramento do corpo tornando o sujeito um objeto útil e dócil. O aparelho prisional marca também a humanização da pena, ainda que a mudança na economia do castigo não tenha ocorrido apenas por questões humanitárias. O trabalho prisional e a educação aparecem como peça essencial na transformação dos sujeitos e são ao mesmo tempo obrigação e direito (FOUCAULT, 2010d).

Nesse contexto, o objetivo geral dessa pesquisa foi analisar o discurso de presidiárias e servidores de Instituições Penais do Espírito Santo sobre os programas de ressocialização que envolvem capacitação profissional e trabalho, desenvolvidos pela Secretaria de Justiça do Espírito Santo e parceiros. Para isso, realizou-se entrevistas com internas da PFC e servidores da Sejus, observação direta, análise documental e diários de campo.

Os resultados da pesquisa revelaram que as Marias são afetadas por uma série de dispositivos de exclusão social, o que fez com que elas desde o nascimento vivessem às margens da sociedade, o que, por consequência, as impediram de ingressar no regime de produção flexível. Os dispositivos de exclusão identificados foram cor ou raça, visto que a maioria das Marias são negras; a condição social, uma vez que todas se declararam pobre, com exceção de apenas uma chamada Maria Lenk que disse ter origem de classe média; o grau de escolaridade, pois 27 das 36 Marias possuíam baixa escolarização antes da prisão; gênero, pois por serem mulheres eram delas as responsabilidades pela criação dos filhos e cuidado do lar, o que em as impediu de continuarem nos estudos e em alguns casos a trabalhar; o núcleo familiar desestruturado, que pode ter contribuído para a instabilidade afetiva, por isso elas tiveram muitos relacionamentos amorosos.

Diante de tal contexto, o trabalho informal e o precário se tornaram durante algum tempo o meio de buscar atender a necessidade de sobrevivência. Pela necessidade e/ou outros motivos, as Marias se envolveram no mundo do crime e acabaram na prisão.

Na prisão as Marias se depararam com o discurso da ressocialização. Ressocializar para a Sejus é oferecer meios para que a apenada possa conduzir sua vida de forma digna e responsável ao sair da cadeia, é torná-las úteis e dóceis para o trabalho e para o convívio social sem que entrem em conflito com o estabelecido como ético e moral. O trabalho é um dos mecanismos de ressocialização adotados. Para isso, a Sejus estabelece parcerias com organizações públicas e privadas para a absorção da mão de obra prisional. A fim de mobilizar essa classe, o Governo isentou as empresas dos encargos trabalhistas sobre essa mão de obra, além de ter instituído um selo social como forma de reconhecimento para as empresas.

O trabalho das presidiárias desde o início da contratação está imbricado pelas relações de poder de quem as condena e de quem as contrata, o governo, a sociedade e as empresas privadas. Além de trabalhar, as Marias têm que participar de cursos e ainda cumprir o estabelecido no Método de Tratamento Penal, isto é, os regulamento e políticas da prisão que tem por fim torna-las úteis e dóceis, por meio da objetivação, classificação e esquadramento. Logo, todo o cotidiano das Marias é permeado por práticas sociais que estão inseridas dentro de uma lógica de exclusão, divisão social e lucratividade (por parte das empresas), que se reflete no enclausuramento penoso das apenadas, no sentido de uma mobilização subjetiva total e incondicional ao modelo estabelecido como padrão social para se viver em sociedade, visando um sujeito útil e dócil aos objetivos da lucratividade no mundo capitalista de produção.

No entanto, a configuração do trabalho prisional não leva em consideração a lógica do regime flexível de produção uma vez que não reproduz as características desse sistema (COSTA; BRATKOWSKI, 2004). Pelo contrário, impera a lógica do regime taylorista-fordista e também o trabalho informal e precário. Taylorista-fordista visto que o trabalho é simples, dividido, com baixa autonomia e constante vigilância. Informal e precário, pois a presa trabalhadora não é amparada pela CLT, recebe menos do que um trabalhador livre e as atividades exercidas por elas são consideradas subemprego, além dos desvios de função que são explícitos e das longas jornadas de trabalho. Por isso falta profissionais no mercado, por isso a absorção de mão de obra prisional.

Segundo dados da Sejus e conforme verificado durante as entrevistas, as internas têm pouca escolaridade e quase nenhuma qualificação profissional. Isso, no entanto, não é problema para as empresas, afinal as presas são “peças de reposição” de baixo custo. “Peças de reposição”, pois o Estado “vende” como vantagem a facilidade de reposição da mão de obra. E provavelmente as próprias empresas as enxergam assim já que é baixo o índice de contratação após elas saírem em liberdade, segundo o discurso de parte das servidoras e conforme constatado por Pires e Palassi (2007; 2010). “Peças de reposição”, pois os seguimentos que absorvem a mão de obra prisional são o que tem dificuldades de encontrar profissionais no mercado. O ramo da construção civil é o que mais demanda trabalhadores no Estado e é fato que está faltando profissionais nesse mercado. Não só a construção civil sofre com essa falta de pessoal, mas também o telemarketing e as confecções. Esses segmentos oferecem salários inferiores à média do mercado e são considerados subempregos, fatores que afetam a busca por trabalhadores, principalmente se considerarmos o aumento do grau de escolarização da população e do próprio mercado de trabalho que está aquecido para outras profissões.

Logo, o trabalho prisional vem atender a uma necessidade legal, social e de mercado. Necessidade legal visto que tem finalidade corretiva. Necessidade social porque elas são reconstruídas segundo o código moral estabelecido pelos regimes de verdade, tornando-se dóceis e úteis. Necessidade de mercado, pois elas também são adestradas para ser uma força produtiva, mão de obra barata e disponível para atender aos anseios do capital. No entanto, esse mesmo mercado que explora as Marias enquanto presas, não as contratam quando ex-apenadas, já que elas passam a ser uma trabalhadora comum, portanto, protegida pela legislação trabalhista. Esse último ponto também foi exposto por Pires e Palassi (2007; 2010) que sugeriram reflexão sobre a responsabilidade social das empresas e também do governo, uma vez que ao governo cabe a gestão desse programa e ao estabelecimento de parcerias que deveriam ser pautadas na ressocialização.

Com um caráter exploratório, Foucault (2010d) questiona se nessas condições o trabalho prisional pode ressocializar para o exercício do trabalho. Segundo os resultados encontrados nessa pesquisa, nessas condições o trabalho não pode e nem ressocializa para o trabalho dentro da dinâmica do regime de produção flexível,

tendo em vista que a forma como o programa de ressocialização pelo trabalho é desenvolvido contribui apenas para a melhora do ambiente carcerário e não para a reinserção no mercado de trabalho. Esse resultado reitera os estudos de Lemos, Mazzili e Klering (1998), Costa e Bratkowski (2004) e Pires e Palassi (2007; 2010). O próprio Foucault (2010d) já dizia que a prisão não regenera ninguém, mas sim fabrica delinquentes e por esse motivo ela é bem sucedida, uma vez que é isso que dela se espera.

Sendo assim, os trabalhos executados pelas Marias além de não se enquadrarem na lógica do regime flexível de produção, não as capacitam para competirem no mercado de trabalho aqui fora. O saber produzido por elas foi com relação a sua própria subjetividade e não com o trabalho em si. Nem mesmo a Maria Carolina que era cozinheira aprendeu algo quando fez o curso de culinária. O desvio de função é explícito o que faz das internas uma estratégia do mercado para solução do problema de escassez de trabalhadores em alguns segmentos, como construção e serviços. Além disso, as Marias participam de cursos escolhidos com base nas necessidades de mercado, contudo, na maior parte das vezes trabalham com outras atividades. Assim como o saber adquirido por elas nos trabalhos antes da prisão não é levado em consideração no momento da oportunização do trabalho (PIRES; PALASSI, 2010), bem como os dispositivos de exclusão não são eliminados, mas aumentados, tendo em vista que ao deixarem a prisão elas carregarão consigo o estigma de ser ex-apenada, que dificultará a reinserção delas na sociedade e, logo, em atividades laborais, o que contribuirá ainda mais para o retorno às condições de vida e trabalho antes da prisão.

As Marias não percebem que o trabalho prisional, na forma como ele é configurado, não oferece condições de ressocialização, pois sua reflexão ética está reduzida ao atendimento das necessidades de sobrevivência. Por isso elas não tinham objetivos profissionais e aceitavam qualquer trabalho, pois não tinham outra opção já que não possuíam estudo suficiente. Com o trabalho e a educação não necessariamente essa condição será modificada, pois além do trabalho prisional não as ressocializar para o trabalho livre flexível, a educação é deficitária, haja vista que é limitada em tempo de estudo (pode-se estudar somente no período de aula) e de recursos educativos e pedagógicos (se comparada à educação extramuro). A Sejus não percebe (ou não quer perceber) que o trabalho não as ressocializa, pois a



necessidade de ofertar trabalho sobrepuja a qualidade do trabalho ofertado. Por outro lado, as próprias especificidades e tabus do sistema prisional dificultam e limitam a oferta de trabalho e educação decentes.

Ainda que o trabalho não as ressocialize para o trabalho flexível, verificou-se que as Marias se tornam dóceis, visto a enorme imposição de regras, procedimentos e obrigações a que são submetidas. Não há espaço para manifestações explícitas por causa do ambiente repressor em que se encontram. Logo, elas adotam como forma de resistência a aceitação ao método de tratamento penal (modelo ideal com base no código moral) e sua subjetividade é modificada. Essas conclusões reiteram os resultados encontrados por Lemos, Mazzili e Kreling, (2010), que afirmaram que o ambiente carcerário contribui mais para o desajuste do apenado do que para a sua recuperação. Em contrapartida, a docilização das apenadas pelo método de tratamento penal contribui para a “melhora” do ambiente carcerário, isto é, pela manutenção da ordem e segurança prisional, bem como o trabalho prisional também resulta em benefícios para o cotidiano carcerário, tendo em vista que diminui o ócio e possibilita uma troca útil, resultados também constatados por Pires e Palassi (2010).

Contudo, vale destacar que não se pode afirmar que ao deixarem a prisão as Marias vão reincidir no crime, ainda que o trabalho prisional não ofereça condições de ressocialização dentro da lógica de produção do regime flexível. Apesar de que, para Foucault (2010d), a prisão além de fabricar delinquentes, faz com que eles reincidam tendo em vista o contexto que os ex-apenados encontram ao deixarem a prisão, ou seja, as transformações sociais, culturais, econômicas e tecnológicas ocorridas durante o aprisionamento que podem vir a resultar em novos dispositivos de exclusão.

A pesquisa teve como delimitação o estudo de internas trabalhadoras. Sendo assim, como sugestão para pesquisas futuras sobre o tema na área de Administração tem-se o estudo de egressas que participaram dos programas de ressocialização pelo trabalho e qualificação profissional durante a prisão, de modo a permitir um comparativo com os resultados dessa pesquisa. Além disso, observou-se que a prisão, apesar de ser objeto atípico dos estudos em Administração, é um campo que possibilita uma diversidade de pesquisas relacionadas à temática de poder, gênero,

sexualidade, subjetividade e educação, bem como outros estudos relacionados ao trabalho.

Por fim, essa pesquisa pode ser usada como base para o desenvolvimento e implantação de novos programas afins, auxiliar no desenvolvimento de novas formas de gestão pública relacionadas ao sistema carcerário, bem como treinamento e aperfeiçoamento dos gestores responsáveis pela administração carcerária do Estado do Espírito Santo.

## REFERÊNCIAS

ALCADIPANI, Rafael. **Michel Foucault: poder e análise das organizações**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 167 p.

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Introdução à filosofia da ciência**. Curitiba: Editora da UFPR, 1993. 194 p.

AZEVEDO, M. C. de. A mulher no mercado de trabalho. In: I EnGPR, 2007. Natal. **Anais...**

BAHIA, M. C. A.; FERRAZ, M. A. V. Entre a exceção e a regra: a construção do feminino na polícia civil da baiana. **Revista Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 7, n. 18, p. 25-40, maio-ago. 2000.

BARRETO, Mariana Leonesy da Silveira. Depois das Grades: um Reflexo da Cultura Prisional em Indivíduos Libertos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 26, n. 4, p. 582-593, dez. 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. 192 p.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 260 p.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. Trad. por Torrieri Guimarães. São Paulo: Martin Claret, 2011. 122 p. Tradução de: Dei delitti e delle pene.

BERTOLINI, L. B. de A. **Relações entre o trabalho da mulher e a dinâmica familiar**. 2. ed. São Paulo: Vetor, 2002. 87 p.

BIANCHI, Eugenia. La perspectiva teórico-metodológica de Foucault. Algunas notas para investigar al "ADHD". **Revista Latino-americana de ciencias sociales, infancia e juventude**, Manizales, v. 8, n. 1, p. 43-65, 2010.

BOAS, L. H. B.; PAULA NETO, A.; CRAMER, L. Relações de gênero nas organizações: um estudo no setor de venda de veículos. **Revista de Administração da USP**, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 219-229, jul-set. 2003.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Santa Catarina, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan-jul. 2005.

BRITO, J. Saúde do trabalhador: reflexões a partir da abordagem ergológica. 2004. In: FIGUEIREDO, M. et al. (Orgs). **Labirintos do trabalho: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 91-114.

BRUSCHINI, C. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/1995). In: Rocha, M. I. B. da (org). **Trabalho e gênero – mudanças, permanências e desafios**. Campinas: Editora 34, 2000. 384 p.

BRUSCHINI, C. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. e., p. 179-199. 1994b.

BRUSCHINI, C. **Tendências da força de trabalho feminina brasileira nos anos setenta e oitenta**: algumas comparações regionais. São Paulo: FCC/DPE, 1989. 109 p.

BRUSCHINI, C. **Trabalho das mulheres e mudanças no período 1985 – 1995**. São Paulo: FCC/DPE, 1998, 78 p.

BRUSCHINI, C. Trabalho feminino: trajetória de um tema, perspectivas para o futuro. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n. 3, p. 17-32. 1994a.

BRUSCHINI, C. **Sexualização das ocupações: o caso brasileiro**. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 28, p. 5-20, mar. 1979.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 110, p. 67-104, jul. 2000.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX. **Caderno Pagu**, Campinas, v. 17, n. 18, p. 157-196. 2001.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de noventa. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1996. **Anais...**, Belo Horizonte: ABEP, 1996. v.1, p.483-516.

CABRAL, S. Sobre a participação privada na gestão e operação de prisões no Brasil: uma análise à luz da nova economia institucional. **Revista Organizações & Sociedades**, Salvador, v.14, n.40, p. 29-47, jan-mar. 2007.

CAPELLE, M. C.; MELO, M. C. O. L. A. Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na Polícia Militar de Minas Gerais. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 11, n. 3, Edição Especial, p. 71-99, maio-jun. 2010.

CARRIERI, A. P. et al. Contribuições da análise do discurso para os estudos organizacionais. **Economia e Gestão**, Belo Horizonte, v. 6, n. 12, p. 1-22, jan. 2006.

CAVAZOTTE, F. S. C. N.; OLIVEIRA, L. B.; MIRANDA, L. C. Desigualdade de gênero no trabalho: reflexos nas atitudes das mulheres e na sua intenção de deixar a empresa. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 70-83, jan-mar. 2010.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Trad. por Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CERCHIARO, I.; AYROSA, E.A.T; ZOUAIN, D. M. A aplicação de abordagens feministas na pesquisa em administração. **Cadernos Ebape.Br**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 649-664,dez. 2009.

CNJ. **Projeto Começar de Novo**. 2009. On-line. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br>>. Acesso em: 30 out. 2010.

CORRÊA, A.M. H. et al. Soldadinhos-de-chumbo e bonecas: representações sociais do masculino e feminino em jornais de empresas. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 11, n. 2, p. 191-211, abr-jun. 2007.

CORRÊA, A. M. H.; CARRIERI, A. P. Percurso semântico do assédio moral na trajetória profissional de mulheres gerentes. **Revista de Administração de Empresas**, v. 47, n. 1, p. 22-32, jan-mar. 2007.

COSTA, S. G. da; BRATKOWSKI, P. L. da S. Paradoxos do trabalho prisional na era do capitalismo flexível: o caso do Detran-RS. In: XXVIII EnANPAD, 2004. Curitiba. **Anais...**

COSTA, S. G. da; BRATKOWSKI, P. L. da S. Paradoxos do trabalho prisional na era do capitalismo flexível: o caso do Detran-RS. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 11, n. 3, p. 127-147, jul-set. 2007.

CRAMER, L.; PAULA NETO, A. de; SILVA, A. L. A inserção do feminino no universo masculino: representações da educação superior. **Revista Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 9, n. 24, p. 25-37, maio-ago. 2002.

CRUZ, M. V. G. da. De cadeia a penitenciária: uma análise da política prisional de Minas Gerais. In: EnAPG, 2010. Vitória. **Anais...**

CRUZ, M. V. G. da; SOUZA, L. G. DE; BATITUCCI, E. C. Percurso Recente da Política Penitenciária no Brasil: o caso de São Paulo. In: EnANPAD, 2011. Rio de Janeiro. **Anais...**

DEJOURS, Christophe; DESSORS, Dominique; DESRIAUX, François. Por um trabalho, fato de equilíbrio. **RAE**, São Paulo, 33(3), p. 98-104, mai-jun. 1993.

DELEUZE, G. **Foucault**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988.

DOCUMENTO A. Lei Complementar nº 555. Cria unidades prisionais e administrativas no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS e dá outras providências. **Diário Oficial dos Poderes do Estado**, Vitória, p. 1-2, 1 jul. 2010.

DOCUMENTO B. Portaria nº. 887-S, de 15 de julho de 2010. Designa servidores para constituírem o Conselho Disciplinar – CD, da Penitenciária Feminina de Cariacica. **Diário Oficial dos Poderes do Estado**, Vitória, p. 12, 21 set. 2010.

DOCUMENTO C. Decreto nº 2609-R, de 21 de outubro 2010. Cria o Selo Social. **Diário Oficial dos Poderes do Estado**, Vitória, p. 9-10, 22 out. 2010.

DOCUMENTO D. Portaria nº 284-S, 15 de março de 2011. Constitui o Comitê Avaliador para concessão do “Selo Social” as Empresas e/ou organização, públicas ou privadas, conforme critérios estabelecidos no Anexo I do Decreto 2609 de 21 de outubro de 2010. **Diário Oficial dos Poderes do Estado**, Vitória, p. 19, 16 mar. 2011.

DOCUMENTO E. Portaria nº. 107-S, de 25 de Agosto de 2011. Convoca a 1ª Conferência de Políticas para as Mulheres da Penitenciária Feminina de Cariacica. **Diário Oficial dos Poderes do Estado**, Vitória, p. 34-35, 26 ago. 2011.

DOCUMENTO F. Portaria nº 328-S, 14 de março de 2012. Constitui o Comitê Avaliador para concessão do “Selo Social” as Empresas e/ou organização, públicas ou privadas, conforme critérios estabelecidos no Anexo I do Decreto 2609 de 21 de outubro de 2010. **Diário Oficial dos Poderes do Estado**, Vitória, p. 11-12, 21 mar. 2012.

DOCUMENTO G. Portaria nº 328-S, 14 de março de 2012. Constitui o Comitê Avaliador para concessão do “Selo Social” as Empresas e/ou organização, públicas ou privadas, conforme critérios estabelecidos no Anexo I do Decreto 2609 de 21 de outubro de 2010. **Diário Oficial dos Poderes do Estado**, Vitória, p. 39, 03 abr. 2012.

DOCUMENTO H. Portaria nº. 495-S, de 10 de abril de 2012. Designa servidores para constituir a Comissão Técnica de Classificação – CTC, da Penitenciária Feminina de Cariacica – PFC. **Diário Oficial dos Poderes do Estado**, Vitória, p. 24, 12 abr. 2012.

DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Trad. por Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. 299 p. Tradução de: Michel Foucault: beyond structuralism and hermeneutes.

DROIT, Roger-Pol. **Michel Foucault, Entrevistas**. Trad. por Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. São Paulo: Graal, 2006. 107 p. Tradução de: Michel Foucault, entretiens.

ESPÍRITO SANTO. Decreto nº 2460-R, de 05 de fevereiro de 2010. Dá cumprimento à Lei de Execução Penal e disciplina a organização e funcionamento da Administração Pública, para fins de absorção da mão-de-obra advinda do sistema prisional, nas parcerias contratuais e convênias da Administração Pública Estadual, Direta ou Indireta, pertinentes às obras e serviços. **Diário Oficial dos Poderes do Estado**, Vitória, p. 1-3, 8 fev. 2010.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 197-223, Nov. 2001.

FLECK, Ana Cláudia; WAGNER, Adriana. A mulher como a principal provedora do sustento econômico familiar. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, num. esp., p. 31-38, 2003.

FONSECA, M. A. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: Editora da PUC-SP, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Traduzido por Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a. Tradução de: L'archéologie du Savoir.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 20. ed. Traduzido por Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2010b. Tradução de: L'ordre du discours: Leçon inaugurale au Collège de France prononcée Le 2 décembre 1970.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. 3. ed. Traduzido por Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2009. Tradução de: La vérité et lês formes juridiques. 160 p.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 8. ed. Traduzido por Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1999a. Tradução de: Les mots et les choses.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Trad. por Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999b. Tradução de: Il faut défendre la société.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999c.

FOUCAULT, Michel. Gerir os ilegalismos. In: DROIT, Roger Pol. **Michel Foucault, Entrevistas**. Trad. por Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. São Paulo: Graal, 2006. p. 43-52. Tradução de: Michel Foucault, entretiens.

FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. 2. ed. Trad. por Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010c. 396 p., v. 4. Coleção Ditos e Escritos. Tradução de: Dits et écrits.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. por Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. 295 p.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In: FOUCAULT, Michel. **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 264-268, v. 3. Coleção Ditos e Escritos.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Trad. por Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. 299 p.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Penalidade e Prisão**. Trad. por Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. 307 p., v. 8. Coleção Ditos e Escritos. Tradução de: Dits et écrits.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 38. ed. Trad. por Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2010d.

FRINHANI, F. de M. D. **Mulheres aprisionadas**: representando o universo prisional. 2004. 145 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004.

GILL, R. Análise de discurso. In: BAUER M.W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002, p. 244-270.

GRZYBOVSKI, D.; BOSCARIN, R.; MIGOTT, A. M. B. Estilo feminino de gestão em empresas familiares gaúchas. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 185-207, maio-ago. 2002.

HENNINGTON, E. A. Gestão dos processos de trabalho e humanização em saúde: reflexões a partir da ergologia. **Revista Saúde Pública**, 42(3), 555-61, 2008.

IBGE. **População economicamente ativa**. 2012. On-line. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 08 maio. 2012.

IBGE. **Sinopse do censo demográfico**. 2010. On-line. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 11 mar. 2013.

ICHIKAWA, E. Y.; SANTOS, L. W. O simbolismo do jogo: percepções da mulher diante da competitividade organizacional. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 99-104, jul-set. 2000.

KANAN, L. A. Poder e liderança de mulheres nas organizações de trabalho. **Revista Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 17, n. 53, p. 243-257, abr-jun. 2010.

LAZZARATO, M.; NEGRI, A. **Trabalho imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEMOS, A. M.; MAZZILLI, C.; KLERING, L. R. Análise do trabalho prisional: um estudo exploratório. In: XXI EnANPAD, 1997. Rio das Pedras. **Anais...**

LEMOS, A. M.; MAZZILLI, C.; KLERING, L. R. Análise do trabalho prisional: um estudo exploratório. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 2, n. 3, p. 129-149, set-dez. 1998.

LEITE, M. R. S. D. T.; SOUSA, E. A. de. O modelo de gestão dos centros socioeducativos de internação como um fator determinante no processo de ressocialização dos adolescentes em conflito com a lei: o caso do centro socioeducativo 3 - CSE 3. In: EnANPAD, 2010. Rio de Janeiro. **Anais...**

LIMA, E. L. N.; BIANCO, M. de F. Análise de situações de trabalho: gestão e os usos de si dos trabalhadores de uma empresa do ramo petrolífero. **Cadernos Ebape.Br**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 630-648, dez. 2009.

LÜDKE, M. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO; H. V. Expressão emocional no exercício da atividade empreendedora por mulheres. **Revista Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 13, n. 38, p. 103-118, jul-set. 2006.

MACHADO, R. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MADALOZZO, R.; MARTINS, S. R.; SHIRATORI, L. Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais? **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 547-566, maio-ago. 2010.

MELO, M. C. O. L. et al. Representações femininas na mídia de negócios brasileira. **Revista Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 11, n. 31, p. 103-118, set-dez. 2004.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **InfoPen-Estatística: Brasil**. 2013a. On-line. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br>>. Acesso em: 21 jan. 2013.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **InfoPen-Estatística: Espírito Santo**. 2013b. On-line. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br>>. Acesso em: 21 jan. 2013.

MONER, R. de A. et al. ¿Sirve el trabajo penitenciario para la reinserción? Un estudio a partir de las opiniones de los presos de las cárceles de Cataluña. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, Madrid, n. 127, p. 11-31. 2009.

MOREIRA NETO, A. L. da C., SACHUK, M. I. Múltiplas visões sobre as atividades de trabalho remunerado, desenvolvidas na Penitenciária Estadual de Maringá. In: EnGPR, 2007. Natal. **Anais...**

MOTTA, Manoel Barros da. Apresentação. In: FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. 2. ed. Trad. por Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

NARDI, H. C. **Ética, trabalho e subjetividade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. 222 p.

NEVES, Jose Luis. Pesquisa qualitativa: características, uso e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, jul-dez. 1996.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005.

PEÑALOZA, V.; DIÓGENES, C. G.; SOUSA, J. A. Escolha profissional no curso de administração: tendências empreendedoras e gênero. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 9, n. 8, p. 151-167, nov-dez. 2008.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença: uma introdução**. Trad. por Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PIRES, F. M.; PALASSI, M. P. Frente de trabalho da iniciativa privada no sistema carcerário do Estado do Espírito Santo. In: EnANPAD, 2007. Rio de Janeiro. **Anais...**

PIRES, F. M.; PALASSI, M. P. O trabalho prisional sob a ótica dos presos. In: EnANPAD, 2010. Rio de Janeiro. **Anais...**

QUEIROZ, H. M. G. et al. Diversidade nas organizações: construindo um olhar sobre a evolução da mulher no contexto organizacional. In: XXXIV ENANPAD, 2010. Rio de Janeiro. **Anais...**

RAMMINGER, T.; NARDI, H.C. Subjetividade e trabalho: algumas contribuições conceituais de Michel Foucault. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, São Paulo, v.12, n. 25, p.339-346, abr- jun. 2008.

REVEL, J. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. Traduzido por: Carlos Piovezani Filho e Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz, 2005.

REVUZ, C. T.; NOËL, C.; DURRIVE, L. O trabalho e o sujeito. In: SCHWARTZ, Y; DURRIVE, L. (Orgs). **Trabalho & ergologia**: conversas sobre a atividade humana. 2. ed. Traduzido por Jussara Brito e Milton Athayde. Niterói: Editora da UFF, 2010. Tradução de; Travail & ergologie: entretiens sur l'activité humaine.

ROCHA, V. F. T.; et al. Programas de ressocialização de egressos do sistema prisional e a gestão de pessoas: estudo de casos múltiplos em organizações cearenses. In: EnENO, 2012. Curitiba. **Anais...**

RIBEIRO, L. ; CRUZ, M. V. G. da. Trabalho prisional como política pública de recuperação do criminoso: estudo de múltiplos casos em unidades penitenciárias de Minas Gerais - Brasil. In: XXVI ENANPAD, 2002. Salvador. **Anais...**, Rio de Janeiro: Metrópole indústria gráfica, 2002. v. 26, p. 335-336.

SEJUS. **Ressocialização e seus projetos**. On-line. Disponível em: <<http://www.sejus.es.gov.br/default.asp>>. Acesso em: 06 maio. 2011.

SEJUS. **Sejus lança marca Maria Marias com exposição**. 2012. On-line. Disponível em: <<http://www.sejus.es.gov.br/default.asp>>. Acesso em: 30 mar. 2012.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011. 204 p.

SERON, P. C. Egressos do sistema prisional: contribuições do trabalho e da família no processo de (re)inserção social. In: I JORNADA INTERNACIONAL DE PRÁTICAS CLÍNICAS NO CAMPO SOCIAL, 2010, Maringá. **Anais...**, Maringá: UEM, 2011.

SCHWARTZ, Y. A comunidade científica ampliada e o regime de produção de saberes. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, n. 7, p. 38-46, jul-dez. 2000.

SCHWARTZ, Y. Os ingredientes da competência: um exercício necessário para uma questão insolúvel. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 65, dez. 1998.

SCHWARTZ, Y.; DUC, M.; DURRIVE, L. Trabalho e ergologia. In: SCHWARTZ, Y; DURRIVE, L. (Orgs). **Trabalho & ergologia**: conversas sobre a atividade humana. 2. ed. Traduzido por Jussara Brito e Milton Athayde. Niterói: Editora da UFF, 2010a. Tradução de; Travail & ergologie: entretiens sur l'activité humaine.

SCHWARTZ, Y.; DUC, M.; DURRIVE, L. Trabalho e uso de si. In: SCHWARTZ, Y; DURRIVE, L. (Orgs). **Trabalho & ergologia**: conversas sobre a atividade humana. 2. ed. Traduzido por Jussara Brito e Milton Athayde. Niterói: Editora da UFF, 2010b. Tradução de; Travail & ergologie: entretiens sur l'activité humaine.

SOUZA, E. M; BIANCO, M. F. A ergologia: uma alternativa analítica para os estudos organizacionais brasileiros sobre o trabalho. **Anais... ALAST**, 2007.

SOUZA, E. M.; CORVINO, M. de M. F.; LOPES, B. C. Uma análise dos estudos sobre feminino e as mulheres na área de administração: a produção científica brasileira entre 2000 a 2010. In: III EnGPR, 2011. João Pessoa. **Anais...**

SOUZA, E. M. et al. A analítica de Foucault e suas implicações nos estudos organizacionais sobre poder. **O & S.**, v. 13, n. 36, p. 13-25, jan-mar, 2006.

SOUZA, E. M. **Contribuições de Foucault a temática da gestão e subjetividades: uma análise sobre poder.** 2004, 191 f. Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004.

SOUZA, E. M.; MACHADO, L. D.; BIANCO, M. F. O homem e o pós-estruturalismo Foucaultiano: implicações nos estudos organizacionais. **Revista Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 15, n. 47, p. 71-86, out-dez, 2008.

SOUZA, E. M.; MACHADO, L. D.; BIANCO, M. F. Poder disciplinar: a analítica foucaultiana como uma alternativa as pesquisas organizacionais sobre poder. In: XXVIII EnANPAD, 2004. Curitiba. **Anais...**

TAKAHASHI, A. R. W.; GRAEFF, J. F.; TEIXEIRA, R. M. Planejamento estratégico e gestão feminina em pequenas empresas: o caso das escolas particulares em Curitiba – Paraná. **Revista Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 13, n. 39, p. 29-44, set- dez. 2006.

VASCONCELOS, I. G. de; VASCONCELOS, F. C. de; MASCARENHAS, A. O. Batom, pó de arroz e microchips: o falso paradoxo entre as dimensões masculina e feminina nas organizações e a gestão de pessoas. **Revista Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 11, n. 31, p. 119-134, set-dez. 2004.

## **APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS PRESIDÁRIAS**

**Bloco 01 – História de Vida Pessoal:** Origem. Idade. Raça. Grau de Escolaridade. Em caso de pouca ou nenhuma escolaridade, porque não estudou ou continuou os estudos. Fez ou não cursos técnicos ou profissionalizantes. Estado Civil. Sendo casada, onde está o marido. Possui filhos ou não. Composição dos membros da família. História dos pais (de onde vieram, qual a descendência racial deles, em que os pais trabalham). Religião. Atividades que gostava de exercer em seus tempos livres, como hobbies ou atividades de lazer.

**Bloco 02 – História de Vida Profissional:** Trabalhava ou não em emprego formal.

- A) (Caso tenha trabalhado): Trajetória profissional antes de ser presa. Forma de ingresso na(s) empresa(s). Cargos que já ocupou. Atividades que exercia. O que a levou a escolher essa(s) profissão(ões). Quanto recebia em média. Ajudava ou não na renda familiar. Tinha perspectiva de futuro pessoal no trabalho. Por quanto tempo trabalhou antes de ser presa.
- B) (Caso não tenha trabalhado): Se realizava trabalhos domésticos ou não. Caso afirmativo, que tipo de trabalho seria este. Se realizava atividades informais para ajudar no sustento da família e caso positivo que atividades eram estas.

**Bloco 03 – Prisão e Programa de Ressocialização:** Por qual crime foi condenada. Se é reincidente ou não, ou seja, se já cumpriu pena por outros crimes ou se responde judicialmente por outros crimes. Há quanto tempo está presa. Por quanto tempo ficará presa. Por quantos presídios já passou. Quais atividades diárias executa no presídio. Como é a relação com as outras presidiárias. Mantém contato com a família. Há quanto tempo participa do programa de ressocialização pelo trabalho. Porque quis participar do programa. Por quanto tempo pretende participar. Caso pretenda deixar de participar, relatar o porquê. Como funciona o programa que participa. Como foi a seleção para participação. Que tipo de atividade exerce. O que aprende com as atividades. Estuda também ou só trabalha. Recebeu algum treinamento para realizar a atividade que executa. Aspectos positivos de participar do programa. Aspectos negativos de participar do programa. Quanto recebe. O que faz com a remuneração que recebe. Significado do programa para a entrevistada. O

que mudou em sua vida depois que começou a participar do programa. Já participou de outros programas de ressocialização. Em caso positivo, de quantos programas já participou e como funcionavam esses programas. De qual programa gostou mais de participar e o porquê. Pretende continuar a trabalhar com a atividade que atualmente exerce quando deixar a prisão. Já foi contratada ou irá ser contratada por alguma empresa que participa do programa após o fim da pena. Como acha que será sua vida após sair da prisão. Pretende voltar para o mundo do crime ou não. Considera ou não relevante e interferente para conseguir um emprego o fato de ter sido presa. Em caso afirmativo, por quê? Aprendeu algum ofício ou profissão na prisão.

## APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS SERVIDORES

**Bloco 01 – Programas de Ressocialização:** Há quanto tempo funciona os programas de ressocialização. Quantos são os programas de ressocialização. Como funcionam esses programas. Com qual(is) objetivo(s) os programas foram desenvolvidos. Por quanto tempo os programas irão funcionar. Como é acompanhado o desenvolvimento dos programas. Qual o apoio do governo para o desenvolvimento e implantação desses programas. Quantas são as instituições que promovem e financiam os programas. Quanto de verba disponível possuem para desenvolvimento dos programas. As presidiárias produzem algo que possa ser comercializado. Em caso positivo, o que é feito com o valor arrecadado com a venda dos itens/produtos produzidos pelas presidiárias. Quantas são as empresas conveniadas aos programas. Quais as exigências para uma empresa se conveniar aos programas. Como funciona a seleção das presas que participam dos programas. Exigido mínimo de comportamento para permanência das participantes no programa ou não. Quantas presas já participaram do programa. Quantas participam do programa. Como tem sido a participação das presidiárias nos programas, positiva ou já houve problemas. Quantas conseguiram empregos após participarem dos programas. Quantas presas foram contratadas pelas empresas conveniadas. É feito acompanhamento das presas após elas deixarem a prisão. Elas recebem algum tipo de ajuda para retomar sua vida após deixarem a prisão. Conhece casos de presas que reincidiram no crime após participarem dos programas. Em caso positivo, se procuram investigar o que as levou a retornar para o mundo do crime. Qual é a taxa de reincidência para detentas que participaram do programa.

## APÊNDICE C – LISTA DE DOCUMENTOS

Doc.	Tipo Doc.	Título	Fonte	Data
A	Lei	Lei Complementar nº 555	Diário Oficial dos Poderes do Estado	01/07/10
B	Portaria	Portaria nº. 887-S, de 15 de julho de 2010	Diário Oficial dos Poderes do Estado	21/09/10
C	Decreto	Decreto nº 2609-R, de 21 de outubro 2010	Diário Oficial dos Poderes do Estado	22/10/10
D	Portaria	Portaria nº 284-S, 15 de março de 2011	Diário Oficial dos Poderes do Estado	16/03/11
E	Portaria	Portaria nº. 107-S, de 25 de Agosto de 2011	Diário Oficial dos Poderes do Estado	26/08/11
F	Portaria	Portaria nº 328-S, 14 de março de 2012	Diário Oficial dos Poderes do Estado	21/03/12
G	Portaria	Portaria nº 328-S, 14 de março de 2012.	Diário Oficial dos Poderes do Estado	03/04/12
H	Portaria	Portaria nº. 495-S, de 10 de abril de 2012	Diário Oficial dos Poderes do Estado	12/04/12
I	Cartilha	Cartilha de Procedimentos para inserção de presos e egressos no mercado de trabalho	Governo do Estado do Espírito Santo	-
J	Folder	Método de Tratamento Penal Classificatório e Individualizador	Sejus	-
K	Folder	Comissão Técnica de Classificação	Sejus	-
L	Cartilha	Alfabeto da Boa Conduta	Governo do Estado do Espírito Santo	-
M	Folder	I Feira Artesanal Maria Marias		02/03/12
N	Fotos	Encerramento do Curso de Corte e Costura em parceria com o Senai		-
O	Relatório	Sistema Penitenciário Capixaba. Relatório – Outubro/2012		-

## APÊNDICE D – BIOGRAFIA DAS MARIAS

Interna	Biografia resumida
<b>Maria Amélia</b>	É de Vitória/ES, tem 30 anos e se considera parda. Antes de ser presa, estudou até o 1º ano do ensino médio, tendo interrompido os estudos porque casou. Na prisão, terminou o ensino médio. Casada, possui 4 filhos. É católica e tinha como hobby ir à praia e sair.
<b>Maria Aragão</b>	Nasceu em Vila Velha/ES, tem 30 anos e se diz morena. Fez até a 7ª série, mas por conta dos filhos, parou. Separada, apesar de se considerar solteira, tem 6 filhos. Evangélica, frequenta a igreja Deus é Amor. Gostava de dormir, sair com os filhos, assistir televisão e ir ao forró no seu tempo livre.
<b>Maria Augusta</b>	Nasceu em São Mateus/ES, tem 23 anos e é parda. Estudou até a 8ª série e interrompeu seus estudos, pois engravidou. Separada, ainda que tenha se declarado como solteira, possui 3 filhos. Evangélica, frequenta a igreja Assembléia de Deus. Tinha como atividades de lazer sair com os filhos e ir à praia, piscina e pracinha.
<b>Maria Auxiliadora</b>	Mineira, tem 32 anos e é negra. Coursou a 3ª série, mas não deu continuidade aos estudos para ajudar a família. Solteira, ela tem 5 filhos. Antes não tinha religião nenhuma, hoje se declara evangélica.
<b>Maria Beatriz</b>	Natural de Vitória/ES, tem 32 anos e se declara branca. Estudou até a 7ª série, interrompendo os estudos por conta de uma gravidez. Fez curso de informática. Se diz solteira, mas teve união estável com o pai de seus 2 filhos e hoje possui um companheiro que também está preso. Foi batizada na igreja católica, mas só aceitou Jesus a pouco tempo. Apesar disso, ela não tem uma religião definida, considerando-se mística. Nas folgas ela gostava de ficar com os filhos e a família.
<b>Maria Brandão</b>	É de Vitória/ES, possui 23 anos e é negra. Estudou até a 6ª série. Solteira, tem um filho falecido. Já foi evangélica e apesar de frequentar a igreja Assembleia de Deus não se considera evangélica.
<b>Maria Carolina</b>	Nascida em Afonso Cláudio/ES, tem 52 anos e é branca. Estudou até a 5ª série, mas parou para trabalhar. Declara-se solteira apesar de ter uma união estável há 14 anos. Católica, ela gostava de ir a praia e dançar em seu tempo livre.
<b>Maria Clara</b>	É de Vila Velha/ES, tem 31 anos e se considerada parda ou morena. Coursou a 3ª série, no entanto parou os estudos para poder trabalhar. Mãe de 5 filhos, vive uma união estável com seu



	companheiro. Após a prisão se tornou evangélica. Como atividade de lazer gostava de tomar vinho e frequentar festas.
<b>Maria Cristina</b>	Natural de Colatina/ES, está com 49 anos e se declara morena. Fez a 4ª série, todavia, interrompeu os estudos para começar a trabalhar. Considera-se casada, pois vive uma união estável com seu companheiro. Mãe de 2 filhos, ela foi batizada na católica, mas sempre foi crente pois frequenta a igreja Assembleia de Deus. Gostava de assistir televisão e novelas em seu tempo livre.
<b>Maria Curie</b>	É de Ipatinga/MG, tem 32 anos e é parda. Estudou até o 2º ano e chegou a começar curso técnico de enfermagem, entretanto, interrompeu os estudos por rebeldia. Divorciada, se diz casada com outra interna. Ela que é mãe de 3 filhos, também é espírita. Nos momentos de folga gostava de ouvir música, passear com os filhos e ler. Não gosta muito de sair, é caseira.
<b>Maria da Penha</b>	Original de Vitória/ES, possui 44 anos e é branca. Seu primeiro contato com a escola foi na prisão, pois, além de morar na roça, somente os irmãos homens tinham prioridade para estudar. Mesmo sem estudos ela chegou a fazer curso de cabeleireiro. Ela é separada e tem 5 filhos. Católica, não tinha tempo livre, pois quando não estava trabalhando, cuidava dos filhos; um deles é especial.
<b>Maria do Carmo</b>	Nasceu em Vitória/ES, tem 39 anos e se declarou morena. Estudou até a 1ª série, porque ia para a escola e ficava jogando bola. Então resolveu parar. Além disso, casou nova. Mesmo tendo sido casada, se disse solteira. Tem 8 filhos e não sabe qual a religião que segue. Gostava de sair, dançar no bar e passear com seus filhos na pracinha quando tinha tempo livre.
<b>Maria do Céu</b>	Natural de Vila Velha/ES, tem 39 anos e é parda. Parou os estudos na 7ª série por causa de amizades. Depois se envolveu com uma pessoa que não a deixou continuar a estudar. Em seguida vieram os filhos e ela teve que trabalhar. Começou a fazer curso de computação, de modelagem e costura, mas não concluiu nem deles. Justificou-se dizendo que não tinha juízo e que tudo era curtidão. Seus companheiros são falecidos, mas por não ter casado no papel, se considera solteira. Tem 5 filhos e hoje em dia é evangélica, mas já foi espírita. Disse ser caseira, até saía, mas não gostava muito de esporte.
<b>Maria Elizabeth</b>	Natural de Conceição da Barra/ES, tem 31 anos e é negra. Parou de estudar na 5ª série, pois não tinha tempo visto que trabalhava e cuidava da casa. Mora junto com o companheiro e tem 4 filhos. Ela foi evangélica por alguns anos, mas voltou para a igreja católica. Quando tinha tempo livre gostava de sair, curtir e zuar.
<b>Maria Estela</b>	Nasceu em Boa Esperança/MG, está com 33 anos e é negra. Não frequentou a escola antes da prisão, pois morava na roça e a

	escola era muito longe. É solteira e tem três filhos. Católica, nos momentos de lazer gostava muito de ir à cachoeira.
<b>Maria Eugênia</b>	Mineira, tem 28 anos e se declara parda. Terminou a 8ª série, mas não continuou os estudos por bobeira. Solteira, tem 3 filhos. Antes católica, tornou-se evangélica na prisão.
<b>Maria Eva</b>	Natural de Itaguaçu/ES, tem 22 anos e é parda. Estudou até a 8ª série. Solteira, ela teve 1 filho. Já foi evangélica, mas hoje não é fiel a nenhuma religião, pois ficou dividida entre Deus e o mundo. Ainda assim, ela acredita em Deus. Nos tempos de folga gostava de pintar tecido.
<b>Maria Felipa</b>	É de Vitória/ES, tem 24 anos e é branca. Estudou até a 5ª série, tendo interrompido os estudos por “coisas de adolescente”. Tem uma união estável há 13 anos e seu companheiro também está preso. Ela tem 3 filhos e é evangélica. Como atividades de lazer gostava de ir a igreja e passear com os filhos e a mãe.
<b>Maria Firmina</b>	Original de Vila Velha/ES, está com 30 anos e é negra. Coursou a 6ª série, porém parou de estudar por causa do tráfico. Se declara solteira, mas já foi amasiada. Tem 4 filhos. Ela, que já passou por todas as religiões, acredita em Deus, mas não é fiel a nenhuma religião. Todavia, ela diz frequentar a igreja Universal, apesar de assumir que não tem tido tempo para ter religião. Nos seus momentos de folga ela ficava com seus filhos e levava-os para passear no parque, shopping ou praia. Também gostava de ficar em casa com eles.
<b>Maria Francisca</b>	Nascida em Rio Novo/MG, tem 38 anos e se diz parda. Estudou até a 8ª série por meio de supletivo e não fez o ensino médio porque começou a trabalhar. Viúva, ainda que não tenha casado no papel, tem um companheiro que também está preso. Ela tem 5 filhos. Já foi fiel da Deus é Amor, hoje é católica. Gostava de assistir filmes com os filhos quando tinha tempo livre.
<b>Maria Isabel</b>	É de Jucá/CE, possui 26 anos e é parda. Concluiu o ensino médio, mas não ingressou na faculdade. Fez cursos de informática básica. Viúva, ela não tem filhos. Já foi católica e evangélica. No tempo livre cuidava da mãe, da casa e ia à igreja. Não gostava de sair.
<b>Maria José</b>	Original de Viana/ES, tem 42 anos e é negra. Concluiu o ensino médio antes de ser presa e fez curso de estética corporal e facial. Segundo ela, seu estado civil é casada, apesar de estar separada. Tem 3 filhos. Na prisão se tornou Espírita Kardecista, antes só estudava, mas não seguia. Como atividades de lazer, ela gostava de ir a praia com seus filhos, sair à noite e frequentar barzinho.
<b>Maria Josefa</b>	Natural de Vila Velha/ES, está com 30 anos e se diz parda. Estudou só até o 1º ano, pois engravidou. Divorciada, ela tem 1 filho. Apesar de não seguir nenhuma religião, acredita em Deus.

	Depois que entrou no tráfico não tinha mais tempo para nada, mas antes estudava e saía.
<b>Maria Josephina</b>	Nasceu em Vitória/ES, tem 34 anos e é parda. Concluiu o ensino médio e fez cursos de informática, recepcionista, vendas, etc. Divorciada e sem filhos. Frequenta a igreja evangélica. Gostava muito de ir à praia, passear no shopping e viajar para visitar parentes quando tinha tempo livre.
<b>Maria Lacerda</b>	É de Vila Velha/ES, está com 32 anos e é parda. Parou de estudar na 6ª série. Declara-se solteira, pois seu ex-marido morreu assassinado. Na prisão ela arrumou uma companheira. Diz que não tem religião, mas gosta de frequentar os cultos da igreja Deus é Amor e Assembleia de Deus. Quando livre não tinha tempo para o lazer, pois vivia no mundo das drogas.
<b>Maria Lenk</b>	Sua origem é Vitória/ES, tem 39 anos e se declarou morena. Frequentou a escola até a 5ª série e parou por ter casado muito cedo. Divorciada, ela tem 3 filhos. Antes da prisão não tinha religião, apesar de frequentar esporadicamente a Assembleia e acreditar em Deus. Atualmente ela é fiel batizada da igreja Universal. No tempo livre gostava de ir à praia, passear no parque com os filhos, ir à igreja; sempre foi caseira.
<b>Maria Leopoldina</b>	Natural de Cariacica/ES, tem 28 anos e é parda. Estudou até a 5ª série. Considera-se solteira, mesmo já tendo morado junto com o ex-companheiro; com ele teve 2 filhos. Uma vez ou outra assistia ao culto da igreja Universal ou Deus é Amor. No tempo livre saía com os filhos.
<b>Maria Letícia</b>	Nasceu em Vila Velha/ES, possui 32 anos e se considera morena. Parou de estudar no 1º ano para trabalhar, haja vista que tinha um filho pequeno e sua mãe estava com câncer. Declarou-se “juntada” e seu marido também está preso. Evangélica, já foi afastada da igreja, mas retornou. Gostava de ir a academia e dançar quando tinha tempo livre.
<b>Maria Lúcia</b>	É de Rio Bananal/ES, está com 26 anos e é parda. Estudou até a 8ª série. Fez curso de soldador. Solteira, ela tem 1 filho. Solteira, participava do culto da igreja Batista de vez em quando. Atualmente participa da igreja Universal. Gostava muito de curtir a vida, ir a balada ou rock, sair com sua mãe e seu filho.
<b>Maria Montessori</b>	Natural de Cariacica/ES, tem 23 anos e se declarou amarela. Estudou até a 2ª série. Solteira, ela tem 4 filhos. Já foi evangélica, entretanto não segue mais a religião. Quando tinha tempo livre gostava de andar a toa.
<b>Maria Ortiz</b>	Nasceu em Vitória/ES, possui 20 anos e se considera morena. Coursou até a 5ª série, interrompendo os estudos por causa do filho que teve. Solteira, ela tem 3 filhos. Evangélica, ela gostava de ficar

	conversando com a família em seu tempo livre.
<b>Maria Quitéria</b>	É de Caraí/MG, tem 21 anos e é parda. Estudou somente até a 5ª série porque ficou grávida e sua professora disse que ela era má influência. Solteira, ela tem 2 filhos. Batizada na católica, ela já foi evangélica e hoje é espírita. Seu lazer era ficar com os filhos, ir ao baile, visitar amigas e curtir sozinha (usar drogas).
<b>Maria Renotte</b>	Original de Juiz de Freitas/BA, tem 22 anos e é parda. Coursou até a 5ª série e parou de estudar porque engravidou. Fez curso de manicure e biscuit. Considera-se solteira, no entanto já foi casada. Seu primeiro marido foi assassinado e o segundo, ela não sabe se ainda está preso. Tem 3 filhos. Diz estar desviada da igreja evangélica apesar de frequentar a religião. Gostava de curtir os filhos no tempo livre.
<b>Maria Rita</b>	Natural de Guaraí/PR, está com 37 anos e se declara parda. Parou de estudar na 7ª série. Considera-se solteira, mas tem um companheiro, seu segundo marido. Com o primeiro ela teve 4 filhos. É muito temente a Deus e tende mais para a igreja evangélica, contudo, diz não ter religião. Caseira, ela gostava de curtir os filhos e ir à praia.
<b>Maria Teresa</b>	Nasceu em Cariacica/ES, tem 28 anos e é parda. Estudou até a 7ª série. Solteira, ela morava junto com o companheiro, seu segundo marido que também está preso. Teve 1 filho com seu primeiro marido. Acredita em Deus, segue a igreja Universal, mas não tem religião. Gostava de caminhar, comer e visitar amigas em seu tempo livre.
<b>Maria Tomásia</b>	É de Belo Horizonte/MG, tem 30 anos e é parda. Coursou até a 5ª série, no entanto interrompeu os estudos por dificuldades financeiras e falta de incentivos. Solteira, ela não tem filhos. Já foi adventista, desviou e hoje é Assembleia. Gostava de jogar bola, ir a praia e andar de bicicleta em seus momentos de lazer.